



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**NEOMESIA HERCULANO SALES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: AVALIAÇÃO DO PROJovem**  
**URBANO DE FORTALEZA-CE EDIÇÃO 2014 A PARTIR DOS JOVENS**  
**EGRESSOS**

**FORTALEZA**

**2024**

NEOMESIA HERCULANO SALES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: AVALIAÇÃO DO PROJovem  
URBANO DE FORTALEZA-CE EDIÇÃO 2014 A PARTIR DOS JOVENS  
EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselane Gomes Bezerra.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S155p Sales, Neomesia Herculano.

Políticas públicas para a juventude : avaliação do ProJovem Urbano de Fortaleza-CE  
edição 2014 a partir dos jovens egressos / Neomesia Herculano Sales. – 2024.  
127 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias,  
Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Roselane Gomes Bezerra.

1. Avaliação de políticas públicas. 2. Juventude. 3. ProJovem Urbano - Fortaleza (CE). 4.  
Jovens egressos. 5. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. I. Título.

CDD 320.6

---

NEOMESIA HERCULANO SALES

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: AVALIAÇÃO DO PROJovem  
URBANO DE FORTALEZA-CE EDIÇÃO 2014 A PARTIR DOS JOVENS  
EGRESSOS

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas.

Aprovada em 27 / 05 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselane Gomes Bezerra (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Celecina de Maria Veras Sales  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isaurora Cláudia Martins de Freitas  
Universidade Vale do Acaraú (UVA)

Especialmente a Deus.  
À minha família (esposo, filho e filhas).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte de coragem, luz, inspiração e força para seguir em frente quando tudo parece impossível!

Aos meus familiares, verdadeiros alicerces do meu caminhar: minha amada mãe, meu pai (*in memoriam*), meu esposo e meus filhos por sempre estarem ao meu lado me dando todo amor, carinho e apoio necessários nos momentos em que mais precisei! Minha eterna gratidão!

Aos meus genros e à minha nora, pelo apoio e pelo carinho recebido.

Aos meus amores, meu netinho José Miguel Sales Sousa e minha netinha Maria Ísis Herculano Sales Dantas pelo amor e carinho com a vovó, e principalmente em compreender, do jeito deles, minha ausência nos momentos em que não pude desfrutar da companhia deles para me dedicar aos estudos. Espero que futuramente, quando tiverem acesso a este trabalho, eles possam se sentir motivados a enfrentar seus desafios inspirados na vovó que tanto os ama!

Aos amigos e demais familiares que souberam entender minha ausência para a dedicação deste trabalho.

À minha secretária querida Mocinha, que por tantas vezes, durante as madrugadas de estudo, me mandava ir dormir quando o dia já amanhecia, sempre demonstrando preocupação comigo. A você todo o meu carinho e gratidão!

À minha orientadora prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roselane Gomes Bezerra pela orientação, por sempre ser solícita e por entender minhas dificuldades nessa caminhada do mestrado. Obrigada por todas as nossas conversas e pelo apoio nos momentos de desalento nas horas mais turbulentas. Sua confiança, créditos e ricas orientações me deram suporte para que eu chegasse até aqui.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC por terem contribuído para o meu processo de construção do conhecimento.

Às professoras Dra. Celecina de Maria Veras Sales e Dra. Isaurora Cláudia Martins de Freitas que participaram da banca de qualificação e também da banca de defesa. Muito obrigada pelas sugestões e direcionamentos que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

Aos alunos-egressos do ProJovem Urbano Fortaleza participantes deste estudo, que receberam, com muito carinho e atenção, a minha proposta, pois, sem a

participação deles não seria possível a realização deste trabalho.

À minha amiga Sara Alexandre pelo apoio e pelas contribuições na revisão do meu texto. Meu muito obrigada!

A todos os colegas de Mestrado com quem muito aprendi nos momentos de conflitos e dificuldades, mas, especialmente, pelo compartilhamento das experiências de pesquisa.

E por fim, a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste estudo, os meus mais sinceros agradecimentos!

## RESUMO

O ProJovem Urbano é um Programa federal voltado para o segmento da população situado em um contexto econômico, social e político fortemente demarcado por elevados índices de desigualdades que retroalimentam a pobreza e a miséria de grande parte da sociedade. Assim sendo, o Programa incentiva a conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a participação em ações comunitárias propondo melhorar as condições sociais dessa porção considerada excluída dos benefícios da vida em sociedade. Levando em conta a dimensão desse Programa em termos de atendimento à juventude brasileira, o objetivo central deste estudo avaliar o ProJovem Urbano, sobretudo, o ProJovem Urbano de Fortaleza, a partir das vozes de alunos egressos do curso da edição de 2014, os quais, por estarem imersos nesse processo político-pedagógico-educacional, configuram-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Para a contextualização da temática, realizamos uma revisão bibliográfica dialogando com autores que versam sobre o conceito e a avaliação de políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Educação, evidenciando aquelas voltadas para a juventude brasileira. Nesse escopo teórico, abordamos ainda aspectos conceituais voltados à juventude, assim como uma descrição da conjuntura de criação e formulação das políticas públicas para os jovens no Brasil, e também do ProJovem Urbano, uma das modalidades do ProJovem Integrado. Quanto ao percurso metodológico, envolveu além da revisão bibliográfica e documental, características empíricas, considerando os depoimentos dos jovens egressos por meio do instrumental de coleta de dados. A pesquisa configura-se como qualitativo-interpretativista, cujas estratégias utilizadas na coleta e análise de dados compreendem a análise das respostas do questionário on-line aplicado aos jovens egressos. Salienta-se que a perspectiva avaliativa adotada para este estudo é a avaliação de impacto, que nos termos de Trevisan e Van Bellen (2008), é aquela que foca nos efeitos ou impactos causados na sociedade para além dos beneficiários da intervenção pública, avaliando a sua eficácia social e também detectando se as mudanças transcorrem na direção desejada. O estudo apontou que as contribuições do Programa para a vida dos jovens egressos frente às expectativas iniciais e perspectivas futuras quanto à inserção destes no mercado de trabalho revelam um quadro de carências múltiplas, expressas sob diversas formas na totalidade social. Observou-se também que as questões que envolvem o gênero e a raça dos jovens

egressos, bem como o território onde moram, influenciaram consideravelmente nos resultados deste estudo. Com isso, percebe-se que os reflexos das mudanças mais amplas no mundo do trabalho atingem intensamente este segmento da sociedade, inviabilizando oportunidades de ingresso e permanência destes no mercado de trabalho.

**Palavras-Chave:** avaliação de políticas públicas; juventude; ProJovem Urbano; jovens egressos.

## ABSTRACT

ProJovem Urbano is a federal program aimed at a segment of the population located in an economic, social and political context strongly marked by high levels of inequality that feed back into the poverty and misery of a large part of society. As such, the program encourages the completion of primary education, professional qualifications and participation in community activities, with the aim of improving the social conditions of this segment of the population, which is considered to be excluded from the benefits of life in society. Bearing in mind the scale of this program in terms of serving Brazilian youth, the central objective of this study is to evaluate ProJovem Urbano, especially ProJovem Urbano in Fortaleza, based on the voices of students who graduated from the 2014 edition of the program, who, because they are immersed in this political-pedagogical-educational process, are key elements in the development of this work. To contextualize the theme, we carried out a bibliographical review in dialogue with authors who deal with the concept and evaluation of public policies developed by the Ministry of Education, highlighting those aimed at Brazilian youth. Within this theoretical scope, we also covered conceptual aspects related to youth, as well as a description of the context of the creation and formulation of public policies for young people in Brazil, and also of ProJovem Urbano, one of the modalities of ProJovem Integrado. As for the methodological approach, it involved not only a bibliographical and documentary review, but also empirical characteristics, considering the testimonies of the young graduates through the data collection instrument. The research is qualitative-interpretative, and the strategies used to collect and analyze the data include analyzing the answers to the online questionnaire applied to the young graduates. It should be noted that the evaluation perspective adopted for this study is impact evaluation, which, according to Trevisan and Van Bellen (2008), focuses on the effects or impacts caused on society beyond the beneficiaries of the public intervention, assessing its social effectiveness and also detecting whether the changes are going in the desired direction. The study showed that the Program's contributions to the lives of the young graduates in terms of their initial expectations and future prospects for entering the job market reveal a picture of multiple needs, expressed in various forms in the social totality. It was also observed that issues involving the gender and race of the young graduates, as well as the area where they live, had a considerable influence on the results of this study. As a result, we can see that the effects of the wider changes

in the world of work have hit this segment of society hard, making it impossible for them to enter and remain in the job market.

**Keywords:** evaluation of public policies; youth; ProJovem Urbano; young egresses.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propósito de política pública: mudança social .....	31
Figura 2 – População residente segundo o sexo % .....	39
Figura 3 – População residente segundo o sexo e os grupos de idade .....	40
Figura 4 – Estrutura do espaço ProJovem .....	49
Figura 5 – Sistematização do ProJovem Integrado .....	54
Figura 6 – Mapa dos bairros de Fortaleza distribuídos pelas 12 Regionais .....	74
Figura 7 – Principais motivos de abandono escolar das pessoas entre 14 e 29 anos segundo o IBGE (2022) .....	86
Figura 8 – Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham e estão fora da força de trabalho segundo o IBGE (2022) .....	94

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Modalidades do Programa Integrado de Juventude – ProJovem ...	54
Quadro 2	– Documentos Normativos do ProJovem Urbano .....	56
Quadro 3	– Quadro comparativo das alterações ocorridas no ProJovem Urbano de 2005 a 2012 .....	58
Quadro 4	– Carga Horária das três dimensões do currículo nos programas ProJovem Original e ProJovem Urbano .....	60
Quadro 5	– Eixos estruturantes e conteúdos curriculares do ProJovem Urbano	61
Quadro 6	– Carga horária total do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014 ...	67
Quadro 7	– Carga horária semanal do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014 .....	67
Quadro 8	– Ações do Grupo de Trabalho de combate à Evasão – edição 2014	69
Quadro 9	– Arcos Ocupacionais PJU edição 2014 .....	71
Quadro 10	– Bairros de Fortaleza onde os jovens egressos residem .....	75
Quadro 11	– Possíveis contribuições do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014 para a vida dos jovens egressos .....	100

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de filho(a)(s) dos jovens egressos participantes da pesquisa .....	77
Gráfico 2 – Faixa salarial da família .....	79
Gráfico 3 – Ano/série que havia estudado antes de se matricular no ProJovem ...	84
Gráfico 4 – Quantidade de vezes em que os jovens egressos iniciaram e não concluíram os estudos antes do ProJovem Urbano .....	84
Gráfico 5 – Principal motivo de ter parado de estudar antes do ProJovem Urbano	85
Gráfico 6 – Quanto tempo havia permanecido com trabalho remunerado por ano antes de entrar no ProJovem Urbano	89
Gráfico 7 – Área(s) de trabalho dos jovens egressos antes do ProJovem .....	90
Gráfico 8 – Como o jovem egresso procurava trabalho antes de ingressar no ProJovem Urbano .....	96

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da carga horária do ProJovem .....	50
Tabela 2 – Categorias e subcategorias de análise da pesquisa .....	80

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APs	Áreas Particulares
CAED	Centro de Políticas e Avaliação da Educação
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional da Juventude
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CUCA	Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esportes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EF	Ensino Fundamental
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EM	Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDT	Instituto do Desenvolvimento e Trabalho
JE	Jovem Egresso
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAPP	Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PEQ	Programa de Qualificação do Trabalhador
PJU	ProJovem Urbano
PLA	Plano de Ação Comunitária
Planfor	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNJ	Política Nacional de Juventude

PPI	Projeto Pedagógico Integrado
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEDAS	Secretaria de Educação e Assistência Social
SEGER	Secretaria Municipal de Gestão Regional
SER	Secretaria Executiva Regional
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação
SMA	Sistema de Monitoramento e Avaliação
SME	Secretaria Municipal da Educação
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SEPLA	Secretaria de Planejamento
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	17
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
2.1	Tipo de pesquisa e abordagem de dados.....	23
2.2	<i>Locus</i> da pesquisa .....	25
2.3	Os sujeitos da pesquisa .....	25
2.4	Coleta e Análise dos dados .....	26
2.4.1	<i>Instrumento de coleta de dados (Questionário)</i> .....	27
3	POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS..	30
3.1	Avaliação de Políticas Públicas .....	33
3.2	Políticas Públicas para a juventude .....	38
4	PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM): ESBOÇO HISTÓRICO .....	48
4.1	ProJovem Urbano: concepções e implicações .....	55
4.2	Conhecendo o ProJovem Urbano do município de Fortaleza .....	63
5	AVALIAÇÃO DO PROJOVEM URBANO DE FORTALEZA EDIÇÃO 2014 A PARTIR DOS ALUNOS EGRESSOS .....	66
5.1	Caracterização do campo da pesquisa .....	72
5.2	Perfil dos sujeitos/participantes .....	76
5.3	Análise categorial dos dados .....	79
5.3.1	<i>Juventude</i> .....	81
5.3.2	<i>Ingresso no Programa e permanência nos estudos</i> .....	83
5.3.3	<i>Qualificação Profissional</i> .....	88
5.3.4	<i>Inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho</i> .....	93
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
	REFERÊNCIAS .....	107
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS/PARTICIPANTES DA PESQUISA (PROJOVEM) .....	117
	ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA.....	125

## 1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre as ações de políticas públicas em Educação voltadas para a juventude brasileira nos dias atuais é fundamental para que seja traçado um possível diagnóstico de como estas ações têm, de fato, repercutido na vida de jovens de modo efetivo e satisfatório. Nesse contexto, é válido destacar que, num país como o Brasil, atravessado por gritantes desigualdades sociais, principalmente diante de um cenário pós-pandemia da COVID-19<sup>1</sup>, tal realidade revelou ainda mais esta situação que afetou não apenas os jovens, como também as pessoas mais vulneráveis do Brasil e do mundo.

Os olhares do Estado brasileiro para a juventude, nos últimos anos, têm impulsionado o mesmo a implementar ações no âmbito das políticas públicas educacionais nas esferas federal, estadual e municipal com fortes repercussões sociais, e tais ações têm servido de referência para legitimar as políticas setoriais que visam, de modo geral, atender às necessidades dessa parcela específica da sociedade que tem sido historicamente excluída dos programas governamentais.

Em 2005, o governo federal instituiu a Política Nacional de Juventude (PNJ) – uma política implementada com vistas a mudar a forma de como os jovens vinham sendo tematizados, buscando também incorporar os segmentos juvenis e as diversas bandeiras levantadas pelo conjunto dos movimentos sociais brasileiros (Sposito; Carrano, 2003). Segundo Apolonio (2019), a PNJ está sob a coordenação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), e sua tarefa é coordenar, integrar e articular as políticas públicas de juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil.

E foi pensando nesse público juvenil, marcado por desigualdades e oportunidades limitadas, somado à precariedade da formação, que foi instaurado, no ano de 2005, o Programa de Inclusão de Jovens – ProJovem, caracterizado como um Programa de abrangência nacional, cujo público-alvo eram jovens na faixa etária de

---

<sup>1</sup> A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, um novo tipo de vírus que ainda não tinha sido identificado na espécie humana, e apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Os primeiros casos ocorreram no final do ano de 2019, na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. No Brasil, desde o primeiro caso registrado no dia 26 de fevereiro de 2020, foram registrados mais de 37,5 milhões de casos da COVID-19, e até julho de 2023, o número de mortes ultrapassava 700 mil (Wammes *et al.*, 2023).

18 a 29 anos, que soubessem ler e escrever, mas que não tivessem concluído o Ensino Fundamental (EF).

De acordo com Nascimento (2014), O Projovem, coordenado pela SNJ, surge como resposta a uma problemática que ganhou visibilidade dentro do governo no período de sua instituição, partindo da identificação de que uma parcela da juventude brasileira saía da escola sem concluir o ensino básico, não voltando, portanto, à escola formal nos moldes tradicionais, encontrando-se desempregada ou convivendo com situações de inserção precária no mundo do trabalho. Para a autora, a junção destas situações foi apontada, pelo governo, “como sintoma de um padrão de ‘exclusão social’ vivenciado por estes jovens, o que demandava políticas públicas para sua resolução” (p. 7).

Entretanto, o Programa teve que passar por uma reformulação para atender a uma das dimensões da Política Nacional de Juventude, que é a dimensão da inclusão, e por esta razão, no ano de 2008, as ações do Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude (GT), da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (CNJ), do Programa Nacional de Inclusão de Jovens e o ProJovem foram reunidas em um único programa – o ProJovem Integrado (Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008), desenvolvido por meio de quatro modalidades: ProJovem Adolescente, ProJovem Urbano, ProJovem Campo e o ProJovem Trabalhador, consolidando-se a partir de uma reorganização estrutural da proposta pedagógica implantada em 2005, com o intuito de promover a inclusão social de jovens brasileiros de 18 a 29 anos, bem como sua reinserção na escola e no mundo do trabalho, propiciando-lhes, assim, oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania.

O ProJovem Urbano, objeto de estudo de nossa pesquisa, no ano de 2012 passou a ser coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação (MEC), tendo sua gestão diretamente vinculada às Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação. Essa transição foi necessária para garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do Programa.

Assim, ProJovem Urbano volta-se para o segmento da população situado em um contexto econômico, social e político, que no cenário da pandemia da COVID-19, tornou-se ainda mais agravante. Fortemente demarcado por elevados índices de desigualdades que retroalimentam a pobreza e a miséria de grande parte da sociedade em detrimento de uma minoria que a eles tem acesso assegurado, o

Programa, ainda que reconhecendo as limitações da educação com essa finalidade, incentiva a conclusão do EF, a qualificação profissional e a participação em ações comunitárias, e dessa forma, propõe melhorar as condições sociais da porção considerada excluída dos benefícios da vida em sociedade, em particular, a escola e o mundo do trabalho (Carneiro, 2021).

Deste ponto em diante, apresento sumariamente a minha trajetória de atuação no universo juvenil e na educação que inspirou o interesse em analisar as políticas públicas para a juventude através desta pesquisa. Vale destacar que nesta parte do trabalho utilizo a primeira pessoa do singular pelo fato de, como autora deste estudo, referir-me a situações e experiências particulares que contribuíram de forma significativa para o surgimento/desenvolvimento da pesquisa.

Primeiramente, minha inquietação em compreender as múltiplas trajetórias e singularidades desses jovens excluídos do processo de escolarização justifica-se pela minha experiência como educadora deste Programa, em Fortaleza, no ano de 2011. A partir de 2013, passei a exercer a função de coordenadora geral do ProJovem Urbano de Fortaleza, e nesse contexto, pude ver de perto as diversas realidades dos jovens excluídos pela sociedade – alunos da rede municipal de Fortaleza que não concluíram os estudos no tempo certo e que desejavam/precisavam finalizar seus estudos no EF para, posteriormente, ingressar no Ensino Médio (EM), bem como estar qualificados profissionalmente para ingressar no mercado de trabalho.

No período em que exerci a docência do Programa, pude perceber a ausência destes jovens na sala de aula, principalmente as jovens mães, que alegavam, na maioria das vezes, não ter condições de frequentar as aulas devido à dificuldade de deixar sua(s) criança(s) com alguém à noite, para poder, então, estudar. Outros jovens deixavam de frequentar o curso por razões socioeducativas, tendo em conta, nesse contexto, que desde a implementação do Programa voltado à inclusão, todos os jovens poderiam (e deveriam) frequentar, assistir e permanecer nas aulas durante todo o curso a fim de adquirir conhecimento, capacitação profissional, certificado e dignidade para “esperançar” um futuro melhor para cada um.

Apesar de no momento não estar mais exercendo a coordenação do ProJovem Urbano Fortaleza em virtude deste Programa não estar mais ativo no município, não me sinto desligada totalmente, pois ainda colaboro diretamente, por assim dizer, auxiliando na certificação de alguns alunos que passaram pelo PJU Fortaleza no período em que ainda coordenava, e que na época não tinham se dado

conta de ir em busca desse documento. E como o mercado de trabalho, a cada dia, fica mais exigente na questão da comprovação da qualificação profissional, muitos destes jovens ainda me procuram para adquirir o certificado do curso a fim de comprovar a capacitação e, por conseguinte, ocupar a vaga de emprego desejada. É válido esclarecer que isso é possível, mesmo sem atuar na coordenação do Programa, devido ao acesso que tenho ao banco de dados destes jovens que estavam sob minha responsabilidade na época em que fui coordenadora.

Nesse ínterim, também considero que posso colaborar de forma indireta tendo a oportunidade de pesquisar sobre o Programa, no intuito de, por meio desta pesquisa, contribuir de forma significativa para analisar os desdobramentos do mesmo, visando avaliar, como também fomentar discussões a partir dos resultados, verificando se estes indicam evidências de que o Programa, de fato, favoreceu o bem-estar social dos jovens egressos que passaram por ele.

Essa estimulante experiência configurou-se em grande desafio, principalmente ao perceber as dificuldades que estes jovens enfrentam na vida e na sociedade em que estão inseridos. Tendo por base estas considerações, a problemática de nosso trabalho partiu dos seguintes questionamentos: como as ações de políticas públicas do ProJovem Urbano beneficiaram a vida de jovens egressos do município de Fortaleza? Quais mudanças podem ser observadas na vida dos egressos do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014?

Com vistas a buscar elementos que contribuam para a construção de conhecimentos e discussões, bem como o entendimento acerca das políticas públicas do ProJovem Urbano Fortaleza na vida de jovens egressos da edição de 2014, o objetivo central deste estudo é avaliar o ProJovem Urbano, sobretudo, o ProJovem Urbano de Fortaleza, a partir das vozes de alunos egressos do curso da edição de 2014, os quais, por estarem imersos nesse processo político-pedagógico-educacional, configuram-se como elementos fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. De modo específico, objetivamos ainda:

- a) Identificar as possíveis mudanças em relação à escolarização e permanência na escola dos alunos egressos do ProJovem Urbano de Fortaleza/CE;
- b) Verificar se o ProJovem Urbano de Fortaleza contribuiu para a qualificação profissional favorecendo a inserção dos sujeitos-alunos-egressos no mercado de trabalho;

- c) Averiguar, na perspectiva dos jovens egressos, se os conhecimentos construídos no decorrer do curso os auxiliaram na capacitação profissional e participação cidadã.

Outro aspecto que considero relevante ressaltar neste trabalho diz respeito ao período escolhido para realizar estas análises. Conforme apresentado, esta pesquisa visa investigar o ProJovem Urbano Fortaleza no período que compreende a edição de 2014. Primeiramente, esclareço que optei investigar esta edição no município, como já dito, porque nesse período exercia a função de coordenadora geral do Programa, e a partir disso, decidi analisar alguns aspectos que serão expostos mais adiante, com a finalidade de avaliar os impactos deste programa na vida destes jovens egressos, bem como tecer algumas considerações que julgo serem relevantes a fim de refletirmos sobre o porquê deste Programa não ter seguido adiante com novas edições em nossa cidade, tendo em vista a necessidade premente dos jovens cearenses terem um investimento governamental na vida deles.

Cumpré ainda assinalar que, tanto como educadores quanto como prestadores de serviços da Rede Municipal de Educação de Fortaleza, nossa responsabilidade social é contribuir com estes jovens por meio de um trabalho que possibilite adequar e ampliar o conhecimento sobre as práticas pedagógicas, determinando suas intenções e o impacto do Programa na vida destes, visando à formação para o exercício do direito à educação, à capacitação profissional, à cidadania, bem como a oportunidades de uma vida melhor.

Sendo assim, ressaltamos que, ao longo deste trabalho, nos debruçamos em avaliar o ProJovem Urbano Fortaleza com base nas seguintes categorias de análise: a) juventude; b) ingresso no Programa e permanência nos estudos; c) qualificação profissional; e d) a inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho.

Diante destas considerações, a presente pesquisa, neste capítulo introdutório, apresentou a importância de analisar as políticas públicas relacionadas aos programas governamentais implementados na sociedade, em especial, o ProJovem Urbano, objeto do nosso estudo, tendo sua operacionalização no município de Fortaleza/CE na edição de 2014. Revelamos ainda nossa justificativa para desenvolver este estudo, nossa problemática e os objetivos que nortearam o percurso de nosso trabalho.

Além desta seção introdutória, nossa pesquisa apresenta mais cinco capítulos, a saber: o segundo capítulo, no qual apresentamos o percurso

metodológico de nosso trabalho: o método de pesquisa adotado e a abordagem de dados, a perspectiva avaliativa, o *locus* e os participantes envolvidos. Sobre a coleta de dados, o *corpus* foi constituído por meio de fontes de evidências que julgamos ter sido imprescindíveis para a análise desta pesquisa, oriundos das respostas do questionário (instrumento de coleta de dados) enviado aos alunos egressos participantes, e também da análise bibliográfica e documental.

O terceiro capítulo trata dos aspectos conceituais e teóricos referentes: a) às políticas públicas; b) à avaliação de políticas públicas; e c) às políticas públicas para a juventude. O quarto capítulo, por sua vez, possui seções que versam sobre o nosso objeto de estudo, dialogando sobre o ProJovem como Programa nacional de inclusão de jovens, o histórico, concepções e implicações do ProJovem Urbano, e por fim, as discussões voltadas ao ProJovem Urbano do município de Fortaleza.

O quinto capítulo trata dos resultados obtidos neste estudo levando em conta as categorias de análise abordadas, que dizem respeito à juventude, ao ingresso e permanência dos alunos egressos no Programa e nos estudos, à qualificação profissional dos participantes da pesquisa e à inserção destes jovens egressos no mercado de trabalho.

No sexto e último capítulo apresentamos as considerações finais quanto às ações de políticas públicas do ProJovem Urbano Fortaleza na vida de jovens egressos que passaram pelo Programa na edição de 2014, delineando, com traços bem gerais, uma síntese a partir do marco referencial de análise, destacando os pontos relevantes abordados ao longo do presente estudo.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Como havíamos anunciado na introdução, discutir e analisar a implementação de uma política pública para a juventude fortalezense constitui o desafio central desse estudo, e portanto, torna-se indispensável o diálogo com o campo de avaliação de políticas públicas buscando, nesse sentido, trilhar um caminho de coerência entre a concepção metodológica da pesquisa e o aporte teórico adotado.

Partindo destas premissas, a presente pesquisa tem por finalidade avaliar o ProJovem Urbano do município de Fortaleza/CE a partir das vozes dos alunos egressos da edição de 2014. Para tanto, este capítulo subdivide-se em seções que relatam sumariamente sobre: o método de pesquisa adotado e a abordagem de dados, o *locus* e os participantes envolvidos. Sobre a coleta de dados, o *corpus* foi constituído por meio de fontes de evidências que julgamos ter sido imprescindíveis para a análise desta pesquisa, oriundos das respostas do questionário (instrumento de coleta de dados) enviado aos alunos egressos participantes, e também da análise bibliográfica e documental.

### 2.1 Tipo de pesquisa e Abordagem de dados

O tipo de pesquisa adotado para o presente trabalho é uma pesquisa social de cunho qualitativo com abordagem quantitativa na interpretação dos dados, tendo em vista que estes métodos partem da “noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo”. (Flick, 2009, p. 16).

Além disso, apoiados em Silva (2008, p. 113), buscamos também realizar o estudo numa perspectiva avaliativa, tendo em vista que esta abordagem “é uma aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para acessar a conceptualização, o desenho, a implementação e as utilidades de programas sociais de intervenção”. Com base nestes pressupostos teórico-metodológicos, visamos avaliar o ProJovem Urbano do município de Fortaleza/CE a partir das vozes dos alunos egressos da edição de 2014.

Ainda referente à abordagem da pesquisa, nossa investigação também caracteriza-se como uma pesquisa exploratória por envolver a pesquisa bibliográfica,

documental e empírica, buscando ampliar e aprofundar os conhecimentos de abordagem qualitativa, pois entendemos que tal abordagem exige que “o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita esclarecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo.” (Bogdan; Biklen, 1994, p. 49).

Buscamos ainda analisar o Projovem Urbano no sentido de averiguar os impactos dessa política pública de educação e qualificação profissional na vida dos jovens fortalezenses. Sob esse viés, entende-se que a perspectiva avaliativa de impacto corresponde ao nosso estudo, uma vez que, nos termos de Figueiredo e Figueiredo (1986), tal avaliação é atinente aos efeitos de Programas governamentais sobre a população-alvo, procurando estabelecer a relação de causalidade entre a política e a mudança nas condições sociais dos indivíduos nela inseridos, que no caso deste estudo, diz respeito aos jovens egressos do PJU de Fortaleza edição 2014.

Cumpramos esclarecer que uma avaliação de impacto determina se o programa teve os efeitos projetados em indivíduos, lares e instituições, bem como se tais efeitos podem ser atribuídos, de fato, à intervenção do projeto. Em se tratando da pesquisa qualitativa, a avaliação de impacto usa métodos de avaliações rápidas ou avaliações participativas, baseadas na participação dos beneficiários e gestores dos programas (Baker, 2001), que, como já dito, neste estudo, tal método avaliativo visa analisar o impacto do ProJovem Urbano na vida dos jovens egressos da edição de 2014.

Contudo, entendemos que revelar esta realidade requer do pesquisador uma base teórica sustentada no conhecimento que se apresenta de forma efetiva através da práxis. Desse modo, compreendemos que a reflexão teórica sobre a realidade não é uma reflexão sem significados, mas sim, uma reflexão sustentada pelo pensamento crítico. Nesse sentido, Frigotto contribui (2010, p. 89) enfatizando que

No processo dialético de conhecimento da realidade, o que importa profundamente não é a crítica pela crítica, o conhecimento pelo conhecimento, mas a crítica e o conhecimento crítico para uma prática que altere e transforme a realidade anterior no plano do conhecimento e no plano histórico-social.

Nesse sentido, o presente estudo também se assenta numa avaliação crítica dialética da realidade, buscando, assim, refletir, pensar e analisar as repercussões do Projovem Urbano no processo de escolarização e qualificação profissional dos jovens do município de Fortaleza, *locus* da pesquisa.

Por fim, pretendemos ainda utilizar um estudo comparativo, haja vista que esse método, no entendimento de Marconi e Lakatos (2003), permite analisar o dado real, podendo ser usado em todas as fases da investigação, trazendo, desse modo, resultados relevantes. Para os autores, este método realiza comparações cuja finalidade é verificar as similitudes e explicar as divergências que possam surgir.

## **2.2 Locus da pesquisa**

O campo de análise pensado para avaliar as políticas públicas do PJU Fortaleza (edição 2014) compreende as escolas da capital que foram polos dos núcleos do referido Programa, cada uma situada em regionais distribuídas pela capital<sup>2</sup>.

A princípio, é válido esclarecer que não foram especificadas o perfil das escolas-polo para a coleta de dados em virtude de que nosso foco foi o de conseguir informantes necessários para constituir os dados da pesquisa, haja vista que o Programa objeto de nosso estudo não está mais vigente em nossa cidade. Por esta razão, fizemos um levantamento de busca dos indivíduos que aceitassem colaborar com nossa pesquisa, sem, portanto, especificar quais escolas seriam contempladas devido à dificuldade de contatar estes jovens egressos da edição 2014.

## **2.3 Os sujeitos da pesquisa**

A rede municipal de Fortaleza possui seis distritos de educação e coordena 311 instituições escolares que ofertam ensino público do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, e também Ensino de Jovens e Adultos – EJA. Nestas escolas, estão lotados 311 diretores, 311 secretários escolares e 690 coordenadores pedagógicos.

Levando em conta a grande quantidade de estabelecimentos de ensino da rede municipal de Fortaleza que ofertam o ensino público a jovens e adolescentes, a amostragem a ser utilizada nesta pesquisa para a entrevista não será probabilística, tendo em vista que a amostra se dá de maneira intencional, e não aleatória.

Assim, os sujeitos de interesse da nossa investigação, para fins analíticos e comparativos quanto à avaliação de políticas públicas do PJU Fortaleza, foram

---

<sup>2</sup> A caracterização do campo de pesquisa, bem como a distribuição dos bairros em suas respectivas regionais é apresentada posteriormente, na seção 5.1 deste trabalho.

alunos egressos do Programa da edição de 2014 das escolas-polo distribuídas entre as doze Secretarias Executivas Regionais – SER conforme apresentado em seção ulterior, que conseguimos entrar em contato e que decidiram participar desta pesquisa.

Devido às dificuldades de se contatar estes jovens egressos em virtude do tempo transcorrido (2014-2024), e devido a muitos destes jovens, possivelmente, terem mudado de contato e endereço – situações com as quais tivemos que nos deparar ao longo da coleta de dados, o caminho trilhado para chegar a estes jovens foi bastante espinhoso. Diante disso, importa esclarecer que o principal instrumento de localização utilizado para entrar em contato com os alunos-informantes que tivemos à nossa disposição foram as fichas de matrícula dos jovens egressos do PJU Fortaleza (edição 2014). De posse dos contatos encontrados nestas fichas, conseguimos o total de doze jovens egressos que aceitaram colaborar com nossa pesquisa, constituindo, portanto, os dados deste estudo.

#### **2.4 Coleta e Análise dos dados**

Além do levantamento bibliográfico e documental, realizamos um procedimento na coleta de dados que diz respeito à aplicação de um questionário on-line com perguntas abertas e fechadas, tendo em vista que tal instrumento também serviu de suporte para a compreensão do objeto de estudo a partir do olhar dos sujeitos-participantes diretamente envolvidos no PJU Fortaleza edição 2014.

Por meio do questionário, buscamos examinar as respostas coletadas no ProJovem Urbano de Fortaleza evidenciando os efeitos ou impactos deste Programa na vida dos jovens egressos colaboradores da pesquisa. De acordo com Duarte (2009), os estudos dessa natureza buscam avaliar a relação existente entre a implementação de uma política/programa associado às mudanças efetuadas nas condições de vida das pessoas beneficiadas.

Quanto à análise dos dados coletados, utilizamos, como estratégias de pesquisa, análise bibliográfica e documental somada à análise das respostas do questionário. A primeira nos serviu de subsídio para melhor compreender a política pública para a juventude por meio da literatura especializada e legislação vigente. Em relação à segunda, fizemos uma análise contextualizada dos dados na tentativa de conhecer o que está por trás das vozes destes jovens através das respostas coletadas

no questionário.

É importante destacar que, independentemente do tipo de mensagem que possa ser interpretada, ela terá um vínculo com as condições contextuais dos agentes que a produziram, estando, estas condições, relacionadas: à evolução histórica da humanidade e às condições econômicas e socioculturais em que os sujeitos-alunos-egressos estão inseridos.

Ainda referente à análise bibliográfica e documental, estas, por sua vez, compreendem os seguintes procedimentos: buscar a contribuição de autores que trabalham a temática, em referências teóricas de livros, dissertações e teses, revistas especializadas e/ou artigos científicos publicados e realizar a análise dos documentos referentes ao Programa, entre os quais, citamos o Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do ProJovem Urbano, o Manual do Educador, leis e decretos que instituíram o referido Programa, dentre outros. Salientamos ainda que, apoiados em Bardin (2016), a análise documental configura-se em um conjunto de operações que visa representar o conteúdo de um documento, de uma forma original, com intuito de facilitar a sua consulta, e tem por objetivo,

[...] dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). (Bardin, 2016, p. 45- 46).

Ressaltamos ainda que, para o processo de análise e compreensão do Programa em questão, será de grande relevância o entendimento tanto da literatura consultada quanto destes documentos normativos, haja vista sua referência como base formal, legal e conceitual do ProJovem Urbano.

#### **2.4.1 Instrumento de coleta de dados (Questionário)**

Junto com a revisão teórico-metodológica, um outro procedimento utilizado na coleta de dados, como já dito anteriormente, diz respeito ao questionário com perguntas abertas e fechadas enviado aos jovens egressos participantes da pesquisa, tendo em vista que esse procedimento serviu de base para a compreensão das categorias de análise apresentadas na parte introdutória deste estudo, posto que, a

partir das respostas dos sujeitos-alunos-egressos, foi possível verificar as repercussões do ProJovem Urbano no processo de escolarização e qualificação profissional dos mesmos.

A aplicação de um questionário teve o intuito de situar a pesquisa num contexto mais amplo do campo empírico. Segundo Moreira e Caleffe (2006), a partir do questionário, as respostas podem ser quantificadas por meio de técnicas estatísticas sofisticadas e os resultados podem ser apresentados com toda a confiança que os números trazem. Para os autores, o uso desse instrumento contribui para o uso eficiente do tempo, do anonimato do respondente e também da possibilidade de uma taxa alta de retorno.

Os sujeitos participantes desta pesquisa foram os jovens egressos do ProJovem Urbano de Fortaleza da edição de 2014 que conseguiram concluir com aproveitamento o curso. Estes sujeitos, a nosso ver, são fundamentais, pois dispõem de informações relevantes que nos permitiram analisar e avaliar se o Programa possibilitou o avanço na escolarização e sua inserção no mercado de trabalho dentro de um recorte temporal que corresponde a dez anos (2014-2024). Para nós, o olhar dos sujeitos-alunos-egressos acerca do ProJovem Urbano, bem como suas repercussões na inclusão destes se configura num dado importante para este estudo.

Com o intuito de buscar informações para compreender o nosso objeto de estudo, e também caracterizar o perfil dos participantes, o questionário aplicado atendeu bem a esta pesquisa empírica, pois contribuiu para a coleta de informações dos egressos quanto à idade, sexo/gênero, comunidade em que reside, estado civil, quantidade de filhos, grau de escolaridade atual, condição atual de emprego e renda, suas opiniões das experiências vivenciadas no Programa e como se encontram suas vidas na atualidade após a passagem pelo ProJovem Urbano.

A relevância da utilização do questionário se dá em função do seu papel de descrever as características de indivíduos ou grupos, e também medir variáveis de determinados grupos sociais (Richardson *et al.*, 1999). Outros autores que atribuem objetivos para o questionário são Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004). Para eles, tal instrumento contribui para “avaliar atitudes, opiniões, comportamentos, particularidades da vida (renda, tamanho da família, condições de moradia etc.) ou outras questões” (p. 484). Ainda de acordo com estes autores, em relação às perguntas presentes nos questionários, elas podem ser

perguntas abertas com as quais se trabalha a análise de conteúdo; de perguntas abertas que contemplem respostas breve e objetivas (como o número de filhos, por exemplo); de questões de múltiplas escolha; de questões com respostas adjetivadas (como classificação de tópicos usando-se excelentes, muito bom, regular, ruim, muito ruim); de questões com respostas adverbiais (sempre, frequentemente nunca etc.); e de questões que usam a escala Likert. (Worthen; Sanders; Fitzpatrick, 2004, p. 484).

No referido instrumento de coleta de dados, as categorias de análise foram exploradas e organizadas em grupos de questões para, posteriormente, serem trabalhadas. Estas são denominadas de categorias empíricas, que, segundo Minayo (2010, p. 179), “constituem-se em classificações com dupla elaboração: são, antes de tudo, **expressões classificatórias** que os atores sociais de determinada realidade constroem e lhes permitem dar sentido a sua vida, suas relações e suas aspirações” (grifo da autora). Tais expressões requerem uma sensibilidade e um olhar cuidadoso para o trato dos dados, possibilitando compreendê-los e valorizá-los.

As categorias analíticas de nosso estudo, embasadas em Minayo (2010, p. 178), construídas histórica e socialmente, são as bases para o conhecimento de um dado objeto de forma geral, sendo que “comportam vários graus de generalização e de aproximação”. Assim, para analisarmos nosso objeto de pesquisa, utilizamos as categorias juventude, ingresso no Programa e permanência nos estudos, qualificação profissional e inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho, e com base nelas, constituímos o questionário com 37 questões. Para tanto, optou-se por questões objetivas e também subjetivas, com a pretensão de se obter respostas apresentadas, tanto marcadas diretamente ou textualmente quanto de forma livre. Segundo Richardson *et al.* (1999), no que se refere aos questionários com perguntas fechadas e abertas,

As perguntas fechadas, são destinadas a obter informação sociodemográfica do entrevistado (sexo, escolaridade, idade etc.) e respostas de identificação de opiniões (sim – não, conheço – não conheço etc.), e as perguntas abertas, destinadas a aprofundar as opiniões do entrevistador (p. 192).

As respostas foram analisadas e os resultados são apresentados através de gráficos e tabelas nas seções e subseções do capítulo de análise. Estas respostas nos ajudaram a elucidar as questões da pesquisa, como também interpretar e compreender a relação entre a realidade atual dos jovens egressos e as experiências vivenciadas no ProJovem Urbano.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS

Tendo em vista avaliar o ProJovem Urbano Fortaleza referente à edição de 2014, conforme especificado anteriormente, é necessário esclarecer, neste capítulo, o que entendemos sobre políticas públicas. Como ponto de partida, é importante destacar que a compreensão de política pública, segundo Nunes (2015), passa, primeiramente, pela definição do que é política. Para o autor, esta pode ser definida como um processo no qual se toma um conjunto de decisões, vista também como produto desse processo.

Por sua vez, Ham e Hill (1984) argumentam que a política é um processo de ação, e, portanto, configura-se em um conjunto de decisões que inclui alguns aspectos, a saber: a) as decisões são ações complexas; b) um conjunto de decisões resume, pelo menos em parte, o que é a política; c) as políticas mudam ao longo do tempo; d) e o estudo das decisões não tomadas também deve ser levado em conta no estudo da política.

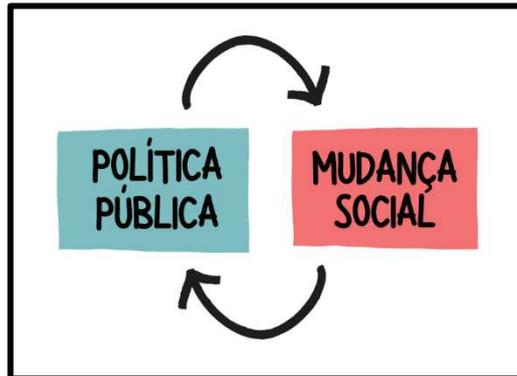
Para analisar uma política, Lejano (2012, p. 17) pressupõe, de forma “presunçosa” (definida dessa forma pelo próprio autor), que uma análise política “é o processo pelo qual chegamos a um curso de ações públicas que provocarão mudanças benéficas na situação em questão”. Ele explica que tal análise é vista como presunçosa porque envolve “ação”, que implica em mudanças reais nas situações reais. No que concerne à “pública”, o autor declara que esta expressão se refere a qualquer efeito que afeta quaisquer indivíduos em um determinado grupo social.

Diante disso, podemos entender que o conceito de políticas públicas envolve, objetivamente, dois aspectos: decisão e ação. Do ponto de vista de Coelho (2012), o primeiro simboliza o ato de fazer escolhas, tomando por base as diferentes alternativas visualizadas. Já a ação, na visão do autor, implica na operacionalização das decisões tomadas, movendo-se em direção a algum fim, dando sentido a um determinado ato político.

Por sua vez, Rosa, Lima e Aguiar (2021), ao conceituarem políticas públicas, enfatizam que as definições correspondem aos propósitos destas políticas na sociedade. Ou seja, segundo os autores, para fazer políticas públicas é preciso ter em mente que estas ações devem visar, sobretudo, as mudanças sociais, haja vista que, no nosso entendimento, as políticas públicas são instrumentos técnico-políticos destinados a enfrentar um determinado problema social – normalmente algo que é

considerado indesejável e que desencadeia uma ação de retorno. Nesta conotação, ganha relevância: (a) o caráter dos processos de construção da ação, devido à intenção de tratar um problema social; e (b) a pretensão do fim almejado, que é a mudança social, conforme podemos observar no exemplo da figura 1.

Figura 1 – Propósito de política pública: mudança social



Fonte: Rosa, Lima e Aguiar (2021).

Nessa mesma linha de raciocínio, Saravia (2006) acrescenta que uma política pública envolve um fluxo de decisões públicas, seja para manter o equilíbrio social, seja para introduzir desequilíbrios visando mudar a realidade. Para este autor, as políticas públicas podem ser consideradas como estratégias que apontam para diferentes fins, de certa forma, almejados pelos diferentes grupos envolvidos no processo decisório.

Estas definições, fundamentadas num conjunto de critérios previamente analisados e estabelecidos, nos dão uma breve dimensão de como o campo da política pública atua, em especial, no território brasileiro, bem como suas principais características, suas formulações e elementos intervenientes, seu processo de desenvolvimento como uma política (tornando-a numa ação efetiva), o que define sua qualidade, e por fim, de que forma a avaliação e a política se mantêm interconectados. Estas discussões, a nosso ver, são relevantes para melhor compreendermos e avaliarmos as ações de políticas públicas que envolvem o nosso objeto de estudo.

O termo “políticas públicas” é definido por Mastrodi e Ifanger (2019) como uma expressão usada abundantemente para referir-se a um certo tipo de ação estatal eficaz que vise promover e garantir quaisquer direitos, capaz de resolver todas (ou, pelo menos, quase todas) as demandas da sociedade. Os autores enfatizam que a definição de políticas públicas é mais compreendida em seu sentido funcional, ou seja,

algo que, de fato, tem que funcionar, não havendo, portanto, muita discussão sobre o que seria uma política pública, mas sim, se ela serve a um determinado propósito estabelecido.

Sobre esse aspecto, Pereira (2008, p. 95) ressalta que,

[...] quando se fala de política pública, está se falando de uma política cuja principal marca definidora é o fato de ser pública, isto é, de todos, e não porque seja estatal (do Estado) ou coletiva (de grupos particulares da sociedade). O caráter público desta política não é dado apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do agregado social que lhe demanda atenção, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta, ao mesmo tempo, de ingerências do Estado e da sociedade.

Com base nos autores citados, podemos entender que toda política é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade. Dito de outro modo, significa que se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente. Ou seja, seu desenvolvimento é expresso em momentos bem definidos, muitas vezes simultâneos e interdependentes, que envolvem uma sequência de ações sob a forma de reações, mais ou menos institucionalizadas, em resposta a situações problemáticas que são percebidas e materializadas através de programas, projetos e serviços.

É nesse sentido que tais ações, conforme apontaram Mastrodi e Ifanger (2019), configuram-se em ações funcionais, isto é, ações estatais que visam desempenhar uma determinada função para atingir uma finalidade. Para estes autores, é justamente pelo fato de as ações de políticas públicas serem uma atividade estatal baseada em orçamento, definidas a partir de recursos públicos cujo gasto ou investimento é autorizado para que se implementem tais ações que, em tese, poderão atingir a finalidade prevista. No entanto, vale salientar que toda política pública deve ser vista como um mecanismo de transformação social, destinado a promover o bem-estar dos segmentos da sociedade, especialmente os mais pobres, devendo, portanto, ser um mecanismo não só de distribuição de renda, como também de equidade social. (Silva, 2001).

Nessa perspectiva, Apolonio (2019) assinala que vários fatores têm contribuído para o crescente interesse no tema das políticas públicas como campo de estudo e maior visibilidade do setor nas últimas décadas, e dentre eles, destaca-se a busca de projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e a inclusão

social de grandes segmentos da população. Para a autora, os resultados concretos são construídos quando a implementação da política pública sucede a fase de tomada de decisão, convertendo, pois, em intenções e ações, as regras e rotinas que antecedem ao processo de avaliação.

A referida autora ressalta que a avaliação é a fase cíclica de políticas públicas que examina tanto o processo de implementação quanto o desempenho desse processo. Seu intuito é verificar qual o estado da política pública, e se houve redução do problema que gerou sua necessidade. Dessa forma, a avaliação contribui para a definição de critérios, indicadores e padrões que a fundamentaram, bem como se a escolha em questão funcionou bem ou não.

Quanto à discussão sobre avaliação de políticas públicas, tratamos a seguir, com maior critério sobre esta temática, visando entender os significados do que seja a avaliação de políticas públicas enquanto processo, assim como sua competência no aperfeiçoamento da política.

### **3.1 Avaliação de Políticas Públicas**

Discutidas as principais questões referentes às políticas públicas, é mister, nesta seção, apresentar em traços gerais, as principais considerações sobre o entendimento do que seja uma avaliação de políticas públicas. Primeiramente, Rodrigues (2008) nos revela que o tema da avaliação de políticas públicas, apesar de ser recente, apresenta um constante crescimento mundial, particularmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha. No Brasil, segundo a autora, apenas no final da década de 80 e início dos anos 90 a temática da avaliação das políticas públicas se intensificou, assumindo, portanto, um papel de destaque nas administrações públicas da América Latina, no contexto da reforma do Estado.

Tendo por base estes pressupostos, é válido, primariamente, conceber a definição do termo “avaliação” para, posteriormente, aprofundar o entendimento a respeito da avaliação na área das políticas públicas. Para tanto, trazemos para nossa discussão as contribuições de Garcia (2001, p. 31) ao definir avaliação como sendo

[...] uma operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido. Pode ser considerada, também, como a operação de constatar a presença ou a quantidade de um valor desejado nos resultados de uma ação empreendida para obtê-lo, tendo como base um quadro referencial ou

critérios de aceitabilidade pretendidos.

A ação de avaliar, pelo que podemos perceber nas palavras de Garcia, vai também de encontro às concepções de outros autores que possuem esta mesma visão, de que a avaliação tem uma intenção mais ampla, pois, além de ser uma operação que visa constatar uma ação empreendida, também permite orientar as decisões e os novos programas. Ou seja, ela passa a ser vista como um referencial decisório na recriação, tanto das políticas, quanto dos programas (Brousselle, 2011).

Ainda no plano conceitual, Belloni (2007) explica que a avaliação é um ato generalizado e espontâneo, realizado por qualquer indivíduo em qualquer atividade humana; portanto, é uma ferramenta essencial para compreender, aprimorar e direcionar as ações individuais ou grupais. É uma mediação entre passado e presente com visão de futuro. Assim, podemos entender a avaliação como um processo sistemático de análise, ou seja, uma atividade, fato ou coisa que permite a compreensão em todos os seus aspectos, de forma contextualizada, a fim de estimular o seu aperfeiçoamento em qualquer área em que for aplicada.

Embora não seja de interesse central para este trabalho realizar uma discussão mais abrangente sobre as concepções de avaliação nos mais distintos campos do conhecimento, julgamos necessário apresentar, deste ponto em diante, a discussão referente àquela que se destina à avaliação de políticas, planos ou projetos e programas. No que concerne à avaliação de programas, para Ala-Harja e Helgason (2000), esse tipo de avaliação configura-se num mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões.

Significa que, a avaliação, nesse caso, permite ao governante: a) um certo conhecimento dos resultados de um dado programa; b) uma informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção ou implementação de um programa; c) fundamentar decisões; e d) melhorar a prestação de contas sobre políticas e programas públicos. Para os autores citados, as principais metas da avaliação consistem na melhoria do processo de tomada de decisão, na alocação apropriada de recursos e na prestação de contas para o parlamento e os cidadãos.

Nesse sentido, Silva (1999) ressalta que a razão mais imediata para o interesse em avaliar as atividades do governo se concentram na eficácia, isto é, na avaliação dos resultados pretendidos e não pretendidos dos programas implementados. Para o autor, a segunda razão é entender o processo pelo qual os

programas alcançam ou deixam de alcançar esses resultados, analisando a dinâmica das intervenções do Estado e as questões específicas que surgem durante a implementação.

Nessa mesma direção, Coelho (2012) aponta que a avaliação consistente da ação pública como bem-sucedida vai depender, fundamentalmente, da qualidade das informações geradas pelas políticas públicas, incluindo seus resultados. Esses elementos constroem o objeto a ser avaliado, e quanto melhor for a qualidade e o alcance dessas informações, maiores serão as chances de realizar uma avaliação de conformidade.

Pensando na avaliação de políticas públicas do objeto de nosso estudo, consideramos ainda as contribuições de Coelho (2012) ao assinalar que temos que ter condições de pensar na avaliação da política pública e na realização do processo avaliativo, integrados, sendo sustentadas, num primeiro momento, pela qualidade das informações produzidas pela ação da política pública e, num segundo momento, pelas condições do contexto, definidas em função da comparabilidade com políticas afins. Segundo o autor, essas duas condições são decisivas ao estabelecimento de parâmetros referenciais a serem adotados na avaliação.

É com base nestas considerações que podemos, então, visualizar a ideia da avaliação como uma instância qualificadora de políticas públicas. Em outros termos, a atividade avaliativa, atuante no campo da política, produz informação de qualidade por meio da aplicação de procedimentos técnico-metodológicos, possibilitando a visualização de todos os efeitos e consequências reais da ação política de forma transparente, almejando que a sociedade reconheça os méritos da intervenção, bem como o papel dos seus gestores. Dessa forma, as avaliações permitem que a política pública se apresente em uma dimensão mais qualificada e com resultados mais significativos (Coelho, 2012).

Além dos aspectos ressaltados, fica evidente haver um crescente interesse pela avaliação associado às mudanças na sociedade, especialmente no Brasil, no tocante à inovação e à experimentação de programas governamentais. Estudos nesta perspectiva examinam, de forma objetiva e sistemática, os projetos ou programas em toda a dimensão do processo de execução e/ou ao seu término, a exemplo do que estamos propondo com o objeto de nosso estudo. Tais estudos, a nosso ver, devem contemplar desempenho, implementação e resultados destes programas, visando verificar sua eficiência, seus impactos, sua sustentabilidade e relevância de seus

objetivos. A respeito disso, Costa e Castanhar (2003, p. 21) corroboram

[...] o grau em que as metas do programa estariam sendo realizadas e, em segundo lugar, identificar o impacto das variáveis-chave do programa, e o papel do programa em contraste com o impacto de outras variáveis externas que porventura se relacionem com suas metas. [...] analisar não só a eficácia de um programa, mas igualmente avaliar a utilidade social do próprio programa.

No que tange a avaliar a eficácia do programa, elencado acima pelos autores, e diante dos diversos objetivos apresentados até então a respeito da avaliação de política pública, Trevisan e Van Bellen (2008) distinguem três modalidades de avaliação com base em Garcia (2001), Carvalho (2003) e Costa e Castanhar (2003): avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto.

Na concepção dos autores, a avaliação de metas visa medir o grau de realização de um programa. As metas de um programa são os resultados que mais fluem dele. É, portanto, uma avaliação *ex post facto*, uma vez que atribui valores a um conjunto de metas, definindo o programa em função da concretização desses objetivos. Algumas limitações desse tipo de avaliação são: a necessidade de especificar as metas com precisão; a seleção de metas a serem incluídas no processo de avaliação; e as mudanças na sociedade durante a execução do Programa.

Em relação à avaliação de processo, Trevisan e Van Bellen (2008) explicam que ela visa: a) detectar defeitos na elaboração de procedimentos; b) monitorar e avaliar a execução de procedimentos para a implementação de programas; c) identificar barreiras e obstáculos para sua implementação; e d) gerar dados para sua reprogramação por meio do registro das intercorrências e atividades. Esta avaliação, na visão dos autores, é realizada em paralelo com o desenvolvimento do programa, haja vista que a utilização adequada da informação produzida permite integrar alterações ao seu conteúdo.

Por seu turno, a avaliação de impacto, apresentada pelos autores citados, é aquela que foca nos efeitos ou impactos causados na sociedade e, portanto, para além dos beneficiários da intervenção pública, avaliando a sua eficácia social. Essa avaliação, vale ainda destacar, visa detectar as mudanças que realmente ocorrem, e se estas transcorrem na direção desejada. Para os autores, dois pressupostos orientam a avaliação de impacto: o primeiro reconhece objetivos de mudança social

na política analisada e, desse modo, faz sentido configurar a pesquisa para medir impactos. Já a segunda hipótese é aquela que estrutura a análise de uma relação causal entre o programa e a mudança causada.

Partindo destas observações, ressaltamos que, do ponto de vista dos propósitos apresentados em nossa pesquisa, visando avaliar o ProJovem Urbano do município de Fortaleza/CE a partir das vozes dos alunos egressos da edição de 2014, e com base no que foi exposto a respeito dos tipos de avaliação, acreditamos que o nosso estudo se enquadra no perfil da avaliação de impacto.

Primeiramente (tomando como exemplo o nosso objeto de estudo), corresponde a avaliar o Programa especificado na introdução deste trabalho tendo em vista verificar o desenvolvimento do Programa, no período citado nos objetivos, bem como investigar as informações, os registros e atividades referentes às categorias de análise a serem examinadas, como já mencionado. Estes procedimentos são relevantes para identificarmos, mensurarmos e avaliarmos se ocorreu ou não mudanças na realidade social dos jovens egressos a partir da implementação da política, configurando-se, segundo Rosa, Lima e Aguiar (2021), numa avaliação de efetividade.

Quanto a esse aspecto, referente à avaliação de impacto, nosso trabalho se coaduna com esse perfil porque visamos identificar, como já dito, quais mudanças este Programa tem causado na vida dos jovens egressos que passaram por ele, bem como verificar de que forma o ProJovem Urbano Fortaleza beneficiou estes jovens quanto à escolarização, à permanência nos estudos, à capacitação profissional e à inserção destes no mercado de trabalho. Apoiados em Ramos e Schabbach, (2012), pretendemos identificar, especificamente, se as mudanças observadas são fruto da realização da política, bem como se estas são de caráter permanente ou temporário.

Feitas essas ponderações, na seção seguinte discutimos as questões relacionadas às políticas públicas que envolvem o debate sobre a juventude e as iniciativas governamentais que contemplem a efetivação de uma política pública educacional que assegure o direito a uma educação de qualidade para os jovens brasileiros, na formulação de programas e projetos capazes de atender às condições socioeconômicas desses sujeitos.

### 3.2 Políticas Públicas para a juventude

Nesta seção, tratamos do tema “juventude” discorrendo sobre os principais conceitos, a diversidade de perspectivas e o processo histórico e gradativo na busca da afirmação dos direitos aos jovens, bem como a trajetória das políticas públicas direcionadas a este público, e o reconhecimento como cidadãos perante a Constituição Federal de 1988, visando trazer alguns elementos que nos permitam ter uma compreensão sobre as políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil.

Vale ressaltar que, abordar aspectos conceituais e históricos da juventude, mesmo que de forma sucinta, é relevante para o nosso trabalho por tratar-se do público-alvo da política pública a ser analisada nesta pesquisa – o ProJovem Urbano. Nesse sentido, é fundamental abrir um espaço para discussões e reflexões a fim de compreendermos a forma de intervenção que o governo estrutura para a juventude, como também as possíveis implicações destas ações geradas na vida dos jovens.

Como ponto de partida, ressaltamos que não é tarefa fácil conceituar o jovem ou a juventude, tendo em vista que o termo “juventude” possui múltiplas concepções, e também porque os critérios que o constituem são culturais, históricos e sociais. Para Diógenes (2012), a juventude é um conceito que exige de quem pesquisa, e mais ainda de quem atua nesse campo de construção específica das políticas públicas, uma necessidade contínua de decifração, visto que ela representa uma condição que mais se define tanto por suas práticas quanto por suas formas diversas de atuação e de experimentação, até mesmo mais do que por conceituações e referenciais estáveis e fixos. Como categoria etária, Pochmann (2004) sinaliza que ela foi estabelecida no Brasil abrangendo a faixa etária entre 15 e 29 anos.

Segundo o Censo Demográfico 2022<sup>3</sup>, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população brasileira chegou a 203.080.756 habitantes em 1º de agosto de 2022. Comparado com o Censo 2010, nota-se, por meio destes dados, que a população cresceu 6,5% desde aquele ano até 2022. Os resultados do referido censo apontam que o Brasil tem 6,0 milhões de mulheres a mais do que homens – cerca de 104,5 milhões são de mulheres e 98,5 milhões de homens, o que, respectivamente, corresponde a 51,48% e 48,52% da população residente no país, conforme ilustrado na figura 2:

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 19 mar. 2024.

Figura 2 – População residente segundo o sexo %



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2022).

Com base nos dados apresentados, o próprio censo explica por que o número de homens em relação ao de mulheres vem decrescendo ao longo do tempo. Para cada grupo de 100 mulheres, por exemplo, havia 98,7 homens em 1980; 96,0 em 2010; e 94,2 em 2022, e segundo o censo 2022, esse fato está relacionado com a maior mortalidade dos homens observada em todos os grupos etários, desde bebê até as idades mais avançadas.

Entretanto, do percentual total da população, os números referentes ao público jovem, que corresponde à faixa etária de 14 a 29 anos, há um diferencial: 11,13% são de mulheres (22. 599.849), enquanto que 11,18% (22. 712.279) correspondem aos homens. Em relação a esta realidade, o referido censo explica que no Brasil e em todas as grandes regiões, a proporção de homens era maior desde o nascimento até os 19 anos de idade, e isso ocorre nas primeiras idades devido ao maior nascimento de crianças do sexo masculino em relação ao feminino.

À medida que a idade dos homens vai avançando, aumenta também a quantidade de mortes desse grupo por causas externas, sobretudo, entre os jovens. Por consequência disso, a partir do grupo etário de 25 a 29 anos, a população feminina se torna maioria em todas as regiões do país. No Nordeste, por exemplo, esse fenômeno ocorre já no grupo de 20 a 24 anos de idade.

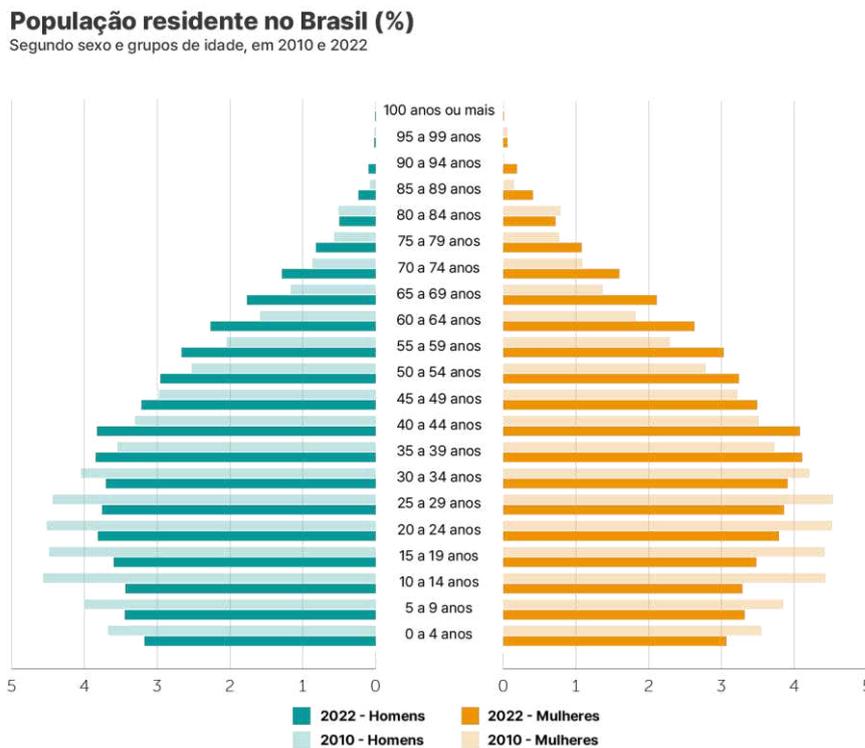
Sobre o aspecto da violência entre jovens, Ferreira *et al.* (2009) acentuam que a violência que cerca esta faixa etária tem sido motivo de preocupação crescente no país. Por um lado, a vitimização fatal de jovens é alarmante, pois as estatísticas mostram que, enquanto as taxas de mortalidade da população brasileira vêm decrescendo progressivamente (como tendência a longo prazo relacionada à melhoria das condições de vida), tal fenômeno não se observa com intensidade semelhante no caso do grupo populacional com idade entre 15 e 29 anos, e os dados do censo demográfico 2022 acima apontados atestam o que estes autores afirmam.

A principal explicação está associada às altas taxas de mortalidade nesta faixa etária por causas externas, que de acordo com os autores citados, englobam

diversas formas de acidentes e violências, entre as quais, estão os assassinatos por armas de fogo e os acidentes de trânsito. Nesse caso, Ferreira *et al.* (2009) afirmam que as vítimas, em geral, são jovens do sexo masculino, pobres e não brancos, com poucos anos de escolaridade, e que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades brasileiras.

Para uma melhor compreensão da distribuição da população brasileira por sexo e grupos de idade, a figura 3 a seguir apresenta a pirâmide etária com os percentuais de cada gênero e seus respectivos grupos de idade, tendo como referência, o censo demográfico de 2022 comparando-se ao de 2010.

Figura 3 – População residente segundo o sexo e os grupos de idade %



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2022).

Como pode ser observado, a pirâmide acima nos mostra que o envelhecimento da população brasileira aumentou em 2022, se comparado a 2010. Esta mudança pode ser verificada tendo em vista que, em 2022, o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população, com alta de 57,4% frente a 2010, quando esse contingente era de 14.081.477, ou 7,4% da população. Já o total de crianças com até 14 anos de idade recuou de 45.932.294 (24,1%) em 2010 para 40.129.261 (19,8%) em 2022, uma queda de 12,6%.

Outro aspecto a considerar diz respeito à distribuição da população residente do país por grupos etários, que mostrou uma tendência de queda da proporção de pessoas abaixo de 30 anos de idade na população masculina, como já discutido anteriormente, comparando-se os anos de 2010 e 2022. De acordo com a gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, Izabel Marri, o que se observa ao longo dos anos, a contar dos anos 1990, é a redução da população jovem com aumento da população em idade adulta, e também do topo da pirâmide até 2022<sup>4</sup>.

Em relação à situação educacional dos jovens brasileiros, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD/2022<sup>5</sup> apresenta dados resultantes da aplicação do questionário ampliado no segundo trimestre de 2022, confrontados com aqueles obtidos no mesmo trimestre dos anos de 2016 a 2019, com detalhamento geográfico para Brasil e Grandes Regiões.

Os comentários analíticos contemplam variados indicadores relacionados ao tema, entre os quais, destacam-se: analfabetismo dos jovens de 15 anos ou mais de idade; nível de instrução e número médio de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade; taxa de escolarização, por faixas etárias; taxa ajustada de frequência escolar líquida, por níveis de ensino; abandono escolar das pessoas de 14 a 29 anos de idade; condição de estudo e situação na ocupação das pessoas de 15 a 29 anos de idade; e aspectos da educação profissional (graduação tecnológica, curso técnico de nível médio e curso de qualificação profissional), entre outras abordagens.

Com base nestas evidências, o fato a considerar é que, diante destas constatações, é imprescindível a criação de políticas para a juventude brasileira justificada, dentre outros fatores, na análise destes dados apresentados. Para Diógenes (2009), este é um dos grandes desafios das políticas públicas que atuam no campo da juventude:

[...] ressignificar valores e atitudes dos adolescentes que se sentem excluídos e são realmente excluídos do acesso a equipamentos e serviços urbanos mais diversos, nos seus lugares de vida, nas suas práticas de espaço e, concomitantemente, interligá-los a toda rede de direitos que os constituam como sujeitos atuantes para além dos seus âmbitos costumeiros de atuação

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos>. Acesso em: 19 mar. 2024.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=36982>. Acesso em: 19 mar. 2024.

e vivência. Nossa empreitada é a de criarmos políticas para a juventude que, no geral, quando são distantes de suas aspirações, se apropriam ao seu próprio modo sem que se observe um envolvimento e uma mudança efetiva na condição de vida dos que usufruem dessas políticas (Diógenes, 2009, p. 283).

Para ampliar o foco de nossas discussões sobre as políticas voltadas à juventude, faz-se necessário debater, primeiramente, o conceito de juventude para, posteriormente, entender os porquês de sua maior visibilidade na agenda política do Estado brasileiro. Uma breve discussão sobre as controvérsias da utilização do termo “jovem” será apresentada nesta seção, haja vista que este termo é carregado de polissemia, como veremos mais adiante. Assim sendo, julgamos ser pertinente refletir acerca da relação entre juventude e política pública, buscando compreender como o tema “juventude” aparece na agenda social, sendo merecedor de uma ação sistemática por parte do Estado.

Partindo destas premissas, iniciamos nosso debate sobre o conceito de juventude. Novaes (2007a) argumenta que, definir a juventude a partir do recorte da faixa etária é o caminho mais simples para tentar agrupar indivíduos com experiências caracterizadas por sua diversidade. Assim, para fins de pesquisa, legislações e definições, é possível, na visão deste autor, estabelecer políticas públicas para uma determinada faixa etária; contudo, ressalta-se a importância de reconhecer a inadequação conceitual em se articular um só campo de representações que seja unificador dos sentidos daquilo que venha ser a “juventude”.

É preciso entender a juventude como uma categoria em permanente construção social e histórica, incorporando as complexidades da vida, tanto em aspectos biológicos quanto sociais, psicológicos, culturais, políticos, econômicos dentre outros, “que organizam as múltiplas maneiras de viver à condição juvenil”. (IBASE, 2006, p.6). À vista disso, a juventude deve ser entendida como experiências compartilhadas e transmitidas de geração em geração, ou seja, jovens com marcos históricos bem definidos. Sob esse viés, podemos afirmar que estar diante de uma mesma geração significa que os sujeitos, de algum modo, “vivenciam espaços e tempos comuns em relação às sensibilidades, percepções, conhecimentos, memórias, experiências históricas e culturais”. (Silveira, 2013, p. 43).

Ao conceber a juventude a partir de uma perspectiva geracional, considerando as especificidades da juventude nas relações no cotidiano, é válido ressaltar que a diversidade das trajetórias juvenis é transversalizada por categorias

de gênero, classe social, etnia, geração, dentre outras variáveis, conforme apontam Dayrell, Moreira e Stengel (2011). Nesse sentido, Castro (2004) afirma que a juventude deve ser vista como uma alquimia do social, constituindo uma realidade complexa, composta por inúmeras dimensões construídas a partir de um determinado contexto cultural, econômico e político.

Uma crítica a essa perspectiva geracional está ligada à análise da juventude como entidade homogênea, atribuindo ao critério da idade o caráter homogeneizador desse grupo, e a partir disso, a idade é vista como “uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconômicas, fazendo-se uma correspondência nem sempre ajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais pretensamente comuns” (Pais, 1990, p.157).

Diante disso, podemos entender que cada juventude, em sua geração, pode reinterpretar a sua percepção do que é ser jovem, e isso é o que a caracteriza como heterogênea, na medida em que a noção de juventude passa a ser vista como uma construção social e cultural, com múltiplas relações e contextos sociais, contrastando-se em relação às crianças, aos adultos, a outros jovens, e também às implicações de classes que geram múltiplas representações. (Mascarenhas, 2016; Apolonio, 2019).

A perspectiva da juventude como etapa problemática, do ponto de vista de Mascarenhas (2016), esteve presente no Brasil, principalmente nas décadas de 80 e 90. No entanto, ela perpassa por todas as políticas mais atuais, cuja justificativa é a superação dos problemas sociais e a diminuição da violência entre a juventude dos setores populares. Segundo a autora, principalmente a partir de década de 1990, ainda que a problemática fase dos jovens continuasse coexistindo, a concepção de jovem como solução e ator estratégico no desenvolvimento veio ganhando cada vez mais espaço no cenário nacional.

Nesse contexto, Novaes (2009) destaca que, até ao final do século XX, os jovens não tinham lugar nas políticas de proteção social. Tanto o direito à escola como à formação profissional, eram considerados como meios de prevenir a violência e a fragmentação da sociedade, e não eram vistos como direitos dos jovens. Apolonio (2019) acrescenta que foi a partir da década de 1990 que a juventude ganhou visibilidade nas agendas públicas; entretanto, isso nem sempre foi feito sem prejuízo para essa faixa etária da população.

Na referida década, segundo Abramo (1997), os jovens se destacaram

tornando-se o centro das atenções da mídia, dos pesquisadores, das autoridades públicas e das instituições prestadoras de serviços sociais, governamentais e não governamentais. Por um lado, aponta o autor, estes jovens foram transformados em grandes consumidores de produtos e programas; por outro lado, associaram estes jovens a problemas sociais tais como drogas, violência, criminalidade, assim como as maneiras de resolver esses problemas.

Pais (2009) chama a nossa atenção para a questão das mudanças sociais e econômicas, pois, ainda que afetem todos os grupos sociais, confrontam as novas gerações de maneira particular. Diante das incertezas e indefinições, próprias da contemporaneidade, para este autor, um dos traços marcantes que retrata a condição juvenil atual se traduz como uma “situação de impasse” de muitos jovens em relação ao futuro, uma vez que a precariedade de suas trajetórias não lhes permite reunir todas as condições de independência econômica de forma estável e contínua.

Cordeiro e Clementino (2012), por sua vez, assinalam que a juventude pode ser considerada como uma fase da vida que, tal como as outras, permite um conjunto de percursos, desafios e experiências. Ela, portanto, é mais do que um momento marcado pelas transformações biológicas – é marcado pelas relações que as pessoas estabelecem no seio da sociedade. Assim sendo, se nós a considerarmos apenas como um trânsito entre a infância e a idade adulta, corremos o risco de perceber a juventude apenas a partir daquilo que o senso comum diz que lhe falta: maturidade, aptidões e responsabilidades de adulto.

A ideia de transição, apontada por Soares (2013), não deve ser descartada por completo das discussões sobre a juventude. A autora chama a nossa atenção para o fato de que a principal fragilidade consiste, justamente, em definir a juventude basicamente por aquilo que ela não é, ao invés de defini-la por aquilo que ela é. Diante disso, a autora acrescenta que seriam necessários outros elementos conceituais que pudessem esclarecer quais características, bem como quais caminhos de análise poderíamos, então, desenvolver para compreender a juventude à luz das transformações sociais da contemporaneidade.

Diante desse cenário, marcado por profundas transformações, não dá para ignorar que os sujeitos se renovam, surgindo como novos construtores de suas identidades, assim como fatores antigos se reformulam e geram novos valores. Nessa perspectiva, pensar as políticas públicas de juventude requer pensar os sujeitos em suas condições materiais, ou seja, entender a sua história e o seu lugar. (Nunes,

2015). Para tanto, a juventude brasileira requer um investimento que seja de ordem econômica, educacional, cultural, político e social, que leve em conta a sua realidade como coletiva, sua diversidade, resultante das determinações sociais, e que seja capaz de efetivar uma política pública nacional voltada à juventude. (Silva; Silva, 2011).

Essa perspectiva do jovem como ator estratégico do desenvolvimento, serve para ele superar a situação de exclusão. De acordo com Mascarenhas (2016), isso passará pela inclusão na escola e no mundo do trabalho, resolução de problemas na comunidade, envolvimento em projetos de ação social, voluntariado e liderança juvenil.

Ampliando o foco da discussão, Nunes (2015) menciona fatores como: a classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural –, sua situação familiar, ter ou não uma deficiência, sua orientação sexual e sua escolha religiosa – são fatores, dentre outros, que vão diferenciando internamente a juventude. Para o autor, ao falar das experiências juvenis, devemos reconhecer esta heterogeneidade e pronunciar juventudes, no plural: um reconhecimento que demanda uma atenção redobrada àqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens.

A inserção da juventude brasileira no contexto das políticas públicas tem se tornado alvo de discussões, e é configurada como uma questão para a sociedade, requerendo do Estado uma ação quanto ao problema social identificado (Thomazini, 2017). Sendo assim, pensar em políticas públicas para a juventude propõe enxergarmos o Estado como “a expressão político-institucional por excelência das relações de dominação de uma sociedade” (Abad, 2008, p. 13).

Reforçando o discurso de que são necessárias políticas públicas direcionadas especificamente aos jovens, vale destacar que o Brasil, como vimos, demorou muito, em comparação com outros países, para incluir o público jovem na agenda de políticas públicas. Quanto a esse aspecto, a título de exemplo, Castro *et al.* (2022) nos dão uma visão sintética dessa realidade, a saber:

- na década de 1990, antes e durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os jovens de baixa renda eram considerados um problema, isto é, um grupo social marginalizado, visto como perigosos, especialmente quando eram identificados por intersecções de cor e

território;

- a preocupação com a juventude dos anos 1990/2000 foi pautada pela inserção dos jovens excluídos no mercado de trabalho, ou seja, a inclusão dos jovens apontados como em situação de vulnerabilidade social;
- no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, havia cerca de 34 programas/projetos articulados pelo Estado, e mais três de responsabilidade civil, sendo que dezoito desses projetos eram destinados exclusivamente para aos jovens;
- essa primeira geração de políticas públicas aos jovens utiliza a categoria “situação de risco” para identificar seu público-alvo, assim como a categoria “jovens em busca do primeiro emprego” para inserir a juventude nos Programas de Qualificação do Trabalhador (PEQs) do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor);
- a partir dos anos 2000, foi observado que a juventude, como categoria de identificação política, era considerada uma presença importante no cenário político nacional, e essa presença, manifestada de diversas formas em coletivos, organizações, expressões culturais e movimentos sociais, impactaram fortemente as novas formulações de políticas públicas;
- a juventude passa a ganhar destaque com uma nova configuração e priorização no âmbito do governo federal a partir dos governos Lula (2003-2006/2007-2010) e Dilma (2011-2014/2015-), que deram continuidade à visibilidade do tema juventude como ação de governo, iniciada pelo governo de FHC;
- em 2003, com a posse do presidente Lula, o governo passa a assumir uma postura de transformação dos programas e projetos isolados existentes no governo federal, em uma Política Nacional de Juventude (PNJ);
- na perspectiva de construir um novo modelo de políticas públicas para a juventude, o governo Lula dá início, em 2004, à construção de uma proposta de PNJ que visa a garantia da cidadania por meio de demandas específicas, tais como: a erradicação da desigualdade e o respeito à diversidade juvenil;

- o período a partir de 2005 foi considerado, pela institucionalização das políticas públicas de juventude no Brasil, como um marco à criação por meio da Lei 11.129, da Política Nacional de Juventude (PNJ) com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional para a Juventude (ProJovem).

Este último, conforme observa Nascimento (2013), foi coordenado pela SNJ surgindo como uma resposta a uma problemática que ganhou visibilidade dentro do governo neste período, e partia da identificação de que uma parcela da juventude não havia concluído o ensino básico, e conseqüentemente não voltaria à escola formal nos moldes tradicionais. Além disso, também era vista como uma parcela da sociedade que estava desempregada ou vivia em situações de inserção precária no mundo do trabalho. No capítulo a seguir, tratamos, com maior critério, a respeito deste Programa – objeto de nosso estudo.

#### **4 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM): ESBOÇO HISTÓRICO**

Antes de iniciarmos propriamente a discussão sobre o percurso conceitual e histórico do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, tomamos como parâmetro a avaliação de políticas públicas para analisar o referido programa, e dessa forma, o definimos estabelecendo seus marcos legais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF – 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN 9394/96), bem como outras legislações que o fundamentam. Tendo em vista que o objetivo central de nosso estudo é avaliar o ProJovem Urbano do município de Fortaleza/CE a partir das vozes dos alunos egressos da edição de 2014, abordamos, neste capítulo, os pressupostos teórico-metodológicos referentes a este Programa governamental.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, surge no âmbito do governo federal a partir de uma ampla articulação interministerial, visando a implantação de uma política nacional para a juventude brasileira, especificamente os jovens excluídos da escola, sem emprego, buscando, desse modo, garantir-lhes o direito à educação e à profissionalização com vistas à construção de uma sociedade justa e democrática. (Oliveira, 2009). Ou seja, a proposta oficial deste Programa visa contribuir, especificamente, para: a) a reinserção da juventude na escola; b) a identificação de oportunidades de trabalho, assim como a capacitação para o mundo do trabalho; c) a elaboração de planos; d) o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias; e) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação.

Tendo em vista esta finalidade, o governo federal, reconhecendo a representatividade juvenil como demanda significativa para intervenções através de políticas públicas, lançou em 2005 a Política Nacional da Juventude compreendendo a instituição da Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e do Conselho Nacional de Juventude – CNJ, bem como o desenvolvimento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, a saber: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem. Estes três órgãos foram instituídos pela Medida Provisória nº 238, de 01 de fevereiro de 2005 e transformada na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. (Melo, 2012).

Vale destacar que a implantação do ProJovem se deu sob a coordenação da SNJ em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do

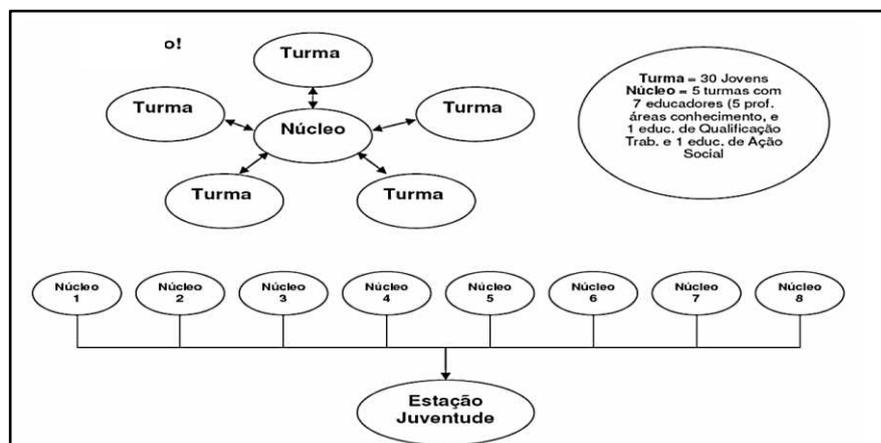
Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O Programa foi regulamentado pelo Decreto no 5.557, de 05 de outubro de 2005 e recebeu parecer favorável da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CEB/CNE nº 2/2005, de 16 de março de 2005, sendo aprovado pela Resolução 3/2006, de 15 de agosto de 2006, como um curso experimental, em conformidade com o artigo 81, do Título VIII – Das Disposições Gerais, da LDBEN 9394/96. (Brasil, 2008).

Assim, através dos sistemas de educação, os jovens obtinham a certificação de conclusão do ensino fundamental e de qualificação profissional a título de formação inicial, todos pautados na formulação de um currículo que envolvesse teoria e prática, objetivando atingir as seguintes dimensões curriculares:

- A Formação Básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã.
- A Qualificação Profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais, quanto às vocações dos jovens.
- A Participação Cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários. (Bewiahn, 2015, p. 47).

Quanto à estrutura do espaço do ProJovem, de acordo com Machado (2009), os núcleos são vinculados a uma Estação Juventude, *locus* onde muitas informações são centralizadas, tornando-se, portanto, um ponto de apoio. A figura 4 nos apresenta como ocorre o funcionamento dessa organização espacial.

Figura 4 – Estrutura do espaço ProJovem



Fonte: Machado (2009, p. 61).

Em relação ao currículo do Programa, Silveira (2009) afirma que ele foi estruturado buscando focar, diretamente, as questões ligadas à juventude, e a partir disso, tratar os conteúdos mais gerais que envolvem a formação integrada dos jovens. Assim, cada unidade formativa foi desenvolvida tendo por base um eixo estruturante significativo na vida dos jovens, que se expande para as áreas específicas de conhecimento, que são: Matemática, Ciências Humanas (Geografia e História), Ciências Naturais (Física, Biologia e Química), Inglês, Informática, qualificação profissional e ação comunitária.

A autora ainda esclarece que, para desenvolver os conteúdos previstos nas áreas citadas, tanto educadores quanto alunos recebem material didático elaborado especificamente para o programa. Também ressalta que em cada núcleo havia um laboratório de informática com dez computadores e uma impressora, disponibilizados pelo governo federal. Silveira (2009) salienta que, além de dar conta da proposta de inserção digital, os computadores deveriam ser utilizados como meio de aprendizagem dos conteúdos propostos.

Quanto à carga horária do Programa, descrita por Silveira (2009), o Programa era desenvolvido durante 12 meses consecutivos para a conclusão da oitava série do ensino fundamental, com previsão de carga horária de 1.600 horas letivas, sendo que 1.200 eram presenciais e 400 não-presenciais, subdivididas entre os eixos, conforme apresentado na tabela 01.

Tabela 1 – Distribuição da carga horária do ProJovem

<b>Eixo Estruturante</b>	<b>Horas Presenciais</b>	<b>Horas não-presenciais</b>	<b>Total</b>
Ensino			
Fundamental	800	400	1.200
Qualificação			
Profissional	350	-	350
Ação Comunitária	50	-	50
<b>Total</b>	<b>1.200</b>	<b>400</b>	<b>1.600</b>

Fonte: Silveira (2009, p. 78).

Muniz (2016) destaca que o ProJovem foi criado como uma intervenção de caráter emergencial, destinado a atender uma parcela significativa de jovens brasileiros cujo perfil socioeconômico apresenta uma necessidade em retomar a

trajetória escolar a fim de prosseguir nos estudos. Nesse sentido, Novaes (2007b) destaca a relevância desse programa para a política de juventude, haja vista ter sido a primeira ação da SNJ. Para a autora, havia uma necessidade urgente de devolver a milhares de jovens, em todo o país, a possibilidade de retomar a escolaridade. Segundo Novaes, esta intervenção deveria não apenas ter um formato atrativo para os jovens, mas sim, ser eficaz na implementação de um programa educacional comprometido com a transformação social deles.

No que concerne à implementação deste Programa, Pires (2007) considera que tal implementação revela um momento político privilegiado para a análise da relação entre educação e alguns aspectos políticos e econômicos de caráter neoliberal. Sobre esse aspecto, a autora destaca que na LDBEN nº 9394/96, em seu artigo 35, incisos II e IV, enfatiza-se a finalidade da educação na sua função de “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Ainda nessa perspectiva, a referida lei versa também sobre a necessidade de desenvolver no educando “a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”.

Nesse sentido, Oliveira (2009) explica que o ProJovem foi estruturado com cinco sistemas integrados, os quais devem garantir a execução das programações em todos os níveis organizacionais previstos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens, a saber:

1. O Sistema Institucional compreende a organização por equipe multidisciplinar do material pedagógico, planejado para dar sustentação ao processo de ensino e aprendizagem;
2. O Sistema Operacional compreende as ações administrativo-pedagógicas necessárias para fazer acontecer as ações previstas. Dada a escala do Programa e seu desenho curricular integrador, esse sistema torna-se bastante complexo, envolvendo variáveis políticas e técnicas, o que torna desafiadora sua gestão democrática;
3. O Sistema de Formação continuada e de apoio à aprendizagem abrange a seleção e a preparação dos docentes do curso e o esquema de trabalho dos professores orientadores;
4. O Sistema de Comunicação e Informação terá como propósito agilizar o fluxo das informações indispensáveis para que os demais Sistemas funcionem adequadamente;
5. O Sistema de monitoramento e avaliação do Programa será responsável pelo contínuo aperfeiçoamento do projeto e seu funcionamento regular, e permite avaliar a qualidade do Curso. (Oliveira, 2009, p. 47).

Tendo apresentado o embasamento legal do Programa, sua estrutura e sistemas organizacionais, discutiremos a respeito do público-alvo do Projovem que se encontra fora da escola regular e sem qualificação profissional. Conforme previsto na Lei regulamentadora do Programa, os jovens que estivessem devidamente matriculados seriam beneficiados com um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00 durante a sua permanência no Programa, vinculado, é claro, à frequência destes ao curso.

Cabe aqui salientar que o repasse dos valores destinados aos municípios e estados é feito em três parcelas proporcionais ao número de alunos matriculados e frequentando regularmente o curso. E para que haja a contabilização destes alunos que são frequentes, servem de parâmetro as provas realizadas nos ciclos, aplicadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAED, cujos dados são lançados pela coordenação local no SMA. Por esse motivo, a evasão dos alunos resulta em transtornos, tendo em vista que estas situações implicam na redução dos valores a serem repassados aos municípios e estados pela coordenação nacional, e como consequência disso, pode haver o fechamento e otimização de turmas, núcleos, dispensa de professores e profissionais de apoio diretamente ligados ao curso.

Sobre a meta do Programa, Bewiahn (2015) esclarece que, inicialmente, essa meta visava atender cerca de 200.000 jovens que se enquadrassem no perfil citado – que não tivessem concluído o ensino fundamental, com idades entre 18 e 24 anos, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Entretanto, no ano de 2006, o autor destaca que foi ampliado o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, ocorrendo, portanto, a adesão de 29 cidades. Já em relação ao tempo de duração, Araújo (2011) destaca que o Programa foi pensado inicialmente para ter o prazo de dois anos, passando, no segundo ano, por um processo de avaliação, podendo ser ampliado conforme a disponibilidade do orçamento e finanças da União.

No que diz respeito à faixa etária, o autor citado chama a atenção para o seguinte fato: a gestão da política de juventude, ao ter estipulado a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, não incluiu, portanto, os jovens de 25 a 29 anos de idade, que também poderiam (e deveriam) ser contemplados. O autor enfatiza que, ao fazer esta escolha, tal gestão deixou de considerar dois aspectos importantes:

- i) os jovens não contemplados fazem parte do mesmo universo de jovens excluídos que pertencem à classe trabalhadora, ou seja, apresentam um

perfil concernente ao exigido nos documentos normativos que regulamentam o Programa (não possuem profissão definida; sem ocupação no mercado de trabalho formal; não apresentam um capital cultural elevado);

- ii) é considerado contraditório, tendo em vista que a faixa etária, até os 29 anos de idade, como vimos, é reconhecida oficialmente pelo governo como pertencente ao universo da juventude, pelo fato de estar explícito na Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, em seu artigo 11º, no qual afirma ser atribuição da SNJ a responsabilidade da articulação de todos os programas e projetos destinados aos jovens, em âmbito federal, na faixa etária entre 15 e 29 anos.

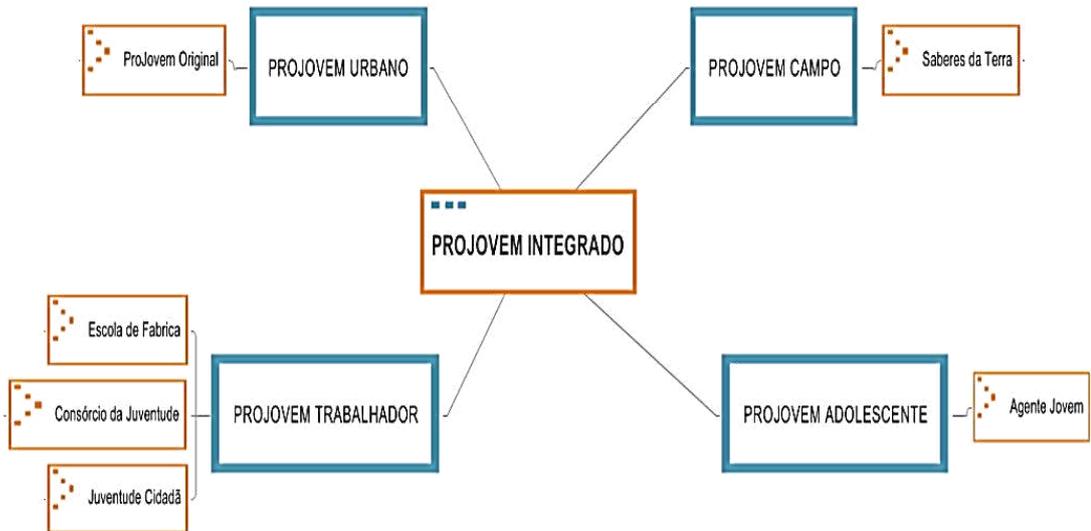
Entretanto, a questão da faixa etária foi resolvida em 2008, com a reformulação do Programa. E de acordo com Muniz (2016), no referido ano, a lei nº 11.129/2005 sofreu modificações referentes ao ProJovem, ganhando dimensões maiores, pois, partindo desse período, o governo federal pôs em ação um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros denominado “ProJovem Integrado” – uma reformulação do ProJovem original – Programa Nacional de Inclusão de Jovens, com a ampliação do período para 18 meses e faixa etária de 18 a 29 anos, exigindo-se que soubessem ler e escrever.

Em outros termos, Muniz explica que o ProJovem foi redimensionado com ações coordenadas por um Grupo de Trabalho (GT) que articulou a SNJ e Secretaria Geral da Presidência da República, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e organizou os caminhos para que o governo federal articulasse a criação de um programa amplo, visando a inclusão da juventude brasileira, propondo um ProJovem Integrado, com quatro modalidades, a saber:

- a) ProJovem Adolescente;
- b) ProJovem Trabalhador;
- c) ProJovem Campo;
- d) ProJovem Urbano.

A Figura 5 sistematiza a articulação do ProJovem Integrado, como é hoje conhecido.

Figura 5 – Sistematização do ProJovem Integrado



Fonte: Silveira (2013, p. 32).

Como é possível notar, todas estas ações sistematizadas do ProJovem Integrado foram fruto de intensos debates em vários espaços institucionais, resultando nesta formulação. O Quadro 1, a seguir, compreende os principais objetivos destas modalidades, a saber:

Quadro 1 – Modalidades do Programa Integrado de Juventude – ProJovem

<b>PROGRAMA</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO</b>
<b>ProJovem Adolescente</b>	Objetiva oferecer proteção social básica e assistência às famílias, além de contribuir para elevação da escolaridade, redução dos índices de violência, de uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez na adolescência. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem.
<b>ProJovem Urbano</b>	Tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio de: conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional; desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
<b>ProJovem Campo</b>	Busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
<b>ProJovem Trabalhador</b>	Unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda.

Fonte: Melo (2010, p. 74).

Tendo em conta que no presente trabalho analisamos a modalidade ProJovem Urbano, considerando sua composição e contemplando uma Formação Integrada, as reflexões sobre esse tema são aprofundadas na seção a seguir.

#### 4.1 ProJovem Urbano: concepções e implicações

Com o intuito de democratizar o acesso à escolarização e atenuar os índices de distorções das desigualdades sociais em que se encontram os jovens brasileiros, o ProJovem Urbano (PJU) surge como uma reedição do ProJovem denominado Original, com o objetivo de elevar o grau de escolaridade, visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã (Carvalho, 2013).

Conforme vimos no Quadro 1, o Projovem Urbano é uma das modalidades do ProJovem integrado, aprovado em 2007, após avaliações do ProJovem na sua proposta original. Esse novo formato tem como finalidades:

Proporcionar formação integral aos jovens, por meio de uma efetiva associação entre: Formação Básica, para elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; Qualificação Profissional, com certificação de formação inicial; Participação Cidadã, com a promoção de experiência de atuação social na comunidade. Nessa perspectiva, o Programa tem como finalidades específicas: a reinserção dos jovens no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; a ampliação do acesso dos jovens à cultura. (Brasil, 2008, p. 22-23).

Neste direcionamento, tendo em conta que o referido Programa é objeto de estudo da presente pesquisa, consideramos pertinente apresentar abaixo, no Quadro 2, os principais documentos normativos que consolidam o ProJovem Urbano:

Quadro 2 – Documentos Normativos do ProJovem Urbano

Documentos Normativos	Ementa
Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005	Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências.

Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências.
Decreto nº 6.629 de 4 de novembro de 2008	Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências.
Projeto Pedagógico Integrado – PPI ProJovem Urbano	Instituído em 2008. Disponível em: < <a href="http://www.secj.pr.gov.br">www.secj.pr.gov.br</a> >.
Plano Nacional de Formação para Gestores, Formadores e Educadores – ProJovem Urbano	Instituído em 2008. Disponível em: < <a href="http://www.projovem.gov.br">www.projovem.gov.br</a> >
Manual do Educador: orientações gerais	Instituído em 2008. Disponível em: < <a href="http://www.projovem.gov.br">www.projovem.gov.br</a> >
Resolução CD/FNDE nº60 de 09 de novembro de 2011	Estabelece os critérios e as normas de transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e a municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, para entrada de estudantes a partir de 2012.

Fonte: Castro (2013, p. 38).

O ProJovem Urbano, como vimos, sendo um dos eixos fundamentais da Política Nacional de Juventude, foi em busca da juventude que mais sofre com as consequências de um processo de exclusão dos seus direitos sociais, dentre eles a educação e o trabalho, na expectativa de contribuir com a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de terem sido alfabetizados, não conseguiram concluir o Ensino Fundamental (Almeida, 2018).

De acordo com Nunes (2015), a modalidade PJU ampliou sua ação para jovens na situação de cumprimento pena privativa de liberdade em regime fechado, e também jovens de 15 a 21 anos internados em instituições socioeducativas de privação de liberdade, que correspondessem às características etárias e educacionais exigidas pelo Programa. Neste Programa reformulado, há um esclarecimento sobre a compreensão que se tem do jovem, visto, portanto, como um sujeito de direitos. (Nunes, 2015).

Vale ainda acrescentar que as estratégias de atendimento aos beneficiários do PJU estão descritas no Plano de Implementação do ProJovem Urbano,

apresentado e aprovado pela Coordenação Nacional do Programa, em conformidade com as diretrizes e limites da Resolução/CD/FNDE nº 22/2008 (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, 2008) e da Resolução/CD/FNDE Nº 29/2009. (FNDE, 2009).

Almeida (2018) aponta que o referido plano possui informações relativas: a) ao processo de matrícula; b) à data de início das aulas; c) aos locais onde funcionarão as turmas, núcleos, polos e coordenação local; d) à seleção de pessoal, e) ao processo de formação inicial dos professores; f) aos diretores de polo e coordenadores locais que atuarão junto às turmas, núcleos e polos a serem abertos, além de outras questões relativas à implementação das ações propostas. Segundo o autor, os parâmetros e critérios para o planejamento do trabalho e a abertura de turmas, núcleos e polos do Programa estão estabelecidos no Projeto Pedagógico Integrado – PPI do ProJovem Urbano.

Importa ressaltar que em 2012, como bem analisa Bewiahn (2015), o PJU deixou a SNJ e passou a ser coordenado nacionalmente pelo Ministério da Educação, tendo, a partir de então, sua gestão centrada no MEC e nas Secretarias Estaduais e/ou Municipais de Educação. Essa transição procurou elevar a escolarização de jovens e adultos através de um projeto pedagógico elaborado pelo CNE, cuja intenção era que o jovem pudesse ser certificado pela rede pública, e que também o Programa pudesse ser visto como uma ação dentro da modalidade de jovens e adultos.

A partir do momento em que o Programa passou a ser coordenado pelo MEC, o aluno, então, passou a integrar o sistema de ensino e a ter todas as prerrogativas de aluno da rede pública, passando a compor o censo escolar e ter visibilidade dentro das estatísticas de elevação de escolaridade da população brasileira e da distribuição de recursos, como por exemplo, a alimentação escolar. Segundo Bewiahn (2015), essa transição buscou garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do programa, tendo permanecido o mesmo objetivo.

Em relação ao MEC, há de se considerar que sua gestão, frente ao PJU, tornou-se responsável pela coordenação e execução do referido programa, integrando-o às políticas públicas de educação como modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), “com o intuito de ampliar o escopo do Programa e incorporá-lo efetivamente às políticas nacionais de educação [...]”. (Brasil, 2008b). Sobre esse aspecto, Thomazini (2017) assinala que o nível da gestão local foi direcionado à responsabilidade do Programa para o departamento da EJA, das Secretarias de

Educação, composta por um coordenador geral, um assistente pedagógico e um assistente administrativo.

Para uma melhor compreensão das alterações e ampliações realizadas no PJU desde as suas características iniciais até o período em que foi repassado para o MEC, o Quadro 3, a seguir, nos dá um vislumbre desses aspectos que envolvem as modificações no Programa.

Quadro 3 – Quadro comparativo das alterações ocorridas no ProJovem Urbano de 2005 a 2012

Características	Ano			
	2005	2006	2007 - 2008	2012
<b>Nomenclatura</b>	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem	ProJovem Urbano Modalidade do ProJovem (ou Projovem Integrado)	ProJovem Urbano
<b>Certificação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conclusão do Ensino Fundamental</li> <li>- Qualificação Profissional (Formação Básica)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conclusão do Ensino Fundamental</li> <li>- Qualificação Profissional (Formação Básica)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Certificado de conclusão em:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- ProJovem Urbano, Ensino Fundamental/ EJA</li> </ul> </li> <li>- Qualificação Profissional Inicial para o trabalho, no correspondente Arco Ocupacional</li> <li>- Participação Cidadã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Certificado de conclusão em:               <ul style="list-style-type: none"> <li>- ProJovem Urbano, Ensino Fundamental/ EJA</li> </ul> </li> <li>- Qualificação Profissional Inicial para o trabalho, no correspondente Arco Ocupacional</li> <li>- Participação Cidadã</li> </ul>
<b>Dimensões do Currículo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Fundamental</li> <li>- Qualificação Profissional</li> <li>- Participação Cidadã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Fundamental</li> <li>- Qualificação Profissional</li> <li>- Participação Cidadã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino Fundamental</li> <li>- Qualificação Profissional</li> <li>- Participação Cidadã</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação Básica</li> <li>- Qualificação Profissional Inicial</li> <li>- Participação Cidadã</li> </ul>

<b>Caráter</b>	- Experimental - Emergencial	- Experimental - Emergencial	- Experimental - Emergencial	Política Pública
<b>Faixa Etária contemplada</b>	De 18 a 24 anos	De 18 a 24 anos	De 18 a 29 anos	De 18 a 29 anos
<b>Características dos Jovens</b>	Trabalhadores que não concluíram o Ensino Fundamental	Trabalhadores que não concluíram o Ensino Fundamental	Jovens que saibam ler e escrever e não concluíram o Ensino Fundamental	Jovens que saibam ler e escrever e não concluíram o Ensino Fundamental
<b>Duração</b>	12 meses	12 meses	18 meses	18 meses
<b>Localidades</b>	Capitais brasileiras e Distrito Federal	Cidades com número de habitantes superior a 200 mil	Cidades com número de habitantes superior a 200 mil	Municípios com 100 mil habitantes ou mais
<b>Projeto Pedagógico</b>	Integrado	Integrado	Integrado	Integrado
<b>Incentivo Financeiro</b>	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00	R\$ 100,00
<b>Serviço de Acolhimento dos filhos dos estudantes</b>	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Thomazini (2017, p. 83 e 84).

A respeito dos aspectos abordados no quadro acima, notamos que aqueles em que houve alteração expressiva foram as localidades das capitais e do Distrito Federal em 2005, alcançando municípios com 100 mil habitantes ou mais a partir de 2012, ampliando de forma considerável a cobertura territorial. Já em relação aos aspectos que não se modificaram, destacam-se as dimensões do currículo, o benefício financeiro e o projeto pedagógico.

Quanto ao mecanismo do PJU, Almeida (2018) considera que o principal mecanismo de controle deste Programa, concernente às responsabilidades da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG/PR) por meio da Coordenação Nacional do Programa, é exercido pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), voltado para: i) a supervisão das condições de oferta local do Programa; ii) a avaliação externa de alunos; iii) o monitoramento da matrícula, frequência e realização das atividades pedagógicas; e iv) a avaliação do Programa.

No que concerne às ações do PJU, Almeida (2018) ainda destaca que cada estado, município ou DF integrante do Programa conta com um comitê gestor local, formado por representantes das secretarias estaduais, municipais ou do DF,

responsáveis pelas áreas de juventude, educação, desenvolvimento/assistência social e trabalho, para potencializar estas ações. A coordenação local se encarrega de divulgar o Programa a fim de que alcance o maior número possível de jovens em situação de exclusão social, assegurando-lhes, desse modo, a permanência destes no curso, garantindo-lhes uma aprendizagem de qualidade.

A matrícula destes alunos é efetivada no SMA, e esse sistema conta com uma metodologia que articula pesquisas quantitativas e qualitativas referentes ao Programa, avaliando, dentre outros aspectos: a) os perfis dos alunos e educadores, b) a aprendizagem, c) a permanência dos jovens no Programa, d) o material didático e e) o Projeto Pedagógico Integrado – PPI. Quanto ao período de estudo destes jovens no PJU, em comparação ao período referente ao ProJovem Original, o Quadro 4 nos apresenta essa comparação, incluindo, ainda, a distribuição da carga horária em cada componente do ProJovem.

Quadro 4 – Carga Horária das três dimensões do currículo nos programas ProJovem Original e ProJovem Urbano

	Carga Horária	Formação Básica	Qualificação Profissional	Ação Comunitária/ Participação Cidadã	Total	Total do programa
<b>ProJovem</b>	Horas Presenciais	800	350	50	1200	1600 horas
	Horas não Presenciais	400	0	0	400	
<b>ProJovem Urbano</b>	Horas Presenciais	1.092	390	78	1.560	2000 horas
	Horas Não presenciais	440	0	0	440	

Fonte: Nunes (2015, p.120 e 121).

Como mostra o Quadro 5, existe uma diferença significativa entre os dois períodos da carga horária do Programa. Na primeira versão do ProJovem (2005-2008), podemos observar que este organizava o curso com uma carga horária mais reduzida em relação ao ProJovem Urbano. Na versão original, o programa era realizado em doze meses ininterruptos; já no PJU, foi ampliado para dezoito meses.

Quanto às dimensões do currículo, de acordo com o PPI do PJU, os alunos deveriam se dedicar às atividades do curso em torno de vinte e seis horas semanais,

ou seja, vinte horas presenciais por semana, incluindo os trabalhos em sala de aula, participação em palestras, pesquisas de campo, visitas e atividades vinculadas à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã. As outras seis horas restantes, das aulas não presenciais, envolviam a realização de leituras, as atividades das unidades formativas e a elaboração dos registros.

O currículo do PJU, como podemos observar, envolve um conjunto de princípios que abrange concepções de educação, de sociedade, pressupostos teóricos e, também, uma escolha intencional de conteúdos a serem ensinados e avaliados. De acordo com o Manual do Educador do ProJovem Urbano (2008b), o currículo do PJU propõe aliar teoria e prática, formação e ação, explorando, nesse contexto, a dimensão educativa do trabalho e a participação cidadã. Assim, esses fatores se articulam e conectam com a inserção dos jovens de forma plena, criativa e produtiva na sociedade atual.

Quanto a esse aspecto, vale salientar que, em se tratando de política pública educacional, logo associamos a ela uma concepção de ensino com um conjunto de conhecimentos que envolvem disciplinas, conteúdos, informações, conduta e valores. Assim, o PJU, em sua proposta pedagógica, se dispõe a integrar, como já apresentado, a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã como elementos que organizam a formação do aluno, por meio de um Estudo Integrado com Unidades Formativas. (Sá, 2013).

O currículo do PJU se organiza como uma rede, resultante da interseção entre os eixos estruturantes e os conteúdos curriculares selecionados. Desse modo, os eixos estruturantes e os conteúdos a serem trabalhados são selecionados a partir do público, dos objetivos e das diretrizes, todos definidos para o programa. A seguir, o Quadro 5 contendo os eixos e os conteúdos do PJU.

Quadro 5 – Eixos estruturantes e conteúdos curriculares do ProJovem Urbano

<b>Unidade Formativa</b>	<b>Eixos Estruturantes</b>	<b>Alguns Conteúdos Curriculares</b>
I	Juventude e Cultura	Ser jovem hoje. Cultura da comunidade em que vivo.
II	Juventude e Cidade	Viver na cidade. A violência urbana invade o dia-a-dia dos jovens?
III	Juventude e Trabalho	Direitos do trabalhador: eu tenho? Ser jovem é ser consumidor?

IV	Juventude e Comunicação	Meios de comunicação: integração ou exclusão? Meio ambiente e comunicação no mundo globalizado.
V	Juventude e Tecnologia	A tecnologia humaniza a cidade? A tecnologia facilita a minha vida de jovem?
VI	Juventude e Cidadania	Ser cidadão é ser ético! Responsabilidade pelo meio ambiente é coisa de jovem?

Fonte: Melo (2010, p. 76).

Salientamos ainda que o currículo também prevê o trabalho com temas integradores (cinco em cada unidade formativa), relacionados diretamente com a vida dos jovens, proporcionando a organização dos conteúdos fazendo com que estes se relacionem não apenas com o passado, mas principalmente com o que os alunos visam para seu futuro. Assim sendo, para cada Unidade Formativa do PJU, foram propostos cinco temas integradores:

- I - identidade do jovem;
- II - os “territórios” da juventude urbana;
- III - violência e vida do jovem;
- IV - juventude e qualidade de vida;
- V- juventude e responsabilidade ambiental.

Os temas são desdobrados ao longo do curso, abordando, em cada unidade, os aspectos relacionados ao eixo estruturante.

Por fim, quanto às considerações referentes à avaliação dos alunos do PJU, Kistemacher (2015) afirma que o processo avaliativo é cumulativo, sistemático e flexível, visando à obtenção de informações do ensino e da aprendizagem de forma qualitativa e quantitativa. Esse processo ainda objetiva: i) levantar subsídios para o planejamento das atividades docentes; ii) propor ações para alunos que apresentam déficit de aprendizagem; III) verificar se os objetivos do Programa estão sendo alcançados; e iv) levantar informações para a revisão dos materiais didáticos e metodologias empregadas no PJU.

Refletindo sobre tudo o que foi exposto até aqui sobre o PJU, o presente estudo pretende ainda explorar nosso objeto, tendo em vista o que conhecemos a respeito dele. Assim, em continuidade a estas observações, pretendemos ainda verificar o processo de formação cidadã das juventudes inseridas no percurso formativo, os aspectos culturais, sociais, profissionais, comunicativos e de intervenção

na comunidade local, possibilitando uma maior integração e envolvimento interpessoal com o ambiente e com os segmentos políticos e operacionais da política pública de juventude no município de Fortaleza/CE – aspectos que discutimos na seção precedente.

#### **4.2 Conhecendo o ProJovem Urbano do Município de Fortaleza**

Inicialmente, quando refletimos numa política pública de educação, logo associamos a ela uma concepção de ensino com um conjunto de conhecimentos que envolvem disciplinas, conteúdos, informações, conduta e valores. Desse modo, o Projovem Urbano, em sua proposta pedagógica, se dispõe a integrar a Formação Básica, a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, conforme vimos, como elementos que organizam a formação do educando por meio de um Estudo Integrado com Unidades Formativas.

No sistema de ensino municipal de Fortaleza, em sua versão original, o Projovem caracterizava-se como um Programa emergencial e experimental, destinado a executar ações educacionais integradas que propiciassem aos jovens a elevação de seu nível de escolaridade, com a conclusão do Ensino Fundamental, sua qualificação profissional, com vistas a estimular uma inserção produtiva e cidadã, e, ainda, o desenvolvimento de ações comunitárias de exercício da cidadania, com práticas de intervenção na realidade local. Era mais uma modalidade de políticas públicas voltadas para a inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho, e também pela sua reinserção no sistema de ensino.

No Ceará, as atividades foram iniciadas em dezembro de 2008 com a assinatura do Contrato de Gestão entre o Instituto do Desenvolvimento do Trabalho – IDT e o Governo Estadual. O Programa foi executado pelo referido instituto e supervisionado pelo Governo do Estado do Ceará, por meio do Gabinete do Governador e Coordenação de Políticas Públicas Estadual para Juventude, com o objetivo de alcançar resultados importantes e promissores, e com o intuito de reforçar e integrar as ações voltadas à juventude cearense.

Desde maio de 2009, com a primeira entrada, foram iniciadas as práticas pedagógicas em sala de aula com 3.000 jovens matriculados e 10 municípios contemplados. Em 2010, segunda entrada, 9.300 alunos foram matriculados, em 31 municípios. Em 2012, terceira entrada, foram contemplados 5.400 discentes, em 27

municípios. E em 2013, quarta entrada, foram contemplados 42 municípios, mais 2 núcleos em 2 unidades prisionais (Itaitinga e Pacatuba), contemplando 8.400 alunos e 200 no sistema prisional, totalizando 8.600 alunos. Em 2014, teve sua quinta entrada no estado do Ceará, contemplando 4.800 alunos, em 24 municípios.

Na Secretaria Municipal da Educação – SME de Fortaleza, a elaboração das unidades formativas foi pensada com suporte em eixos estruturantes associadas a um tema transversal, que orientassem a elaboração do trabalho com os teores programáticos de cada disciplina. De acordo com o detalhamento do currículo nos documentos norteadores do programa, esse formato possibilitaria ao educando apropriar-se de habilidades básicas e de informações mediadas pelo ensino/aprendizagem.

Quanto às verbas federais que custeiam o Programa em todos os estados e capitais que optaram pela sua adesão, os relatos dos professores confirmaram, contudo, que em Fortaleza existem lacunas quanto às condições de trabalho, o que a nosso ver, essas situações afetam diretamente a permanência do jovem que já passou por uma experiência escolar. E mais: esses impasses organizacionais de um Programa federal com tamanha envergadura, criam entre os jovens um círculo vicioso de reclamações, desmotivação e descrédito do público atendido.

Ainda referente ao PJU em Fortaleza, este contou com o apoio e investimento do Comitê Gestor Nacional, para organizar, avaliar e monitorar a execução do programa. No âmbito municipal, o Comitê Gestor foi composto pelo Gabinete da então prefeita Luizianne de Oliveira Lins (representado pela Assessoria da Juventude), Assessoria de Mulheres, Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Planejamento (SEPLA), e Secretaria de Educação e Assistência Social (SEDAS) (Fortaleza, 2011).

Tendo em vista a permanência do aluno, Fortaleza apostou em alguns incentivos para viabilizar a constância e o interesse do educando no ProJovem Urbano. Para tanto, foram garantidas carteira de estudante que assegurasse a meia passagem para o deslocamento do aluno, bem como para suas práticas profissionalizantes, fardamento e merenda escolar. Objetivando a permanência do educando no Programa, também foi disponibilizado o acesso aos equipamentos culturais e às práticas da disciplina da participação cidadã, promovendo a frequência dos alunos na agenda dos eventos culturais da cidade. Foi assegurado, ainda, sob a esfera federal, o material didático e o incentivo financeiro no valor de R\$ 100 para os

alunos com 75% da frequência (Fortaleza, 2011).

A formação inicial do PJU em Fortaleza ficou sob a responsabilidade de uma equipe de educadores vinculados ao Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará (UFC), com a coordenação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelma Matos<sup>6</sup>. A proposta de formação consistiu em capacitar os professores por meio de encontros de formação, combinando assuntos relacionados à prática docente, planejamento e orientações gerais do ProJovem Urbano.

Quanto à estrutura organizacional, sabemos que esse Programa possui referencial estratégico na política municipal da juventude, em Fortaleza, estando sob a Coordenação da Secretaria da Juventude, contando com o apoio da Secretaria Municipal da Educação - SME, e portanto, possui uma proposta pedagógica definida, com metas a cumprir e recursos próprios com indicadores de ações para a sua sustentabilidade. O *locus* de desenvolvimento das suas ações educativas, portanto, eram as escolas que atendiam há algum tempo a educação de jovens e adultos.

Até a última edição do PJU Fortaleza (2017), as salas de aulas funcionavam nas escolas-polos da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino. Vale salientar que, diante de toda uma dinâmica de processo de ensino e aprendizagem, a SME conseguiu conduzir um grande número de alunos à conclusão do Ensino Fundamental, todos com sua certificação e, desse modo, favoreceu a oportunidade da inserção destes jovens para o Ensino Médio, como também para o mercado de trabalho.

---

<sup>6</sup> Matos (2013) explica que o referido projeto foi implementado a partir da parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza (Assessoria da Juventude), denominado “Projeto Formação de Professores do PROJOVEM em Fortaleza”, coordenado pela Profa. Dra. Kelma Socorro Lopes de Matos, e composto por alunos do Curso de Pedagogia (estagiários) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC (Formadores). O objetivo foi fomentar a formação continuada dos educadores do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem.

## 5 AVALIAÇÃO DO PROJovem URBANO DE FORTALEZA EDIÇÃO 2014 A PARTIR DOS ALUNOS EGRESSOS

O ProJovem Urbano de Fortaleza – edição 2014, de acordo com o Relatório de Atividades<sup>7</sup>, foi desenvolvido num período de 18 meses consecutivos, tendo sido concedido aos jovens participantes um auxílio financeiro de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, pago pelo Governo Federal, aos que tiveram frequência mensal de no mínimo 75%, e que também cumpriram com as atividades pedagógicas obrigatórias do curso. Para tanto, a referida edição teve as seguintes metas:

- Matricular cinco mil jovens entre 18 e 29 anos;
- Elevar o grau de escolaridade por meio de certificação de 90% dos jovens concludentes;
- Certificar jovens concludentes no Ensino Fundamental e em qualificação profissional inicial acima da média nacional;
- Realizar atividades práticas de qualificação profissional de acordo com o arco ocupacional.

Na edição 2014 do PJU Fortaleza, foram ofertados os seguintes Arcos Ocupacionais: (1) Telemática; (2) Metalmecânica; e (3) Alimentação. Quanto aos principais objetivos, o PJU edição 2014 visou: a) a reinserção dos jovens no processo de escolarização; b) a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; c) a participação dos jovens em ações coletivas de interesse público; d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; d) e a ampliação do acesso dos jovens à cultura.

Quanto à coordenação local, o Programa foi implementado em núcleos locais reunindo cinco turmas, cada uma com a quantidade entre 30 e 40 jovens, as quais funcionaram diariamente nas escolas públicas da rede municipal no horário noturno. Cada núcleo funcionou dividido em duas ou três escolas, e esses núcleos foram organizados em Polos Regionais, responsáveis diretamente pela coordenação administrativa e pedagógica. O Programa iniciou com 17 núcleos distribuídos em dois polos: o Polo I, que coordenou os núcleos das Regionais I, III, IV e V, e o Polo II que

---

<sup>7</sup> O referido relatório, cedido pela SME de Fortaleza, foi elaborado pelo Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esportes – Instituto CUCA em parceria com a coordenação pedagógica e com a coordenadoria Administrativo e Financeira do ProJovem Urbano de Fortaleza-CE edição 2014.

coordenou as Regionais II, IV, V e VI.

Os núcleos locais foram abrigados nas escolas da rede municipal de Fortaleza, e cada um era composto por uma equipe de sete educadores habilitados nas diferentes áreas do EF: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Língua Estrangeira – Inglês. Os educadores atuaram como professores-orientadores (um por turma) e como professores especialistas (de todas as turmas), além de um educador da Participação Cidadã e um educador da Qualificação Profissional.

O PJU Fortaleza edição 2014 teve suas aulas iniciadas em 23 de abril de 2015 sem ter atingido a meta inicial (matricular cinco mil jovens entre 18 e 29 anos). Paralelo à execução das aulas, o processo de matrícula continuou atingindo os 3000 alunos ao final desse período. Quanto à carga horária total do curso, correspondeu a 18 meses letivos, conforme observa-se no Quadro 6:

Quadro 6 – Carga horária total do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014

<b>Carga horária</b>	<b>Formação básica</b>	<b>Qualificação profissional</b>	<b>Participação cidadã</b>	<b>Total</b>
Horas presenciais	1.008	360	72	<b>1.440</b>
Horas não-presenciais	560			<b>560</b>
<b>Total</b>				<b>2.000</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Atividades do PJU edição 2014.

Em relação à carga horária semanal, foi composta por 20 horas presenciais e 06 de atividades não-presenciais, conforme apresentado no Quadro 7:

Quadro 7 – Carga horária semanal do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014

<b>Atividade</b>	<b>Educador de Formação Básica</b>	<b>Educador de Participação Cidadã</b>	<b>Educador de Qualif. Profissional</b>
Especialista de áreas da Formação Básica	10h	-	-
Professor orientador	04h	-	-
Qualificação profissional	-	-	15h a 20h
Participação Cidadã	-	10h	-
Planejamento	02h	02h	02h
Formação continuada	03h	03h	03h
Outras atividades	11h	15h	05 a 10h
<b>Total</b>	<b>30h</b>	<b>30h</b>	<b>30h</b>

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Atividades do PJU edição 2014.

Para a execução das cargas horárias acima descritas, os núcleos funcionaram diariamente no horário noturno, das 18hs às 22hs. Cada núcleo funcionou em duas escolas, tendo sido, ao longo do Programa, dividido em até três unidades escolares, como já mencionado anteriormente. Ressalta-se que nessa edição, os núcleos foram selecionados com o objetivo de atender o maior número possível de regiões e bairros no município de Fortaleza, descentralizando, assim, o processo de matrículas e aulas, criando, desse modo, oportunidades de acesso aos jovens que quisessem ingressar no Programa.

Destaca-se ainda que no início do processo das matrículas para o PJU edição 2014 foi realizada uma análise criteriosa das escolas municipais para atender as turmas do ProJovem Urbano. Nesse processo, foram avaliadas as condições mínimas da estrutura física e dos espaços necessários para o desenvolvimento das atividades previstas no Programa, que são os Laboratórios de Informática, Biblioteca, Salas de Aula, Sala para Acolhimento dos filhos dos alunos, dentre outros. Na escolha das escolas, levou-se ainda em consideração o número de jovens, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH e a Taxa de Homicídios das regiões, buscando garantir oportunidade de educação aos jovens dessas localidades que ainda não tivessem concluído o Ensino Fundamental.

A inclusão destes jovens, proposta pelo ProJovem Urbano de Fortaleza, na visão de Salgado (2008), visa promover a inclusão social destes por meio de sua reinserção no processo de escolarização e no mundo do trabalho em articulação com “oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania” (Salgado, 2008, p. 14). Para Diógenes (2009), as políticas públicas para a juventude no Brasil, como é o caso do ProJovem Urbano, devem sim ser voltadas, primordialmente, para as iniciativas de inclusão de segmentos de jovens da periferia – um desafio que pode ressignificar valores e atitudes deste público que se sente excluído da sociedade.

Cumprido esclarecer que nesta edição, as aulas estavam previstas para iniciar em outubro de 2014. Contudo, devido ao atraso em firmar o contrato de gestão e a baixa procura nas matrículas, o início aconteceu em abril de 2015, consultado e oficializado pelo MEC. Quanto às estratégias de matrículas da referida edição, foi necessário um esforço maior de todos os profissionais envolvidos no processo, uma vez que não foi possível a contratação de agentes de matrículas.

Para tal finalidade, realizou-se um mapeamento em feiras livres, nas

comunidades em torno das escolas e em órgãos públicos (Cucas, Distritos de Educação, Regionais, Centros Urbanos, escolas, ONG's, postos de saúde, praças, terminais de ônibus e Centros de Referência de Assistência Social – CRAS), cujo objetivo era envolver a todos na divulgação e incremento de novas matrículas. Como estratégia de captação de alunos, foram montados pontos de matrículas em cada Regional realizando ampla mobilização nas diversas regiões da cidade e priorizando o uso de mídias locais tais como carro de som, rádios comunitárias, faixas, cartazes e distribuição de panfletos em locais públicos citados anteriormente. Como resultado destas iniciativas, ao final do processo, 3.000 jovens foram matriculados no sistema.

Em relação ao monitoramento da frequência dos alunos da edição 2014, o PJU Fortaleza implementou o Projeto de Monitoramento da Frequência e permanência dos estudantes pelo cadastro no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação – SIMEC. Tal acompanhamento funcionou tendo como foco a vida estudantil dos alunos do Programa com o objetivo de monitorar e garantir a permanência destes estudantes na escola, além de subsidiar políticas públicas.

Para fortalecer as ações do Programa no âmbito do resgate dos alunos “faltosos”, como também na permanência, foi realizado um planejamento focado em elencar estratégias e ações para conseguir aumentar a frequência destes jovens nas escolas, e também acompanhar o aproveitamento escolar. Para tal fim, criou-se o Grupo de Trabalho de combate à Evasão e permanência dos alunos (GT de Evasão).

Quadro 8 – Ações do Grupo de Trabalho de combate à Evasão – edição 2014

<b>AÇÕES</b>	<b>QUEM REALIZOU</b>	<b>QUANDO</b>
1) Mapear os alunos conforme a frequência: ✓ alunos com frequência regular; ✓ alunos com frequência irregular (oscilante); ✓ alunos que sumiram.	Direção de polo	Mensalmente
2) Investigar os reais motivos da frequência irregular e abandono dos alunos por meio de: ✓ ligações; ✓ visita domiciliar; ✓ depoimento dos alunos.	Educadores e educandos	Semanalmente

3) Dividir entre as equipes de educadores o gerenciamento da permanência e resgate dos alunos.	Direção de polo	Semanalmente
4) Registrar no instrumental toda e qualquer falta dos alunos com as devidas justificativas.	Educadores	Semanalmente

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Atividades do PJU edição 2014.

O GT teve como objetivo acompanhar as frequências dos alunos como necessidade para que a escola pudesse atender com qualidade e equidade, organizando o planejamento e a formação dos educadores e demais atribuições correspondentes a cada sujeito do Programa, para que, dessa forma, trouxesse elementos a analisar adequadamente os resultados do Programa e o andamento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A seguir, no Quadro 8, lista-se as ações que foram desenvolvidas pelo GT de Evasão no PJU edição 2014.

Além dos fatores supracitados referentes à evasão e à infrequência, destacam-se ainda problemas relacionados à desestruturação familiar, baixa autoestima, gravidez, horário de trabalho, envolvimento com facções e tráfico de drogas, falta de transporte, a longa distância entre a escola e a residência do aluno, dentre outros aspectos relacionados a motivações individuais<sup>8</sup>.

De acordo com Campos *et al.* (2008, p. 83), “os jovens apresentam particularidades quanto ao processo de socialização, construção da identidade, vivência da afetividade/sexualidade, iniciação profissional, dentre outras.” Além disso, é provável que vivenciem algumas dificuldades em sua vida de ordem financeira, propiciando, dessa forma, um distanciamento da escola, limitando o seu potencial, e assim, gerando problemas de autoestima, comprometendo, então, o seu desenvolvimento.

Mesmo diante dessas dificuldades apontadas na edição de 2014, é importante destacar que muitos educadores e educandos se empenharam no resgate dos alunos faltosos, seja por meio de atividades pedagógicas mais motivadoras como feiras culturais, gincanas, atividades esportivas, festival junino, palestras motivadoras, seja através da promoção de atividades complementares externas ao ambiente

<sup>8</sup> Informações extraídas do Relatório de Atividades do PJU de Fortaleza edição 2014, cedido pela SME, elaborado pelo Instituto de Cultura, Arte, Ciência e Esportes – Instituto CUCA em parceria com a Coordenação Pedagógica e com a coordenadoria Administrativo e Financeira do ProJovem Urbano de Fortaleza-CE edição 2014.

escolar como passeios, visitas técnicas, e também realizando visitas domiciliares na tentativa de fazer com que os alunos evadidos retornassem ao PJU.

Uma outra dimensão muito importante deste Programa diz respeito à Participação Cidadã, objetivando, por meio de suas ações, garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promovendo entre os estudantes o desenvolvimento de ação comunitária e a formação de valores solidários. Consiste ainda em atividades de socialização e organização dos jovens, participação na agenda social, cultural e política da cidade, bem como na elaboração e execução de um Plano de Ação Comunitária (PLA), cuja execução foi realizada pelos alunos do Programa. Cada escola possuía um projeto social para desenvolver na comunidade em torno da escola com temáticas abordadas partindo das ações de protagonismo juvenil com ênfase nos problemas sociais.

As ações e atividades desenvolvidas na Participação Cidadã no PJU edição 2014 foram: a) mobilização para participação em atividades públicas em datas sociais importantes (Consciência negra - 20 de novembro); b) Dia Internacional de combate à violência contra a mulher; c) desenvolvimento da cultura nordestina – Festival Junino fora de época Festeja Jovem; d) distribuição de preservativos para as escolas; e) conscientização do combate contínuo à Dengue; f) Cultura de paz nas comunidades; g) Formação Política dos Jovens – Ciclo de debates e temas transversais; h) políticas sobre a vida – releitura sobre os desafios do uso de drogas na juventude; i) promoção à cultura dos jovens com participação em Teatros, Museus, Cinemas e mostras culturais.

No que concerne à Qualificação Profissional no Projovem Urbano desta edição, foram escolhidos os seguintes Arcos Ocupacionais demonstrados, a seguir, no Quadro 9:

Quadro 9 – Arcos Ocupacionais PJU edição 2014

ARCOS	OCUPAÇÕES
Arco 1 - Alimentação	Chapista / Cozinheiro Auxiliar / Repositor de Mercadorias / Vendedor Ambulante
Arco 2 - Telemática	Operador de Microcomputador / Helpdesk / Telemarketing / Assistente de Vendas (Informática e Computadores)
Arco 3 - Metalmeccânica	Serralheiro / Funileiro industrial / Auxiliar de promoção de vendas / Assistente de vendas

Fonte: Elaborado pela autora com base no Relatório de Atividades do PJU edição 2014.

A qualificação profissional proposta pelo Projovem Urbano, como pode-se observar, se assenta na noção de empreendedorismo “aplicável às mais variadas circunstâncias laborais, ou de preparação para o ingresso na ‘vida produtiva’, constituindo um *leitmotiv*<sup>9</sup> dos discursos dominantes acerca das novas competências a serem adquiridas pelo trabalhador” (Rummert, 2011, p. 145). Essa noção propagada pela proposta do Programa e assimilada pelos jovens é tida como uma tábua de salvação, visto que lhes oportuniza obter uma renda maior diante da realização do referido curso.

A partir das premissas até aqui estabelecidas, cumpre assinalar que no presente capítulo, além das considerações outrora apresentadas sobre o Projovem Urbano de Fortaleza, interessa-nos ainda compreender este Programa na perspectiva dos jovens egressos da edição 2014. Para tanto, recorreremos às respostas dos alunos através do questionário aplicado como forma de considerar a importância dos sujeitos nesse processo, reconhecendo suas opiniões, sua visão e pontos de vista com base nas vivências antes, durante e depois do PJU.

Considerando a visão dos jovens egressos sobre o PJU Fortaleza edição 2014, conforme proposto nesta pesquisa, nas seções que se seguem, abordamos, a princípio, a caracterização do campo da pesquisa, a saber, a cidade de Fortaleza, de onde os jovens participantes são oriundos, distribuídos por bairros e regionais para, mais adiante, por meio dos dados, averiguar as informações referentes aos bairros onde moram (e também moravam na época em que estudavam no Projovem, em 2014).

Além disso, o presente capítulo versa sobre as categorias de análise deste estudo, que dizem respeito ao perfil dos sujeitos/participantes da pesquisa, ao ingresso destes no Programa e também à permanência nos estudos, à qualificação profissional e à inserção dos egressos da edição 2014 no mercado de trabalho.

## **5.1 Caracterização do campo da pesquisa**

Nesta seção, apresentamos o campo de análise para avaliar o PJU Fortaleza edição 2014, que é a cidade de Fortaleza-CE. Uma vez que a referida cidade é dividida em Secretarias Administrativas Regionais, cumpre-nos, primeiramente,

---

<sup>9</sup> Termo alemão que significa “motivo condutor”.

discorrer sobre a organização administrativa deste campo para, posteriormente, apresentar as regionais que os participantes deste estudo pertencem – aqueles(as) que conseguimos entrar em contato e convidar para serem participantes da presente pesquisa como colaboradores(as).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF<sup>10</sup>, o processo de transição e reestruturação das regiões que compõem a capital cearense ocorreu a partir do projeto aprovado por lei ainda no ano de 2019, que passou a dividir a cidade de Fortaleza em 12 Regionais e 39 territórios administrativos sem impactos financeiros para o Município. Cumpre assinalar que antes do referido decreto, a contar de 1997, a administração executiva da prefeitura esteve dividida em subprefeituras chamadas de Secretarias Executivas Regionais (SER), que foram sete ao todo (SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a regional do Centro), sendo esta última criada apenas em 2011.

Ainda sobre a divisão de Fortaleza, Bezerra (2018) esclarece que a grande dimensão territorial da cidade e o crescimento rápido, desordenado e sem adequação aos planos urbanísticos tem se manifestado como fatores que contribuiriam para um desigual processo de urbanização e de execução de políticas públicas. Como consequência desses fatores, a autora afirma que Fortaleza se apresenta hoje como um conjunto de territórios unidos espacialmente, mas com indicadores tão diversos que erguem fronteiras simbólicas, separando e também segregando a população.

A partir de 2008, as SER foram ainda subdivididas em Áreas Particulares (APs), cujo intuito era melhorar a demanda por serviços básicos de infraestrutura, saúde, educação, segurança e meio ambiente em cada secretaria. As SER não possuíam área sobreposta a dos antigos distritos, que não tinham mais função administrativa, porém, as sedes das SER eram próximas aos núcleos desses cinco distritos históricos.

Assim, a nova regionalização foi criada pela Lei Complementar nº 278, de 23 de dezembro de 2019. Já o Decreto nº 14.590, de 6 de fevereiro de 2020, por sua vez, trouxe a renomeação das Regionais a partir de novos mapas. Somente em 31 de dezembro de 2020, por meio do Decreto nº 14.899, o então prefeito Roberto Cláudio publicou a nova regulamentação da estrutura administrativa e do processo de transição das Regionais.

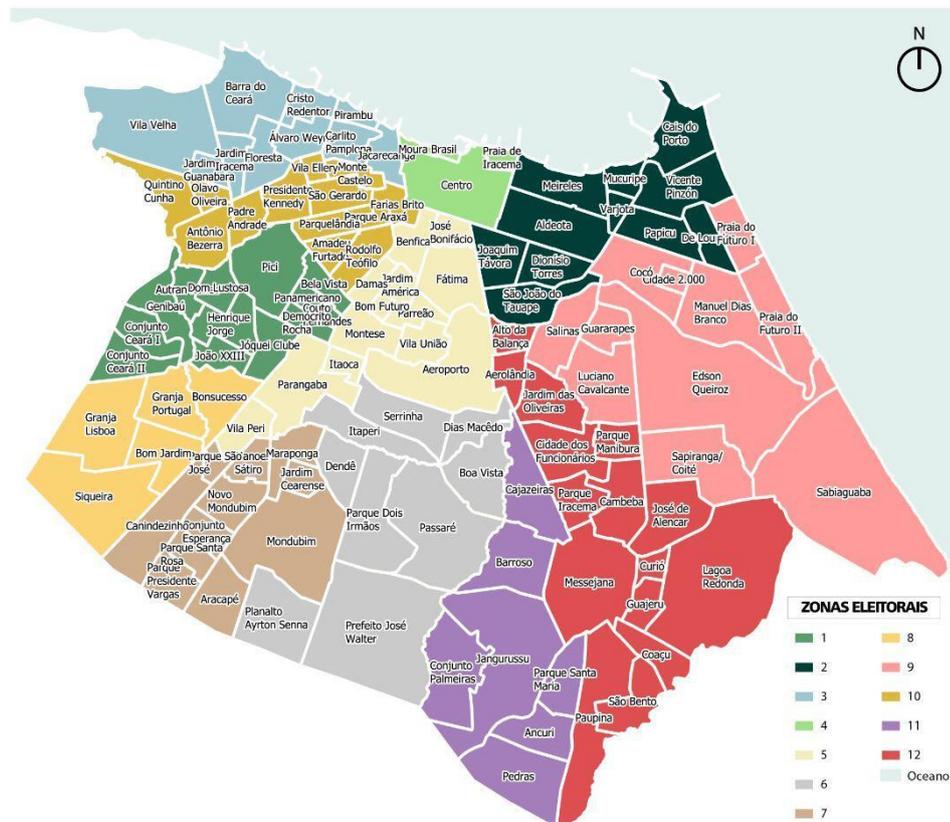
---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/entenda-a-nova-territorializacao-administrativa-de-fortaleza>. Acesso em: 19 mar. 2024.

A mudança amplamente discutida com a população e lideranças comunitárias teve como base o Plano Fortaleza 2040, que corresponde ao planejamento para a cidade apresentado pela gestão municipal em 2016, e objetiva diminuir as diferenças entre as regiões de Fortaleza, garantindo, assim, maior autonomia administrativa às Secretarias Regionais.

Com a reestruturação, os 121 bairros da capital foram agrupados em 39 territórios seguindo critérios como a quantidade de habitantes, a área de cada bairro, a aproximação cultural e a utilização de equipamentos públicos pelos habitantes. As Secretarias Regionais, que passaram de sete para 12, também passaram a compor a Secretaria Municipal de Gestão Regional (SEGER), que substituiu a Coordenadoria Especial de Articulação das Secretarias Regionais. Assim, na Figura 6, os bairros de Fortaleza foram distribuídos nas 12 regionais administrativas da seguinte forma:

Figura 6 – Mapa dos bairros de Fortaleza distribuídos pelas 12 Regionais<sup>11</sup>



Fonte: Canal Planejamento e Gestão – Prefeitura Municipal de Fortaleza<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Ressalta-se que o projeto que alterou a divisão das regionais de Fortaleza conforme apresentada na Figura 6, foi assinado pelo ex-prefeito Roberto Cláudio nos últimos de sua gestão. Contudo, o atual prefeito Sarto Nogueira nomeou os titulares das 12 secretarias, e além das 12 áreas, a cidade foi dividida em 38 territórios.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://planejamento.fortaleza.ce.gov.br/programas/35-ciclo-de-planejamento-participativo.htm>. Acesso em: 19 mar. 2024.

De acordo com o projeto da divisão acima apresentada, o objetivo do redesenho é agregar nos territórios e regionais os bairros de condições socioeconômicas parecidas a partir da nova organização territorial e administrativa, visto que cada regional passou a ter um poder executivo para além das suas atuais funções de acolher e direcionar demandas das comunidades, incluindo aquelas que correspondem às instituições escolares.

Nesse cenário, estão inclusas as escolas-polo do PJU edição 2014, distribuídas entre as 12 Secretarias Executivas Regionais – SER conforme mencionado anteriormente, das quais conseguimos entrar em contato com os alunos egressos através das fichas de matrícula, e que aceitaram colaborar com esta pesquisa. Apesar da dificuldade encontrada em contatar estes jovens egressos, 12 deles decidiram colaborar espontaneamente respondendo ao questionário on-line aplicado, do qual extraímos os dados cujos resultados são apresentados mais adiante. Estes jovens, atualmente, residem nos seguintes bairros de Fortaleza:

Quadro 10 – Bairros de Fortaleza onde os jovens egressos residem

Identificação dos jovens egressos <sup>13</sup>	SER	Bairro
JE1	11	Genibaú
JE2	11	Genibaú
JE3	11	Genibaú
JE4	4	Parangaba
JE5	7	Sapiranga
JE6	8	Planalto Ayrton Senna
JE7	6	Messejana
JE8	2	Mucuripe
JE9	10	Aracapé
JE10	3	Quintino Cunha
JE11	5	Granja Lisboa
JE12	4	Montese

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

A partir deste quadro, pode-se observar que os jovens egressos participantes da pesquisa estão distribuídos por vários bairros da capital, pertencentes a nove das doze regionais da cidade. A nosso ver, esta representação geográfica é significativa para obtermos uma melhor compreensão de como estes jovens egressos

<sup>13</sup> Com o intuito de assegurar o anonimato e a confidencialidade dos dados pessoais destes participantes, a identificação dos jovens egressos desta pesquisa é apresentada da seguinte forma: JE1 (jovem egresso 1), JE2 (jovem egresso 2), e assim sucessivamente.

se encontram atualmente, cada um residindo em bairros socioeconomicamente diferentes.

Com o intuito de elaborar o perfil dos jovens egressos do PJU Fortaleza edição 2014, dialogamos no tópico seguinte com os resultados dos questionários destes egressos permitindo-nos ter uma visão maior de quem são estes jovens, o que fazem atualmente, e, principalmente, como se encontram após o período de ingresso e conclusão do Programa, bem como os possíveis impactos que este tenha causado na vida de cada um deles.

## **5.2 Perfil dos sujeitos/participantes**

Tendo por base a concepção de juventude adotada pelo ProJovem Urbano, busca-se compreender, neste tópico, as características dos jovens egressos que participaram do Programa na edição 2014. Para os critérios estabelecidos do público-alvo deste Programa, parte-se do pressuposto de que “são jovens que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, embora tenham entrado no sistema regular de ensino na faixa etária adequada (6 ou 7 anos)”, conforme previsto no PPI (Brasil, 2008).

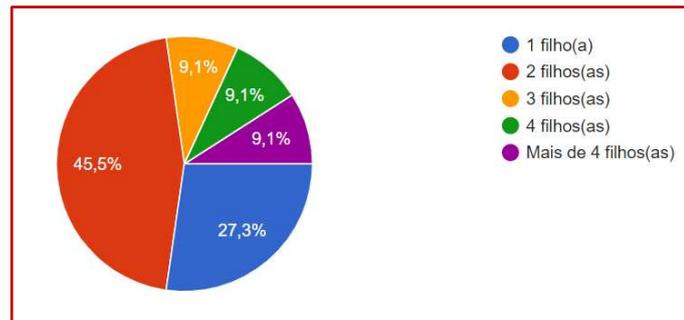
Sobre o perfil dos jovens egressos do PJU edição 2014, destaca-se que a maioria que aceitou participar desta pesquisa é do público feminino (oito jovens mulheres), sendo apenas três participantes do gênero masculino. Quanto à idade dos doze participantes envolvidos, quatro deles possuem 25 a 35 anos, enquanto que os demais (oito) têm entre 35 e 45 anos, ou seja, já se encontram na fase adulta.

Em relação à etnia, a maioria se autodeclarou pardo(a). Tais resultados se aproximam das projeções nacionais realizadas pelo censo demográfico 2022, pois, de acordo com os resultados do referido censo, pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população brasileira (45,3%) se declarou como parda, o equivalente a cerca de 92,1 milhões de pessoas. Até então, segundo o IBGE, o maior percentual era representado pela população que se declarava branca, que no caso dos participantes deste estudo, apenas um declarou-se branco(a). Em relação às demais opções apresentadas no questionário (amarelo(a), negro(a) ou indígena), não tivemos nenhuma destas opções marcadas.

Sobre o fato de estar em algum relacionamento conjugal atualmente, a maioria (sete participantes) declarou estar solteiro(a); dois deles são casados(as) ou

moram junto, e apenas um participante é separado(a) ou divorciado(a). Quanto ao fato de terem filho(a)s, dos 12 participantes apenas um respondeu não ter nenhum. Quanto aos 11 que afirmaram ter descendência, a quantidade de filho(a)s de cada um, com base nas respostas, é apresentada no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de filho(a)s dos jovens egressos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Percebe-se, através do gráfico acima, que a maioria dos 11 participantes que afirmam ser pais e mães (45,5%), o que corresponde a cinco deles, declaram ter dois filhos e/ou filhas. Três participantes do gênero feminino (27,3%) dizem ter apenas um(a) filho(a), enquanto que outras três, também mulheres, declaram, cada uma, ter quantidades diferentes de prole na família: uma possui três filhos(as), outra quatro filhos(as), e uma que diz ter mais de quatro filhos(as).

Sobre esse aspecto, Souza (2013) observa que com a chegada do(a)s filho(a)s, a vida destas jovens se transforma, uma vez que elas precisam conciliar estudo, trabalho e família, e na maioria das vezes, a conciliação entre o campo privado (família) com o público (estudo, trabalho) não é possível, principalmente quando não se consegue uma vaga no sistema de creches e escolas, restando para algumas delas uma alternativa: abandonar os estudos em função de cuidar do(a)s filho(a)s, em especial, quando este(a)s ainda são pequenos, visto que, tradicionalmente, é atribuído à mulher o papel de cuidar e educar as crianças.

Um outro detalhe que chama a atenção é que estas três últimas participantes que possuem, respectivamente, três, quatro e mais de quatro filho(a)s, afirmaram que são solteiras. Em contrapartida, das três mulheres que afirmaram ter apenas um(a) filho(a), duas delas disseram que são casadas ou moram junto.

Com base nestes respostas, nota-se que na maioria do(a)s respondentes,

presume-se que há um planejamento familiar, considerando a média de um ou dois filhos por família apontado, portanto, pela grande maioria. Ao se tomar como base as estatísticas nacionais, tais constatações convergem com os últimos dados divulgados pela PNAD (2021)<sup>14</sup>, visto que, sobre a taxa de fecundidade total das mulheres, estes indicam que foi de 1,74 (de filho por mulher), atribuída, dentre outros aspectos, a um declínio da fecundidade ocorrido nas últimas décadas em todas as regiões na sociedade brasileira, atingindo, sobremaneira, vários grupos sociais, independente da renda, cor ou nível social.

Por outro lado, aquelas que afirmaram ter três ou mais descendentes, nos dias de hoje, tal situação aparenta ser um pouco incomum, como já elucidado anteriormente, tendo em conta as dificuldades em prover para o(a)(s) filho(a)(s) os direitos básicos como educação, saúde, moradia, alimentação de forma adequada, principalmente numa situação socioeconômica bem difícil como a que vivemos no país, após um período de consequências drásticas em decorrência da pandemia da COVID-19.

Além disso, há de se considerar que as referidas participantes declararam ser solteiras, ou seja, são mães que, praticamente sozinhas, levam nos ombros a incumbência de criar o(a)(s) filho(a)(s), na maioria das vezes, sem a ajuda dos progenitores destes(as). E para que haja desenvolvimento na promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos membros da família, Santos e Freitas (2011) assinalam que faz-se necessário que o sistema familiar, definido como um grupo de pessoas que compartilham o dia a dia, desempenhe, cada um, a sua função no meio familiar.

Considerando, na visão dos autores citados, o contexto social, econômico e político e seus impactos sobre as famílias, refletidos, sobretudo, na vida das mães-solo participantes desta pesquisa, Paiva (2008) contribui com esse debate à medida em que chama a atenção para a necessidade de se analisar a família no contexto social, considerando seu funcionamento e sua organização. Nesse sentido, a família também precisa ser vista no processo de reprodução das relações sociais “[...] até mesmo em função dos conflitos que o mundo capitalista vem impondo à população” (Paiva, 2008, p.129).

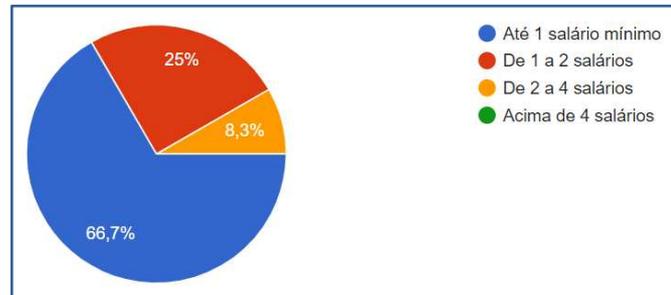
Em continuidade à caracterização do(a)s jovens respondentes, procurando construir olhares interpretativos que nos permitam perceber os efeitos do ProJovem

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Urbano na vida deles(as), é importante sublinhar alguns elementos ligados à faixa salarial dos egressos participantes. O Gráfico 2 nos mostra a faixa salarial por família dos jovens egressos participantes.

Gráfico 2 – Faixa salarial da família



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

No que se refere à renda familiar mensal dos/as participantes, conforme observado, prevaleceram os seguintes percentuais: 66,7% possui renda mensal de até um salário mínimo; 25 % têm renda entre um e dois salários mensais, enquanto que apenas 8,3% vivem com uma renda familiar de dois a quatro salários mínimos.

Percebe-se que a maioria destes egressos convive, atualmente, com uma renda mensal familiar bem abaixo do rendimento médio mensal real apontado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC (2022)<sup>15</sup>, que corresponde ao valor de quase dois salários mínimos (R\$ 2.533,00) – situação esta na qual estão enquadrados menos da metade dos participantes.

Com base nestes dados, na tentativa de ampliar o foco de nossas discussões e análises para uma melhor compreensão a respeito dos jovens egressos do PJU edição 2014, apresentamos nas seções seguintes, a análise categorial de dados ainda extraídos das respostas do questionário aplicado.

### 5.3 Análise categorial dos dados

A presente pesquisa procura compreender efeitos de um Programa público a partir da dimensão ligada às repercussões individuais deste na vida de jovens egressos quanto à trajetória de escolarização, profissionalização e inserção no

<sup>15</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10070/64506>. Acesso em: 20 mar. 2024.

mercado de trabalho de estudantes que frequentaram a edição 2014 e concluíram, portanto, o Programa.

Na análise dos dados apresentados, escolhemos categorias que visaram ajudar a delimitar o foco, direcionando o olhar do pesquisador na ação de observar e compreender a realidade como ela é em relação ao objeto de estudo. Nas palavras de Minayo (2010), a categoria é um recurso metodológico valioso de aproximação e apreensão da realidade estudada. Para a autora, tal proposição de pesquisa, e conseqüentemente, de categorias analíticas, é limitada na medida em que o contato com a realidade estudada pode redirecionar o olhar e, portanto, redirecionar a proposição inicial.

Assim, com o intuito de obter uma melhor compreensão a respeito do PJU de Fortaleza edição 2014 a partir das respostas dos jovens egressos participantes desta pesquisa, classificamos e agrupamos as perguntas do instrumental em categorias e subcategorias, conforme apresentado na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 – Categorias e subcategorias de análise da pesquisa

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juventude</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Juventude: cidade (meu bairro, meu território), trabalho e cidadania.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ingresso no Programa e permanência nos estudos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Efeitos singulares do Programa na trajetória de escolarização.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Qualificação profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Escolha das áreas de trabalho (arcos ocupacionais);</li> <li>▪ Significados da qualificação profissional do ProJovem Urbano para os egressos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contribuições do Programa para a vida dos jovens: expectativas iniciais e perspectivas de futuro.</li> </ul>

Fonte: Elaborada pela autora.

Estabelecidas as categorias relevantes para este estudo com base nos objetivos propostos, ressalta-se que tal procedimento analítico, na concepção de Gil (1999), é uma técnica de análise de dados frequentemente utilizada no estudo de campo com enfoque qualitativo, como é o caso da presente pesquisa. Tal técnica, na visão do autor, possibilita a descoberta do que está implícito nos conteúdos manifestos, o que nos permite avançar no entendimento das ideias analisadas.

Assim, após a categorização dos dados, as informações foram comparadas entre si relacionadas com a revisão bibliográfica levantada anteriormente. Esta construção se deu a partir do estabelecimento de paralelos e contrapontos entre os dados coletados no questionário aplicado e os já existentes na literatura, pontuando as convergências e divergências. Isso nos possibilitou uma apreensão global a partir das respostas dos jovens egressos em seus aspectos dinâmicos e interativos.

### **5.3.1 Juventude**

O Protagonismo Juvenil, no entendimento de Lima (2010), é a maneira de encarar o jovem não como sujeito causador de problemas sociais na comunidade, mas sim, como um sujeito transformador no interior da sociedade na qual convive. Desse modo, o jovem pode ser visto como um agente de mudança tanto do seu desenvolvimento quanto da comunidade em que habita.

Partindo desse contexto, o ProJovem Urbano surge buscando oferecer aos jovens, oportunidades para que experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se repositionem quanto à sua inserção social e profissional.

Este Programa, na visão de Nunes (2015), foi precedido por um debate teórico envolvendo o conceito de Juventude. Para o autor, a prevalência no Programa da concepção da Juventude como sujeito de direitos significa fortalecer debates já existentes na sociedade sobre esses direitos, e desta maneira, pretende consolidar uma visão de Política de Juventude buscando mobilizar toda a sociedade brasileira.

Ao serem questionados de que forma a participação dos jovens egressos no ProJovem Urbano edição 2014 influenciou a relação destes com a sua comunidade (bairro), alguns deles declararam o seguinte:

Me ajudou muito, pois a educação transforma a gente em pessoas melhores e mais capazes. Hoje eu consigo arrumar um trabalho de nível fundamental, coisa que eu não conseguia antes de participar do Projovem pois não tinha um certificado. Hoje meu sonho é cursar o ensino médio, e não tive oportunidade ainda pois tenho que trabalhar pra sustentar meus filhos e neto. Um dia eu chego lá com fé no Senhor (JE1).

Foi muito bom ter o Projovem no meu bairro, pois foi um projeto muito importante para nossa comunidade. Trouxe muitos benefícios para quem participou desse lindo projeto (JE5).

Ajudou muito no desenvolvimento pra conseguir um emprego (JE10).

Foi ótima, foi um incentivo pra mim e alguns colegas pra terminar o ensino fundamental, e pra quem não queria saber mais dos estudos foi ótimo... agora quero terminar o ensino médio, fazer o EJA e me capacitar mais (JE11).

A partir das declarações dos respondentes, percebe-se que o Programa na comunidade onde vivem surtiu um efeito positivo na juventude, pois serviu de incentivo para concluir os estudos (JE11), expressando o desejo de dar continuidade nesse processo ao mencionar a vontade de cursar o ensino médio (JE1, JE2). Com isso, entende-se que eles reconhecem a importância do PJU na vida deles que, além de outros fatores, trouxe benefícios tanto para os jovens que participaram deste projeto, quanto para a comunidade a qual pertencem (JE5).

Do ponto de vista de Diógenes (2009, p. 283), este é um dos desafios das políticas públicas para a juventude, haja vista que

[...] ressignificar valores e atitudes dos adolescentes que se sentem excluídos e são realmente excluídos do acesso a equipamentos e serviços urbanos mais diversos, nos seus lugares de vida, nas suas práticas de espaço e, concomitantemente, interligá-los a toda rede de direitos que os constituam como sujeitos atuantes para além dos seus âmbitos costumeiros de atuação e vivência. Nossa empreitada é a de criarmos políticas para a juventude que, no geral, quando são distantes de suas aspirações, se apropriam ao seu próprio modo sem que se observe um envolvimento e uma mudança efetiva na condição de vida dos que usufruem dessas políticas.

O fato de terem concluído o Ensino Fundamental por meio do ProJovem Urbano, com o certificado em mãos ter a chance de pensar na continuidade dos estudos no ensino médio e também arrumar um trabalho de nível fundamental, coisa que “não conseguia antes de participar do Projovem pois não tinha um certificado” (JE11), é gratificante, tanto para eles próprios quanto para aqueles com quem convivem: família, amigos, a comunidade em geral. É importante refletir sobre esses fatores, principalmente levando em conta as dificuldades enfrentadas por estes indivíduos que os impediram de concluir os estudos no período próprio às suas faixas etárias, e através do PJU, tiveram seus sonhos e expectativas idealizados.

Uma vez que o ProJovem propôs reafirmar a condição de cidadania dos jovens ressaltando a pretensão de tirá-los do estado de vulnerabilidade em que se encontravam por meio das oportunidades de estudo, crescimento e desenvolvimento educacional, cultural, profissional etc., para Gondim e Moraes (2014), este Programa

ofereceu a esta juventude a oportunidade de voltar à escola, como também a chance de identificar as oportunidades de trabalho por meio da qualificação profissional e a possibilidade de construir experiências de ações junto à comunidade na qual está inserida, que do ponto de vista das autoras, significa proporcionar-lhes noções de cidadania.

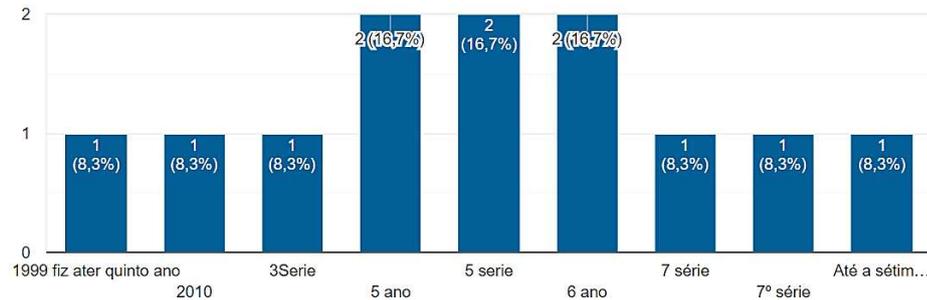
Mais do que um Programa de formação e qualificação profissional, nas palavras de Souza (2013), o ProJovem possui, como característica, a inclusão social de jovens com realidades e contextos diversos, e como tal, deve se traduzir como um esforço importante para a ampliação e exercício da cidadania dos atores envolvidos, que são frutos de um contexto diverso (cultural, social, econômico) que não pode ser, em hipótese alguma, desconsiderado, velado ou mesmo caracterizado de maneira generalizante. Em relação ao ingresso destes jovens no Programa, bem como à permanência nele, são discussões pertinentes que abordamos com maior critério no tópico a seguir.

### ***5.3.2 Ingresso no Programa e permanência nos estudos***

A dimensão da análise a ser abordada nesta subseção procura abordar a trajetória escolar dos jovens egressos do PJU edição 2014 enquanto estudantes, com o objetivo de apresentar sinteticamente suas experiências em comum das quais partem para criar suas expectativas e projetos de realização futura com base no que foi vivenciado no ProJovem Urbano. Nesse sentido, consideramos fundamental para a nossa pesquisa as vozes dos sujeitos partícipes do PJU Fortaleza edição 2014 expressas nas respostas do questionário aplicado, pois entendemos que, a partir desse passo tão importante dado pelos sujeitos, torna-se possível a expansão de novos horizontes para as suas vidas.

Quando questionados sobre suas trajetórias escolares, a maioria dos jovens da amostragem apontou que já haviam frequentado a escola regular antes de se matricular no Programa, sendo que 50% dos participantes já tinham iniciado ou concluído os estudos até o 5º ano do Ensino Fundamental. Apenas um (JE8) não informou o ano/série solicitado. Dos outros cinco jovens egressos da pesquisa, dois deles afirmaram ter estudado até o 6º ano (JE3 e JE5), enquanto que os três restantes declararam ter estudado até o 7º ano do EF (JE1, JE6, JE7). No Gráfico 3 são apresentadas essas informações.

Gráfico 3 – Ano/série que havia estudado antes de se matricular no ProJovem

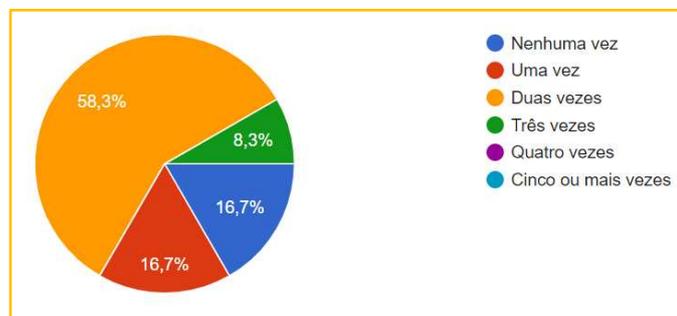


Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Sobre essa realidade de retorno aos estudos apontada pelos jovens egressos da pesquisa, Muniz (2016) assinala que, para o egresso que se encontrava afastado da escola, a retomada de sua escolarização através do ProJovem apresenta-se como um desafio sob a seguinte perspectiva: para quem já se evadiu da escola no passado, a reinserção representa uma oportunidade para o jovem ter sucesso, na medida em que considera ter fracassado num estágio anterior à sua trajetória escolar. Por conseguinte, a promoção da autonomia do aluno apresenta-se como um desafio através da implantação do currículo integrado e do trabalho interdisciplinar.

Ao serem indagados sobre a desistência das aulas no período regular em que não concluíram os estudos, foi-lhes questionado quantas vezes começaram a estudar e pararam antes do final do ano. As respostas estão apresentadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Quantidade de vezes em que os jovens egressos iniciaram e não concluíram os estudos antes do ProJovem Urbano



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Mais de 50% dos questionados afirmaram ter desistido dos estudos, pelo

menos, duas vezes antes de encerrar o ano letivo – um fator bem preocupante, levando em conta a importância em concluir os estudos no tempo certo, sem interrupções, sobretudo, para estar qualificado e, a partir disso, conseguir trabalho e renda. Considerando esse cenário em comparação aos dados divulgados pelo IBGE (2022)<sup>16</sup> sobre a realidade educacional da juventude brasileira, 31,9 % dos jovens entre 15 e 29 anos declararam estar ocupados com trabalho, mas não estudando, enquanto que 20% afirmaram nem estudar, nem trabalhar.

Sobre o fato de não ter continuado os estudos no tempo certo em virtude de ter que trabalhar, um dos nossos respondentes apontaram este motivo (8,3%), outro relatou mudança de endereço e ainda outro informou que desistiu devido a necessidade de tomar conta de filho ou parentes; a grande maioria, que corresponde a 33,3% dos questionados, possui outros motivos que os fizeram desistir dos estudos, enquanto que 25% deles desistiram devido às dificuldades de aprendizagem. Em relação à desistência em decorrência da gravidez, 16,7% informaram ter sido este o motivo, como pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Principal motivo de ter parado de estudar antes do ProJovem Urbano



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

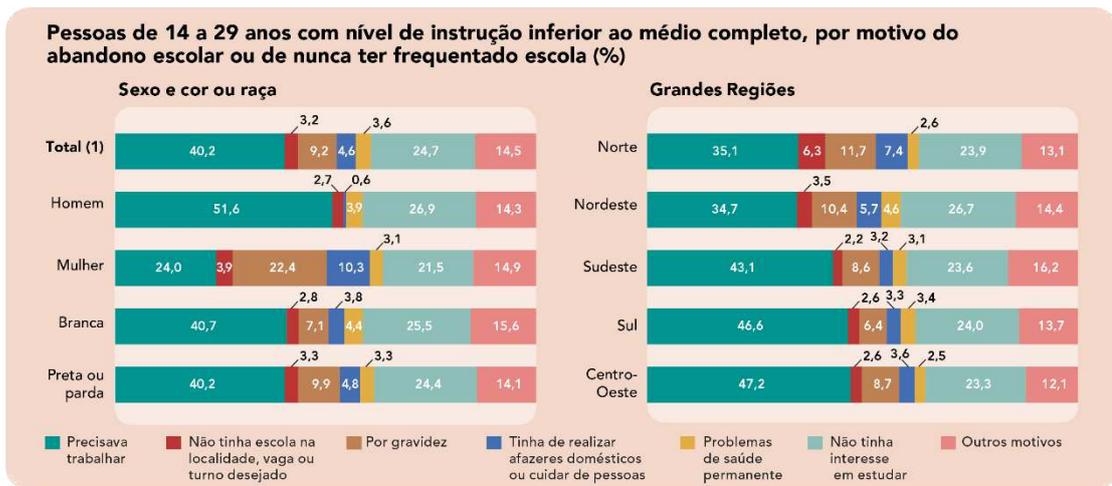
Em diálogo com os dados apresentados pelo IBGE (2022) através do PNADC<sup>17</sup> sobre o abandono escolar, cerca de 18% dos jovens de 14 a 29 anos de idade no Brasil, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, não completaram o ensino médio, ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram a escola. E quando esses jovens foram interrogados sobre o motivo de terem abandonado os estudos, a necessidade de trabalhar foi apontada como fator principal, tanto para os homens quanto para as mulheres, como já mencionado anteriormente. No caso deste

<sup>16</sup> Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10070/64506>. Acesso em: 21 mar. 2024.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 22 mar. 2024.

estudo, dentre os motivos expressos, as dificuldades de aprendizagem foram as razões que mais prevaleceram. Ainda sobre os dados do IBGE (2022), os motivos de abandono, no caso das mulheres, foram a gravidez e a falta de interesse em estudar, como pode ser observado na Figura 7.

Figura 7 – Principais motivos de abandono escolar das pessoas entre 14 e 29 anos segundo o IBGE (2022)



Fonte: IBGE (2022).

Refletindo sobre essa situação, Corbucci *et al.* (2009) avaliam que a proporção de jovens que cursam e concluem a educação básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) em idade adequada é baixa, e dessa forma, o nível de escolaridade desta parcela da juventude brasileira torna-se incipiente. Para estes autores, o resultado disso é

[...] em grande medida, das insuficientes condições de acesso e permanência à educação infantil e ao ensino fundamental, que resultam em sucessivas reprovações e evasão escolar, temporária ou definitiva. Com isso, parcela considerável das crianças ingressa na juventude com elevada defasagem educacional, tanto do ponto de vista quantitativo quanto em termos qualitativos (Corbucci *et al.*, 2009, p. 91).

Diante desse contexto, surge a proposta governamental do ProJovem Urbano para os jovens de 18 a 29 anos terem a oportunidade de recuperar, juntamente com o “tempo perdido”, a sua dignidade e a chance de mudar sua história de vida através do curso. Para Nascimento (2014), espera-se “que o Estado cumpra com sua

atribuição de oferecer oportunidades de inclusão e que os indivíduos aceitem e se adequem a tais oportunidades” (p. 12).

Quanto a esse aspecto, perguntamos aos jovens egressos de que forma a participação no ProJovem Urbano influenciou para a atual situação de escolarização deles. Suas respostas foram as seguintes:

Me ajudou muito, pois antes eu não conseguia nem uma oportunidade de trabalhar por não ter nem o ensino fundamental. Hoje consigo participar de seleção com meu certificado... sei que não é muito, mas pra mim já é grande conquista (JE1).

Gostei muito, pois tive a facilidade de terminar os estudos (JE2).

Muito! Graças a esse projeto consegui terminar meus estudos (JE5).

De forma positiva, pois me incentivou a querer terminar meus estudos e querer fazer cursos superiores (JE6).

Me ajudou financeiramente e me ajudou a concluir meu estudo (JE8).

Influenciou na minha autoestima de terminar os estudos (JE9).

Me influenciou a terminar meus estudos... e por conta de trabalho... porque hoje, pra fazer faculdade e cursos, tem que terminar os estudos e também pra arrumar um bom trabalho... os professores foram ótimos nas salas de aulas, principalmente a relação dos professores e alunos... foram sempre bem e com muito respeito (JE11).

A partir desses depoimentos, pode-se observar que o ProJovem Urbano de Fortaleza edição 2014 influenciou de forma positiva na vida dos jovens egressos, ajudando-os: na conclusão dos estudos, financeiramente, na realização pessoal, educacional e profissional, no incentivo para dar continuidade aos estudos, dentre outros fatores relevantes na vida deles. Quanto à principal motivação destes jovens retornarem aos estudos através do ProJovem Urbano, Cardoso (2018), afirma que tal motivação está diretamente ligada à busca de trabalho, seja pela necessidade do primeiro emprego, seja pelo preparo e qualificação profissional. Sobre este último, direcionamos nossos debates no item a seguir.

### **5.3.3 Qualificação Profissional**

Os jovens egressos deste estudo puderam também vislumbrar, por intermédio do ProJovem Urbano, a possibilidade de ampliar o conjunto de oportunidades para a sua inserção no mercado de trabalho através da qualificação

profissional inicial. Na visão de Sá (2013), esse Programa possui um grande encargo em fazer com que a sua proposta de escolarização ganhe sentido para um público com alta vulnerabilidade, visando, com isso, reduzir as distâncias ante as contradições com o mundo adulto. Para esta autora, repensar os tempos e os espaços em que essas pessoas se inserem constitui-se uma condição essencialmente necessária.

Trazer discussões que problematizem a condição juvenil significa, do ponto de vista de Dayrell (2007), compreender suas demandas, sua cultura e também entender que esse público possui necessidades próprias e essenciais, e em virtude disso, a escola precisa corresponder aos desafios que a juventude provoca, elaborando ações que viabilizem não somente a aprendizagem dos conteúdos, mas, principalmente, a convivência com o outro, estimulando uma troca de aprendizagem propiciando, desse modo, a formação de um conjunto de experiências na constituição do conhecimento.

Dayrell (2007, p. 1109) ainda afirma que “para os jovens, a escola e o trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas, que lhes permitem viver a condição juvenil.” Partindo dessas considerações, entende-se que a escola precisa sim estabelecer um diálogo para compreender a necessidade desse público em relação ao trabalho e à vida: quais são os seus anseios, sua linguagem e como eles se mostram perante a escola com vistas a entender se ela mesma faz sentido para eles. Nessa perspectiva de atuação, o ProJovem Urbano procura conhecer o seu público juvenil com o intuito de estabelecer vínculos no trabalho educativo como estratégia para conquistar os jovens, dando significado e importância aos seus saberes constituídos em sua experiência de vida, como também o respeito às suas singularidades.

No que concerne ao trabalho, é sabido que diante da modernização nos processos produtivos, o mercado de trabalho passou, então, a exigir mão de obra qualificada, visto que a tecnologia necessária para ser utilizada e manuseada nesse novo meio de produtividade torna a qualificação profissional um grande imperativo neste novo paradigma (Carneiro, 2015). Para Muniz (2016), a procura da juventude pela qualificação profissional pode significar o aumento da possibilidade de inserção no mundo do trabalho, passando, desse modo, a ser também uma questão de sobrevivência.

Nesse sentido, Nunes (2015) acentua que a visão construída sobre o trabalho é, por vezes, dicotômica e complexa. Para o autor, o sujeito que trabalha

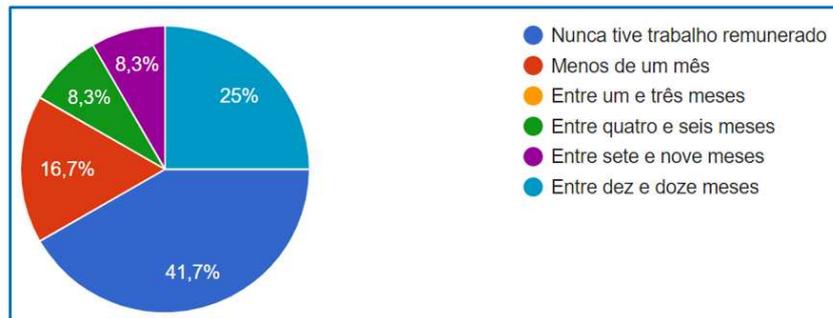
comumente é valorizado socialmente, sendo reconhecido como um trabalhador, ou seja, como uma pessoa que de alguma forma contribui para o desenvolvimento econômico tanto de si quanto do país. Contudo, especialmente no contexto do mundo globalizado e da flexibilização nas relações de trabalho, para este sujeito, ser trabalhador, apenas, não basta, pois, o mercado de trabalho exige um trabalhador formado que atenda às exigências das inovações tecnológicas.

A qualificação profissional do Programa, vale salientar, não garantia uma profissionalização completa, mas apresentava ao jovem “[...] uma formação inicial capaz de desenvolver suas aptidões profissionais proporcionando-lhes novas oportunidades e escolhas no mundo do trabalho [...]” (Salgado; Amaral, 2012, p. 40). Sobre a qualificação profissional no ProJovem Urbano desta edição, como já apresentado anteriormente neste capítulo, foram escolhidos e ofertados aos jovens egressos os seguintes Arcos Ocupacionais: **Arco 1** – Alimentação (Chapista/Cozinheiro Auxiliar/Repositor de Mercadorias/Vendedor Ambulante); **Arco 2** – Telemática (Operador de Microcomputador/Helpdesk/Telemarketing/Assistente de Vendas (Informática e Computadores)); **Arco 3** – Metalmeccânica (Serralheiro/Funileiro industrial/Auxiliar de promoção de vendas/Assistente de vendas).

Tendo em consideração que os jovens egressos desta pesquisa buscaram, através do PJU, a elevação da escolaridade e a qualificação profissional no interesse de ampliar as possibilidades de aumento de renda e realização pessoal, interessa-nos saber se a realidade deles foi sendo construída: pelo tipo de formação que obtiveram no curso, pelas atividades econômicas que passaram a desenvolver no dia a dia, pela renda proveniente destas atividades e pelo contexto social no qual estão inseridos.

Perguntamos aos jovens egressos desta pesquisa se antes da entrada deles no ProJovem Urbano eles permaneceram com trabalho remunerado por ano, e em caso afirmativo, por quanto tempo, aproximadamente, durou essa permanência. O Gráfico 6 nos mostra os resultados deste questionamento.

Gráfico 6 – Quanto tempo havia permanecido com trabalho remunerado por ano antes de entrar no ProJovem Urbano



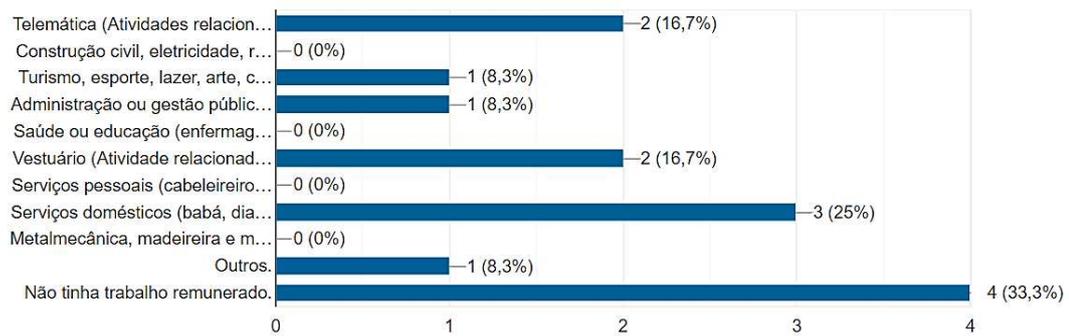
Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Antes do ProJovem, como pode ser observado no gráfico acima, 41,7% dos jovens egressos declararam nunca ter tido um trabalho remunerado. Para Antunes e Alves (2004), a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional entre os jovens, sobretudo, na faixa etária correspondente àqueles que ingressaram no curso (18 a 29 anos), contribuem para a precarização socioeconômica dos mesmos. Com isso, entende-se que estes jovens procuraram o ProJovem Urbano na expectativa de mudar suas vidas socioeconomicamente. Quanto aos que afirmaram ser remunerados, 25% dos inquiridos permaneceram no trabalho remunerado no período entre dez e doze meses; 8,3% entre quatro e três meses e entre sete e nove meses; e 16,7% ficaram no trabalho remunerado apenas em menos de 30 dias.

Uma vez que é pelo trabalho que o sujeito também pode exercer a sua cidadania, sua liberdade e tornar-se igual, Moraes (2018) assinala que a proposta integradora do ProJovem Urbano ainda que de caráter promissor, buscava compreender uma nova configuração social visando atender a uma parcela da sociedade que, além de não ter tido acesso à educação, também não tinha acesso a oportunidades mais dignas de trabalho, e portanto, estes sujeitos eram excluídos da escola e do trabalho – jovens considerados em situação de dupla exclusão.

Ao serem questionados sobre qual(is) área(s) de trabalho(s) remunerado(s) mais se aproximava(m) dos jovens egressos antes de entrar no ProJovem Urbano, o Gráfico 7 apresenta as seguintes áreas destacadas pelos respondentes:

Gráfico 7 – Área(s) de trabalho dos jovens egressos antes do ProJovem



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Dos que afirmaram ter tido trabalho remunerado antes de ingressar no ProJovem Urbano, três dos respondentes trabalharam em serviços domésticos (babá, diarista, porteiro, jardineiro, faxineiro, empregada doméstica); dois jovens egressos trabalharam na área de Telemática (atividades relacionadas à informática, celulares e tecnologia moderna); dois deles atuaram em vestuário (atividade relacionada ao fabrico ou venda de roupas, sapatos e moda); e os demais atuaram nas seguintes áreas: um na área de Turismo, esporte, lazer, arte, cultura ou alimentação (cozinheiro, garçom, guia de turismo, recepcionista), outro na área de administração ou gestão pública (*office boy*, encarregado, caixa, auxiliar administrativo), e o último que trabalhou em uma área diferente das que foram apresentadas na questão.

Nota-se que os jovens questionados demonstraram estar envolvidos em ocupações diversas antes do ProJovem, com maior destaque às atividades relacionadas ao setor de serviços domésticos, que envolvem atividades laborais como babá, diarista, porteiro, jardineiro, faxineiro, empregada doméstica, dentre outros. Na referida área, os que afirmaram ter trabalhado com algumas destas funções são do gênero feminino.

Quanto à Qualificação Profissional ofertada pelo ProJovem Urbano, perguntamos se ela promoveu mudanças na vida dos respondentes, e em caso afirmativo, que respondessem em quais aspectos ocorreram estas mudanças. Três deles (JE2, JE9 e JE12) negaram ter tido mudanças; o JE4 não soube dizer, e o JE3 afirmou ter tido um pouco de mudança em sua vida. Os demais jovens que afirmaram, responderam da seguinte forma:

Sim, eu hoje mesmo desempregada eu consigo manter minha casa fazendo comida pra vender. Eu aprendi muito com o curso de culinária do Projovem (JE1).

Sim, pois aprendi muito sobre qualificação profissional (JE6).

Na verdade, eu trabalhei muito com o público, aprendi a tratar bem o cliente e durante muito tempo trabalhei no comércio (JE7).

Sim, na entrevista de emprego hoje eu sei responder (JE8).

Os respondentes JE10 e JE11 também afirmaram que a qualificação profissional causou mudanças em suas vidas, mas não justificaram como, nem em quais aspectos. Ao refletir sobre estes depoimentos, uma vez que a maioria dos questionados afirmou que a qualificação profissional do Programa atendeu às expectativas, gerando mudanças em suas vidas, tais afirmações correspondem, de certa forma, às proposições de Pires (2010), ao exprimir que a abordagem privilegiada do ProJovem no tocante à qualificação profissional reflete, em parte, aspectos das transformações em curso nos processos laborais que são decorrentes da reestruturação no modelo de produção e do avanço tecnológico, bem como de outras implicações de ordem política, econômica e cultural com desdobramentos significativos para a vida dos trabalhadores, ou, de forma particular, para os jovens trabalhadores.

Em relação aos jovens egressos do estudo terem negado haver mudanças em suas vidas a partir da qualificação profissional do PJU, acredita-se que estes fatores estejam ligados à oferta de cursos através dos arcos ocupacionais do PJU Fortaleza. Tal fato pode ser atestado através das respostas dos respondentes quando inquiridos, na avaliação deles, o que precisaria melhorar no Programa em termos de qualificação profissional. Eles responderam que poderia “oferecer cursos mais atualizados com mais procura no mercado” (JE1), ou seja, “ter uns cursos mais eficientes para [...] fazer um currículo mais amplo” (JE5), e “ter mais opção de cursos que o mercado de trabalho busca hoje” (JE7).

Refletindo sobre essas observações, Pires (2007) chama a atenção para o fato de que as áreas contempladas no Programa para a realização dos cursos profissionalizantes (metalmecânica, alimentação e telemática) realmente não davam maiores oportunidades para o jovem escolher sua formação profissional, tendo em conta que, além de ser bastante limitada, em termos de opções de cursos, na visão da autora, a proposta de qualificação técnica para o trabalho era composta por um número restrito de áreas de profissionalização, desconsiderando, portanto, outros interesses e/ou habilidades dos jovens alunos do Programa.

Com base nessas considerações, partindo das trajetórias dos jovens

egressos de escolarização e qualificação profissional, buscamos ainda fazer uma síntese das percepções destes jovens acerca do Programa quanto às suas contribuições para a vida destes no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, e também sobre o que este Programa representou em suas vidas, ou seja, quais os sentidos e significados do PJU para eles. Tomando como referência Coutinho e Borges (2012), entende-se por sentidos como sendo a expressão singular dos sujeitos, enquanto que os significados como suas construções históricas e sociais que os permitem comunicar, socializar suas experiências. Discussões nesse sentido são tecidas no subitem a seguir.

#### ***5.3.4 Inserção dos jovens egressos no mercado de trabalho***

Iniciamos as discussões nesta subseção apresentando os dados mais recentes sobre a situação juvenil de trabalho no Brasil divulgados pela Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2022)<sup>18</sup> para, posteriormente, termos uma melhor compreensão de como se encontram os jovens egressos desta pesquisa no que diz respeito à situação de inserção no mercado de trabalho destes após ter concluído o PJU.

Segundo este indicador do IBGE, entre os jovens de 15 a 29 anos do país, 10,9 milhões não estudavam nem estavam ocupados em 2022, o equivalente a 22,3%, ou um em cada cinco integrantes deste grupo etário. Além disso, no referido ano, 4,7 milhões de jovens não procuraram trabalho e nem gostariam de trabalhar. Entre esses jovens, 2,0 milhões eram mulheres cuidando de parentes e dos afazeres domésticos. O IBGE também verificou, por meio dos dados estatísticos, que do total de 10,9 milhões de jovens que não estudavam e não estavam ocupados, 61,2% eram pobres, e dentre estes, 47,8% eram mulheres pretas ou pardas.

Diante destes indicadores, a analista da pesquisa Denise Guichard afirma que esse indicador é mais rigoroso quanto à vulnerabilidade juvenil do que a taxa de desocupação (que em 2023, indicou o percentual de 9,6%), pois abrange, nas palavras da pesquisadora, aqueles que não estavam ganhando experiência laboral nem qualificação, possivelmente, comprometendo suas possibilidades ocupacionais

---

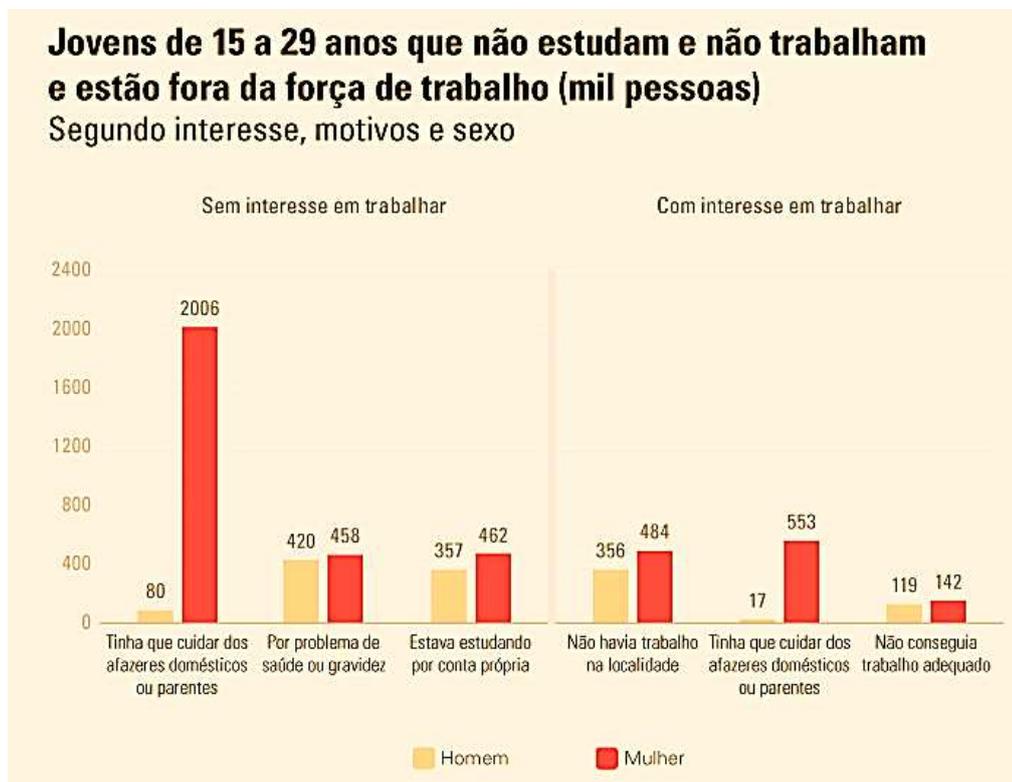
<sup>18</sup> Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em: 24 mar. 2024.

futuras.

Sobre os 4,7 milhões de jovens que não tomaram nenhuma providência para conseguir trabalho e nem gostariam de trabalhar, os motivos alegados estão relacionados aos cuidados de parentes e também com os afazeres domésticos para 2,0 milhões de mulheres, enquanto que para 420 mil homens, o motivo destacado é referente a problemas de saúde. Ambos os sexos também abordam o estudo por conta própria como um dos motivos para não querer trabalhar.

Merece destaque, todavia, o fato de que o contingente de jovens que expressaram querer trabalhar foi de 2,4 milhões, sendo que para as mulheres, que são 553 mil jovens, o cuidado e os afazeres domésticos também se destacam como principal motivo de não terem ido em busca de emprego. Contudo, o fato de não haver trabalho na localidade atinge ambos os sexos, chegando a mais de 800 mil jovens nesta situação (356 mil homens e 484 mil mulheres). A Figura 8 nos dá um vislumbre desta situação:

Figura 8 – Jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham e estão fora da força de trabalho segundo o IBGE (2022)



Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais (2023).

A partir dos dados estatísticos nacionais referentes à situação de trabalho

em que se encontram os jovens brasileiros na atualidade, percebe-se o quanto é preocupante tal situação, e o quanto é urgente o olhar do Estado para que sejam ampliadas as oportunidades de qualificação profissional e emprego para estes jovens terem perspectivas de um futuro promissor para as suas vidas.

Importa ressaltar que o contingente significativo da população nessa faixa etária, bem como sua condição em relação aos estudos, revela a importância da temática da juventude para a elaboração e implementação de políticas públicas. A necessidade de olhar para esse segmento populacional de forma a ser considerado como alvo dessas políticas implica, por sua vez, assumir que os jovens são sujeitos de direito e também atores estratégicos do desenvolvimento. Nesse sentido, é imprescindível que, além de políticas específicas para a juventude, o conjunto destas políticas públicas contemple a perspectiva geracional.

Sobre esses aspectos discutidos, Monteblanco (2010, p. 02) assinala que os jovens no Brasil são uma das maiores vítimas da desigualdade:

[...] vivenciando mazelas no desemprego, violência, pobreza e na falta de projetos futuros. Mesmo sendo beneficiada transversalmente por políticas de educação, saúde, habitação e assistência social, a juventude continua sendo um hiato nas ações focais do governo, já que direitos específicos foram construídos ao longo da trajetória das políticas sociais no Brasil com foco principal para demandas dos trabalhadores, dos contribuintes (no caso da previdência) ou, ainda, para a infância.

Trazendo as discussões para o âmbito regional, o último boletim da juventude divulgado em 2017 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, por meio do Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), apresenta e analisa informações relacionadas ao estudo e trabalho dos jovens residentes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) no período compreendido entre 2009 e 2016. De acordo com dados do levantamento, a proporção de jovens com idade entre 15 e 29 anos era, em 2016, de 27,4%, o que correspondia à parcela significativa da população local.

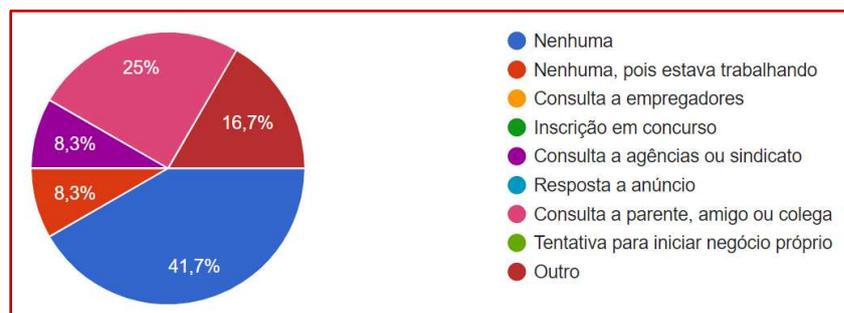
Nota-se, pelos dados analisados, que parcela relevante de jovens (65,3%) da RMF não estudava em 2016; e a maior parte dos que não estudavam – equivalente a 48,4% do total – trabalhava ou procurava trabalho. Percebe-se, ainda, que 16,9% não estudavam, não trabalhavam e nem procuravam trabalho, que comparado aos dados do IBGE (2022) mais recentes, este percentual da juventude nacional, nesta

situação, corresponde a 20%.

De acordo com o referido documento (DIEESE, 2017), a complexidade da situação juvenil da região metropolitana de Fortaleza, marcada por incertezas e instabilidade na transição da escola para o mundo do trabalho, associa-se à necessidade de compatibilização entre educação e trabalho, denotando, diante desse cenário, a relevância de uma agenda pública mais específica que seja voltada a esse segmento da população para o qual o trabalho se faz presente de maneira intensa. Nesse sentido, a educação deve ter prioridade para o conjunto da juventude, libertando-a do ingresso precoce no mercado de trabalho, de modo a viabilizar a ampliação de sua escolaridade e, sobretudo, melhor preparo para o ingresso no mercado de trabalho.

Diante dessas considerações, interessa-nos saber como está a situação de inserção no mercado de trabalho dos jovens egressos da pesquisa, principalmente após a conclusão do ProJovem Urbano. Primeiramente, perguntamos sobre a forma como eles procuravam emprego na época antes do ingresso no PJU. O Gráfico 8 nos apresenta as alternativas respondidas pelos questionados.

Gráfico 8 – Como o jovem egresso procurava trabalho antes de ingressar no ProJovem Urbano



Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Percebe-se, por meio destas informações, que 41,7% dos nossos jovens egressos não usaram nenhuma estratégia de procurar emprego, e dessa forma, entende-se que eles se enquadram no perfil anteriormente apresentado nos dados do IBGE (2022), daqueles que nem estudavam, nem trabalhavam e nem tinham interesse em trabalhar. Por outro lado, 25% dos questionados afirmaram que, para arrumar emprego, consultaram algum parente, amigo ou colega; um dos jovens egressos consultou a agência de emprego ou sindicato; um deles já estava trabalhando antes

de entrar no ProJovem Urbano, enquanto que 16,7% usaram outros tipos de estratégias para ir em busca de emprego que não foram mencionadas nas opções do questionário.

Ao perguntarmos como hoje eles procuram trabalho, após o PJU, utilizando as mesmas alternativas apontadas no Gráfico 8, houve uma alteração no percentual, a saber: 41,7% consultam algum parente, amigo ou colega (que antes do PJU, esse percentual era de 25%); 25% consultam agência de emprego ou sindicato (anteriormente só um deles havia feito isso); um dos jovens egressos afirmou procurar emprego por intermédio de anúncio; um deles utiliza outra estratégia não mencionada nas opções oferecidas; e apenas um deles afirma não procurar emprego.

Diante do exposto, de 41,7% que não procuravam emprego antes do PJU, esse índice, após ter passado pelo Programa, caiu para 8,3%, ou seja, os jovens egressos que não possuíam perspectivas, interesse, e, muito menos, estratégias para ir em busca de emprego, após o PJU, mostraram-se motivados a mudar essa situação de suas vidas, a despeito das dificuldades socioeconômicas gravemente enfrentadas pelo país, principalmente em decorrência da pandemia da COVID-19, como já discutido.

Como bem evidencia Pires (2010), o sonho dos trabalhadores na sociedade contemporânea, entretanto, parece estar direcionado em uma perspectiva que não se origina a partir dos interesses próprios da classe trabalhadora, agora fragmentada e desmobilizada. A supervalorização do saber institucionalizado desde a perspectiva liberal/burguesa, acalenta o sonho de muitos trabalhadores de ascender socialmente por meio da escola.

Quando perguntado aos participantes se atualmente eles estão trabalhando, apenas 25% afirmaram ter emprego com carteira assinada. 16,7% deles informaram que não estão trabalhando, ao passo que 58,3% dos pesquisados disseram que, apesar de no momento ainda não estarem trabalhando, estão à procura de emprego.

Depoimentos como esses despertam reflexões diversas que abrangem questões relativas ao denominado “mundo do trabalho”. Trata-se, portanto, das percepções dos sujeitos concluintes do PJU sobre possíveis efeitos da qualificação profissional em suas vidas. De forma geral, o que se percebe, através dos dados apresentados, é um quadro precário de inserção no mercado de trabalho antes e após o ProJovem.

De acordo com Soares (2013), qualificar o jovem para o mundo do trabalho na perspectiva do PJU seria, portanto, inseri-lo não apenas em uma ocupação específica, mas abrir-lhe possibilidades para que pudesse ter uma inserção com mais possibilidades de escolhas. Foi nesse sentido que se usou a estratégia do arco ocupacional, que a grosso modo, pressupunha não uma, mas várias ocupações em que o cursista poderia se inserir após o término do curso. Mesmo assim, estas possibilidades, na visão dos jovens egressos da edição 2014, ainda não eram suficientes, como apontado anteriormente, justamente porque os cursos ofertados dos arcos da referida edição eram limitados e não davam conta de abarcar a demanda exigida no mercado de trabalho, deixando o jovem com opções restritas de qualificação profissional.

Ao serem questionados se a participação no ProJovem Urbano influenciou a vida deles para a atual situação de trabalho, as respostas foram as seguintes:

Não (JE1).

Sim, porque eu tenho mais chances de conseguir uma entrevista, pois tenho um certificado (JE2).

Não tô trabalhando (JE3).

Não sei (JE4).

Não, porque eu ainda trabalho em casa de família (JE5).

Não, pois eu estou à procura de trabalho desde que terminei os estudos, mas não consigo (JE6).

Sim, pois pra qualquer trabalho é necessário ter ensino fundamental e médio (JE7).

Sim, hoje eu sei ler muito melhor do que antes (JE8).

Não, estou desempregada, pois não há oportunidades para a área que eu quero exercer (JE9).

Sim (JE10).

Sim, porque hoje pra você ter um emprego tem que ter estudo, por isso que eu quero terminar o meu e também fazer cursos (JE11).

Não (JE12).

Percebe-se, a partir dos relatos apresentados, que mais da metade dos jovens egressos do ProJovem Urbano edição 2014 consideram que a realização deste curso não foi suficiente para influenciar a atual situação de emprego na vida deles.

Aqueles que justificaram a situação, apontaram negativamente em função dos seguintes motivos: para a JE5 (que é do gênero feminino) não houve influência porque ainda trabalha “em casa de família”, ou seja, na função de empregada doméstica. Por meio desta situação, presume-se que, para tal jovem, o certificado de um curso de qualificação profissional realizado no PJU não foi suficiente para garantir-lhe a inserção no mercado de trabalho na área de formação que realizou e, provavelmente, gostaria de estar trabalhando formalmente. Situação parecida ocorre com a JE9, que também não conseguiu emprego na área que pretendia exercer, afirmando ainda estar desempregada, conforme aponta o seu relato.

Diante desse cenário, compreender o que o ProJovem significou na vida desses jovens, conforme recomenda Pires (2010), passa, necessariamente, por um entendimento da articulação entre trabalho e educação no contexto socioeducacional contemporâneo, isto é, sobre o significado que a educação assume para a sociedade e, conseqüentemente, para a classe trabalhadora. O que se percebe, diante destes fatos, é que para esses jovens egressos, o curso de qualificação do ProJovem não causou repercussões mais imediatas em relação a uma melhor posição no mercado de trabalho. Ademais, há elementos muito além do ProJovem que explicariam porque 58,3% dos questionados não viram influência do curso na sua trajetória de trabalho. A nosso ver, esses fatores se relacionam, inclusive, com a própria dinâmica e oferta de trabalho da cidade, como pode ser observado no relato da JE6, ao mencionar que está à procura de trabalho desde que terminou os estudos, mas ainda não conseguiu.

Em contrapartida, 41,7% dos respondentes afirmaram que o PJU fez diferença na vida deles em relação ao trabalho. Apesar de não terem divulgado detalhes de como foi essa influência (se estão trabalhando com carteira assinada na área de formação, por exemplo), a positividade expressa na conclusão do curso e o reconhecimento da importância de ter uma qualificação para ter “mais chances de conseguir uma entrevista” (JE2) e, conseqüentemente, um emprego, significa, para estes jovens egressos, o quanto o Programa fez a diferença na vida deles.

Por fim, ao serem indagados sobre as possíveis contribuições do ProJovem Urbano para a vida deles, solicitamos a opinião nas respostas informando, a partir das opções apresentadas, quais delas significaram muita, pouca ou nenhuma contribuição. No Quadro 11, apresentamos o percentual das respostas dos jovens egressos para cada uma das alternativas referentes à possíveis contribuições do PJU.

Quadro 11 – Possíveis contribuições do ProJovem Urbano Fortaleza edição 2014 para a vida dos jovens egressos

Possíveis contribuições:	Nenhuma	Pouca	Muita
a) Melhorar minha autoestima	-	33,3%	66,7%
b) Melhorar minha participação na comunidade	16,7%	33,3%	50 %
c) Conseguir um trabalho/emprego	16,7%	25%	58,3%
d) Montar meu próprio negócio	25%	25%	50%
e) Continuar os meus estudos	8,3%	-	91,7%
f) Melhorar minha fluência verbal/escrita	8,3%	8,3%	83,3%
g) Ser mais solidário	-	16,7%	83,3%
h) Perceber minha importância na sociedade	-	25%	75%
i) Ter mais credibilidade entre amigos e familiares	-	25%	75%
j) Ter mais confiança em mim mesmo	-	8,3%	91,7%
k) Melhorar minha consciência social	-	16,7%	83,3%
l) Ter consciência dos meus direitos	-	8,3%	91,7%
m) Ter consciência dos meus deveres	-	8,3%	91,7%
n) Ampliar meus contatos para conseguir emprego	16,7%	25%	58,3%
o) Ampliar minhas formas para procurar emprego	8,3%	33,3%	58,3%
p) Valorizar o patrimônio histórico-cultural	-	25%	75%
q) Utilizar a informática	8,3%	16,7%	58,3%
r) Regularizar documentos pessoais	8,3%	8,3%	83,3%
s) Ajudar na inclusão bancária	16,7%	50%	33,3%
t) Concluir o ensino fundamental	-	8,3%	91,7%
u) Aprender uma ocupação que gera renda	25%	25%	50%
v) Aprender a usar serviços da rede pública	16,7%	25%	58,3%
w) Assumir responsabilidades com a família	8,3%	16,7%	75%
x) Assumir responsabilidades com a comunidade	16,7%	25%	58,3%
y) Desenvolver a autocrítica	8,3%	33,3%	58,3%
z) Melhorar a convivência com o grupo social	8,3%	16,7%	75%

Fonte: Elaborado pela autora com base nas respostas do questionário aplicado.

Observando o quadro acima, em linhas gerais, na percepção dos pesquisados, o ProJovem Urbano de Fortaleza edição 2014 contribuiu consideravelmente na vida dos jovens egressos, principalmente nos aspectos que dizem respeito a dar continuidade aos estudos, ter mais confiança em si mesmos, ter mais consciência dos seus direitos e deveres e concluir o Ensino Fundamental, com o percentual de 91,7% dos respondentes para estas possíveis contribuições.

O que ainda se percebe, diante do que foi exposto até aqui, é que, se por um lado, há uma efetiva consolidação da perspectiva inicial de continuar os estudos além do Ensino Fundamental (91,7% dos concluintes expressaram que ainda desejam essa continuidade), por outro lado, o ProJovem deixa de ser visto pelos jovens egressos apenas como instrumento capaz de assegurar posições no mercado de trabalho via certificado de conclusão de curso. Dos jovens iniciantes que vislumbraram no ProJovem uma forma de conseguir um emprego, somente 58,3% destes mantiveram essa expectativa ao final do Programa, como pode ser observado no item

“c” do quadro acima.

A partir dos depoimentos expressos nas respostas do questionário, depreende-se que num contexto em que os jovens de diversas classes sociais acreditam que a escolarização é necessária, mas não garante um bom futuro, e em que a conclusão do Ensino Fundamental não traz grandes mudanças na vida das pessoas, entre os interlocutores da pesquisa, jovens que concluíram o Projovem Urbano Fortaleza edição 2014, a maioria destacou que o Programa foi uma “oportunidade” em suas vidas a partir da qual pretendem continuar seus estudos e conquistar um “bom emprego”.

Em conclusão a estas observações, considerando que o método adotado neste estudo para avaliar o Projovem Urbano de Fortaleza edição 2014 através das vozes dos jovens egressos foi a avaliação de impacto, pôde-se observar, a partir dos aspectos abordados até aqui, que os impactos do Programa na vida dos jovens egressos da referida edição mostraram-se ser positivos, consideravelmente, no que tange ao incentivo e à conscientização que os alunos obtiveram em dar continuidade aos estudos a partir do Projovem Urbano.

Em contrapartida, os impactos negativos do Programa na vida deles incidiram, do nosso ponto de vista, em dois aspectos: primeiro, a precariedade da oferta de cursos que atendessem tanto às escolhas dos jovens egressos quanto à demanda do mercado de trabalho; segundo, a dificuldade destes jovens em conseguir emprego remunerado com carteira assinada. De acordo com Pires (2010), embora o Programa não assegure efetivamente o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, isso figura no imaginário deles como uma relação direta, vinculando a entrada no Programa ao desejo de obter trabalho. Para a autora, o desejo de ingressar no mercado de trabalho se sobressai como elemento motivador à entrada desses jovens no Programa, acreditando na oportunidade da empregabilidade.

Para Nascimento (2013), ao mesmo tempo em que o Programa buscou valorizar a juventude pobre, considerando-a como sujeito de direitos, permaneceram ainda elementos que denotam uma visão negativa sobre esses jovens egressos, principalmente no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho, como já apontado. Diante disso, Nascimento (2014) acrescenta que cabe o desafio posto para as Políticas Públicas de Juventude no Brasil considerar as múltiplas dimensões que envolvem os mundos de vida destes jovens egressos como uma pista para compreender quais são suas demandas efetivas, e deste modo, pensar em quais

outros suportes seriam necessários para que estes jovens brasileiros pobres possam, finalmente, ter seu campo de possibilidades ampliado, e assim, concretizar suas expectativas e projetos para o futuro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no percurso teórico-empírico percorrido até aqui, é válido tecer algumas considerações no que diz respeito à avaliação do ProJovem Urbano de Fortaleza edição 2014 a partir dos jovens egressos. Tendo como pano de fundo a trajetória bibliográfica, documental e empírica que apresentamos, julgamos pertinente tecer breves reflexões sobre o que foi analisado para, a partir disso, fazer uma abordagem avaliativa do nosso objeto de estudo.

A princípio, os primeiros achados teóricos deste estudo nos fizeram pressupor que, no contexto atual brasileiro, ser jovem significa fazer parte de uma multiplicidade de conceitos, identidades, posições e vivências que caracterizam as juventudes nos seus mais variados contextos no qual estão inseridos: social, político e econômico. Por esta razão, pensar em políticas públicas para a juventude requer, sobretudo, reconhecer a existência dessa diversidade, partindo da ideia de que não se pode construir um conceito de juventude como se os jovens fossem um modelo individual e único, mas sim, devemos compreendê-los pluralmente, levando em consideração o caráter da diversificação social, do gênero e da raça na qual essa categoria social está inserida.

Diante das dificuldades previstas em estruturar um Programa dessa dimensão, percebeu-se que algumas destas questões foram apontadas pelas pesquisas relacionadas à temática. A título de exemplo: as parcerias que nem sempre acontecem e rejeição de alguns gestores diante da sobreposição de duas propostas com a mesma finalidade em um espaço único; a falta de estruturação adequada segundo as exigências dos documentos normativos; as próprias condições dos jovens em termos de aprendizagem, acesso e permanência dentre outros, foram apontados, em alguns dos estudos analisados, como problemas que dificultaram o bom andamento do Programa.

Ao tratar do tema Juventude, pôde-se averiguar que a dimensão das políticas públicas de juventude no Brasil envolve estudos e ações do Estado direcionadas à categoria juvenil em função das suas demandas, especificidades e realidades a serem atendidas. No caso dos jovens egressos deste estudo, a despeito das dificuldades apontadas por eles, de modo geral, para a maioria dos respondentes, participar do ProJovem Urbano trouxe ressignificações para a vida deles no que concerne à educação, trabalho, benefícios à comunidade, dignidade, dentre outros.

Evidenciou-se também, por meio das narrativas dos jovens egressos, um dilema com o qual as políticas públicas de juventude tem se deparado e que pode tornar-se uma questão central de reflexão e discussões para o caso de se pretender atuar, de forma significativa, junto aos segmentos juvenis: a percepção de que a maioria dos jovens tem consciência da importância da conclusão do percurso escolar para conquistar melhores condições de vida, como foi percebido na categoria analítica referente ao ingresso no curso e permanência nos estudos, e suas dificuldades em conciliar trabalho e estudos esperando por um retorno futuro, sobremaneira, no caso das jovens mulheres que já tinham filhos e famílias constituídas.

Mesmo considerando importante a escolaridade adquirida por meio do ProJovem Urbano, os jovens egressos reconhecem que apenas realizar este curso não é suficiente para superar o desafio de inserir-se no mundo do trabalho com remunerações condizentes à formação concluída. Assim, enquanto estes jovens ainda sonham em ter uma vida melhor por meio de seu próprio esforço, em muitas das vezes estas expectativas tornam-se frustradas diante de um mercado cada vez mais exigente em termos de qualificação. Neste ponto, pôde-se perceber que há um descompasso entre as expectativas criadas pelas políticas públicas de juventude e as reais condições de efetivação destas aspirações na vida dos jovens egressos.

Em se tratando da qualificação profissional do PJU Fortaleza edição 2014, para os jovens egressos, os arcos ocupacionais ofertados pela referida edição mostraram-se insuficientes para atender às expectativas destes frente ao mercado de trabalho exigente, como já mencionado. Quando questionamos os egressos se a qualificação profissional promoveu a inserção deles no mundo do trabalho, as respostas contundentemente foram de que não houve, até os dias atuais, nenhuma promoção por parte da qualificação profissional do Programa.

As razões para tal situação, apontadas pelos jovens egressos do estudo, dizem respeito às áreas contempladas no Programa para a realização dos cursos profissionalizantes (metalmecânica, alimentação e telemática), que na visão deles, realmente não davam maiores oportunidades para escolher sua formação profissional, tendo em conta que, além de ser bastante limitada, em termos de opções de cursos, a proposta de qualificação técnica para o trabalho era composta por um número restrito de áreas de profissionalização, desconsiderando, portanto, outros interesses e/ou habilidades que os jovens alunos do Programa possuíam.

Diante disso, infere-se que a dimensão do Programa que deixou a desejar

nos resultados apresentados, a partir das vozes dos jovens egressos, foi a Qualificação Profissional pelo baixo aproveitamento dos Arcos Ocupacionais, e também pelo alto índice de desemprego apontado pelos egressos. Caso o Programa voltasse a ser ofertado no município, sobre esse aspecto, deveriam ser levados em conta algumas sugestões, a saber: que a escolha dos Arcos Ocupacionais fosse de modo mais transparente, eficiente e democrático, considerando a demanda exigida pelo mercado de trabalho; que a escolha dos Arcos se relacionassem com as potencialidades econômicas do bairro e da cidade por meio de uma formação mais eficiente voltada à prática; que desse suporte aos jovens egressos, qualificando-os com aptidão para o mercado de trabalho, proporcionando-lhes uma maior aproximação entre escola-empresa.

Por fim, ao analisarmos as contribuições do Programa para a vida dos jovens egressos frente às expectativas iniciais e perspectivas futuras quanto à inserção destes no mercado de trabalho, em particular, a situação na qual se encontram os jovens de nosso estudo em comparação com os jovens trabalhadores de nosso país, revela um quadro de carências múltiplas, expressas sob diversas formas na totalidade social. Com efeito, pôde-se observar, por meio dos dados estatísticos e através das vozes dos egressos, que a juventude brasileira é gravemente afetada pela emergência das mazelas sociais oriundas do desenvolvimento e consolidação do capitalismo. Com isso, percebe-se que os reflexos das mudanças mais amplas no mundo do trabalho atingem intensamente este segmento da sociedade, inviabilizando oportunidades de ingresso e permanência no mercado de trabalho.

Disso se extrai que, as políticas e Programas não dão conta sozinhas da problemática da juventude. Elas precisam atuar de forma integrada pensando no enfrentamento dos desafios de forma conjunta, sempre em diálogo com a juventude, pois eles são os mais afetados. Ao estudar as Políticas Públicas de Juventude, pode-se contribuir para que estas políticas se tornem mais eficientes, que apresentem melhores resultados, e acima de tudo, que atendam melhor às necessidades e anseios da juventude.

Apesar do ProJovem Urbano não estar mais em funcionamento no município de Fortaleza desde a última edição (2017), e a despeito das lacunas apontadas neste estudo referente ao Programa por meio dos depoimentos dos jovens egressos (como a insuficiência da oferta de cursos, por exemplo), de modo geral,

defende-se neste estudo, que os governantes locais revejam a importância de dar continuidade a este Programa no município, uma vez que o ProJovem Urbano, na visão dos jovens egressos, em sua maioria, trouxe contribuições significativas para a vida deles, conforme relatado nos depoimentos. Com base nisso, consideramos relevante (re)pensar a respeito do retorno deste Programa no município, visando suscitar novos debates que voltem o olhar à juventude de Fortaleza com o intuito de que estes jovens, sobretudo, os que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, voltem a sonhar com oportunidades melhores de qualificação e emprego para as suas vidas.

## REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. *In*: FREITAS, M. V.; PAPA, F. (Orgs.). **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-32.
- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, set./dez. 1997.
- ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 51, n. 4, out./dez. 2000.
- ALMEIDA, A. P. de. **As políticas de juventude e as relações público – privado no âmbito do ProJovem Urbano**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- ANDRADE, S. *et al.* **Políticas de Juventude**. São Paulo: Agenda Pública, 2015.
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações do mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p.335-351, maio/ago. 2004.
- APOLONIO, E. A. de S. **Políticas Públicas para Juventude: o caso do Projovem Campo – Saberes da Terra na Paraíba Edição 2014**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2019.
- ARAÚJO, A. V. **Política pública, juventude e educação: o programa nacional de inclusão de jovens na perspectiva dos atores envolvidos**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- BAKER, J. Avaliando o impacto de projetos em desenvolvimento voltados à pobreza. *In*: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 57-76.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELLONI, I. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- BEWIAHN, E. **Políticas Públicas para Juventude: Um estudo de caso com egressos do ProJovem Urbano e sua inserção no mercado de trabalho no Distrito Federal**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BEZERRA, R. G. Descentralização, participação e controle social: a concepção e a

prática das Secretarias Executivas Regionais da cidade de Fortaleza. *In*: GRIN, E. J.; LAMEIRÃO, C. R.; ABRUCIO, F. L.; ALVES, M. A. (Orgs.). **Descentralização intramunicipal nas capitais brasileiras: as políticas, a política e a participação**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2018. p. 91-114.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil. (1998)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jan. 2023.

BRASIL. **Lei no 11.129 de 30 de Junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm). Acesso em: 19 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei no 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Brasília, 2008a. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariadegoverno/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/Lei%2011.692>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. **Manual do Educador**: orientações gerais. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008b.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008c.

BROUSSELLE, A. (Org.). **Avaliação**: conceitos e métodos. Trad. de Michel Colin. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Codex, Portugal: Porto Editora, 1994.

CAMPOS, I. de O.; BRITO, D. C. de; ANDRADE, A. P. de. A Experiência da Ação Comunitária do ProJovem em Fortaleza. *In*: MATOS, K. S. L. de; SILVA, P. R. de S. (Orgs.). **Juventudes e Formação de Professores**: O ProJovem em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2008. p. 83-95.

CARDOSO, M. V. L. do N. **Um estudo sobre o Projovem Urbano Maceió, Alagoas na perspectiva do sujeito-aluno partícipe do programa**. 2018. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

CARNEIRO, M. T. **Avaliação do processo de implementação do PROJOVEM urbano em Natal/ RN: o que fazer dizer da dimensão qualificação profissional.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CARNEIRO, M. T. **Para além do descaso: o monitoramento e avaliação do Projovem Urbano em Natal (2008-2012).** 2021. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

CARVALHO, S. N. de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez., 2003.

CARVALHO, L. T. de. **Jovens e cidadãos?** Uma análise sobre o princípio de cidadania ativa no Projovem Urbano. 2013. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2013.

CASTRO, M. G. Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. *In*: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

CASTRO, T. L. de. **Políticas públicas para a educação: a formação de professores no Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem Urbano) – do Município de Belo Horizonte.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CASTRO, E. G. de *et al.* **As políticas públicas para juventude no Brasil: revendo a trajetória recente.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022.

COELHO, L. A. de A. **Possibilidades de uso dos resultados de processos avaliativos no aperfeiçoamento de políticas públicas: o caso do Projovem/Projovem Urbano.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CORBUCCI, P. R.; CASSIOLATO, M. M.; CODES, A. L.; CHAVES, J. V. Situação educacional dos jovens brasileiros. *In*: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. p. 89-108.

CORDEIRO, M. C. M.; CLEMENTINO, J. V. Políticas Públicas de Juventude no Brasil: resgate de uma trajetória em construção. **O Público e o Privado**, Fortaleza, v. 10, n. 20, p. 13-28, 2012.

COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 37, p. 969-992, set./out. 2003.

COUTINHO, M. C.; BORGES, R. C. P. Emprego juvenil: os sentidos do trabalho para jovens aprendizes. *In*: SILVA, M. M. da; EVANGELISTA, O.; QUARTIERO, E. M. (Orgs.). **Jovens, trabalho e educação**: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas: Mercados das Letras, 2012. p. 111-141.

DAYRELL, J. Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. Juventude contemporâneas: um mosaico de possibilidades. *In*: **Juventude contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. 2011. p. 447-447.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Juventude**: estudo e trabalho – a experiência da juventude na RMF – 2016. São Paulo: DIEESE, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimjuventude/2017/pedBoletimJuventudeFOR.html>. Acesso em: 24 mar. 2024.

DIÓGENES, G. M. dos S. Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas. *In*: MENDONÇA FILHO, M.; NOBRE, T. (Orgs.). **Política e afetividade**: narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador: EDUFBA/EDUFS, 2009. p. 271-288.

DIÓGENES, G. M. dos S. Juventudes, violência e políticas públicas: tensões entre o instituído e o instituinte. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 18, p. 102-127, jan./abr. 2012.

DUARTE, M. R. T. (Org.). **Palavras de jovens sobre o Projovem**: estudos com egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009.

FERREIRA, H., FONTOURA, N. de O.; AQUINO, L. M. C. de; CAMPOS, A. G. Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. *In*: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de. (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009. p. 191-220.

FIGUEIREDO, M.; FIGUEIREDO, A.N.C. Avaliação política e avaliação de políticas. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORTALEZA. **Lei nº 9816 de 11 de outubro de 2011**. Cria o Plano Municipal de Juventude e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/1160/text#:~:text=CRIA%20O%20PLANO%20MUNICIPAL%20DE,Juventude%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>.

Acesso em: 20 jan. 2023.

FORTALEZA. **Lei Complementar nº 278, de 23 de dezembro de 2019**. Altera dispositivos da lei complementar nº 176, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do poder executivo municipal e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/ta/3719/text?#:~:text=ALTERA%20DISPOSITIVOS%20DA%20LEI%20COMPLEMENTAR,MUNICIPAL%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%81NCIAS.&text=Vig%C3%A1ncia%20a%20partir%20de%2021%20de%20Dezembro%20de%202020>. Acesso em: 19 mar. 2024.

FORTALEZA. **Decreto 14.590 de 06 de fevereiro de 2020**. Estabelece denominação para as 12 (doze) regiões administrativas do município de Fortaleza e dá outras providências. Disponível em: [https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/assets/documents/DECRETO\\_N\\_14.590\\_DE\\_06\\_DE\\_FEVEREIRO\\_DE\\_2020.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/assets/documents/DECRETO_N_14.590_DE_06_DE_FEVEREIRO_DE_2020.pdf). Acesso em: 19 mar. 2024.

FORTALEZA. **Decreto nº 14.899 de 31 de dezembro de 2020**. Altera o Decreto nº 14.600 de 27 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a Regulamentação do Progresso de transição Administrativa para Implantação do Modelo de Gestão Regional, e dá outras providências. Disponível em: [https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/assets/documents/DECRETO\\_N\\_14.899\\_DE\\_31\\_DE\\_DEZEMBRO\\_DE\\_2020.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/foruns-territoriais/assets/documents/DECRETO_N_14.899_DE_31_DE_DEZEMBRO_DE_2020.pdf). Acesso em: 19 mar. 2024.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.69-90.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jan./jun. 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GONDIM, E. P.; MORAES, L. C. S. de. Juventude e cidadania no contexto do Projovem Urbano: repercussões na vida dos egressos. **Cad. Pes.**, São Luís, v. 21, n.1, p. 1-12, jan./abr. 2014.

HAM, C.; HILL, M. **The policy process in modern State Capitalist**. Brighton: Wheatsheat, 1984.

IBASE. INSTITUTO PÓLIS. **Relatório Global Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas – Relatório Final**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006. Disponível em: <https://polis.org.br/publicacoes/relatorio-global-juventude-brasileira-e-democracia-participacao-esferas-e-politicas-publicas/>. Acesso em: 17 jan. 2023.

KISTEMACHER, D. **ProJovem Urbano de São Leopoldo/RS: sentidos e significados para a juventude leopoldense**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) –

Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS, 2015.

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas**: a fusão de texto e contexto. Tradução de Letícia Heineek Andriani. Campinas, SP: Arte escrita, 2012.

LIMA, D. M. A. ProJovem Urbano da Escola Papa João XXIII do Bairro Vila União: Significados atribuídos pelos jovens na perspectiva da Psicologia Comunitária e da Psicologia ambiental. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MACHADO, C. B. **A ação comunitária do Projovem**: um instrumento para promover a participação do jovem? 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MASCARENHAS, V. B. **ProJovem urbano**: concepções de formação de jovens e implicações como política colaborativa (2005-2013). 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

MASTRODI, J.; IFANGER, F. C. de A. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira**, Florianópolis, v. 24, n. 9, p. 03-16, 2019.

MATOS, K. S. L. de. Juventudes: entre esperanças, estações interrompidas e desejos de paz. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, n. 29, p. 279-302, 2013.

MELO, P. S. F. de. **Política pública para juventude**: a implementação do ProJovem Urbano em Iranduba/AM. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

MELO, L. S. de. **A formação continuada de educadores do ProJovem Urbano em Imperatriz**. 2012. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

MINAYO, M. C. de S. **O desenho do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MONTEBLANCO, D. Desafios ao Projovem Urbano. **Juventude.br**, n. 9, p. 4-8, 2010.

MORAES, S. O. de. **Discurso do ProJovem Urbano**: representações de si de jovens egressos. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2018.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da Pesquisa para o professor**

**pesquisador.** Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

MUNIZ, I. J. **Política de formação integrada para a juventude:** um estudo sobre as repercussões do PROJOVEM urbano (2008-2013). 2016. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NASCIMENTO, N. I. M. **Dos mundos de vida juvenis às políticas públicas:** percepções, sentidos e narrativas de jovens participantes do ProJovem Urbano em Fortaleza. 2013. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

NASCIMENTO, N. I. M. Exclusão Social versus Oportunidades: a estratégia discursiva das Políticas Públicas de Juventude no Brasil. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 1-22, 2014.

NOVAES, R. C. R. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia Especial: ciência e vida**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007a.

NOVAES, R. C. R. O ProJovem no cenário da Política Nacional de Juventude. *In*: BRASIL, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM). **Relatório de Atividades Projovem 2006**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2007b. p. 12-13.

NOVAES, R. C. R. Prefácio. *In*: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Orgs.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 13-22.

NUNES, F. P. **A formulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) como política pública.** 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

OLIVEIRA, M. A. A. de. **A Materialização da integração entre a Qualificação Profissional e a Formação geral no âmbito do PROJOVEM em Recife-PE.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 3. ed. Petrópolis. Vozes, 2010.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. **Análise social**, Lisboa, vol. 15, n.105/106, p.139-165, 1990.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis.** 2. ed. Lisboa: Editora Casa da Moeda, 2003.  
PAIS, J. M. A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Revista Saúde & Sociedade**. São Paulo, v. 18, nº 3, p. 371- 381, 2009.

PAIVA, S. P. Famílias e vulnerabilidades: retratos e representações sociais. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p.129-149, jul./dez. 2008.

PEREIRA, P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de Cidadania. *In: Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-106.

PIRES, M. G. L. **A educação dos trabalhadores na sociabilidade do capital: estudo a partir do ProJovem Fortaleza**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PIRES, M. G. L. **Novos marcos de dualismo educacional na sociedade contemporânea: o caso do ProJovem Urbano**. 2010. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. *In: NOVAES, R.; VANUCCHI, P. (Orgs.). Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. Instituto Cidadania. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, 2012.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. de S.; WANDERLEY, J. C. V.; CORREIA, L. M.; PERES, M. de H. de M. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 7, p. 7-15, jan./jun. 2008.

ROSA, J. G. L. da; LIMA, L. L.; AGUIAR, R. B. de. **Políticas públicas: introdução**. Porto Alegre: Jacarta, 2021.

RUMMERT, S. M. Educação de jovens e adultos trabalhadores e a produção social da existência. *In: TIRIBA, L.; CIAVATTA, M. (Orgs.). Trabalho e educação de jovens e adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora UFF, 2011. p. 137-164.

SÁ, R. M. de. **ProJovem Urbano: desafios, perspectivas e implicações de uma política pública na constituição dos saberes discentes**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SALGADO, M. U. C. (Org.). **Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem Urbano, 2008.

SALGADO, M. U. C.; AMARAL, A. L. **Manual do educador: orientações gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens-Projovem Urbano, 2012.

SANTOS, J. C. dos; FREITAS, P. M. de. Planejamento familiar na perspectiva do

desenvolvimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 1813-1820, 2011.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. *In*: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Coletânea Políticas Públicas**. v.1. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SILVA, P. L. B. (coord.). **Modelo de Avaliação de Programas Sociais Prioritários: relatório final**. Programa de Apoio à Gestão Social no Brasil. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1999.

SILVA, M. O. da. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. *In*: **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo, Veras: 2001. p. 54-91.

SILVA, M. O. da S. e. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras, 2008.

SILVA, R. S.; SILVA, V. R. Política nacional de juventude: trajetória e desafios. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

SILVEIRA, O. M. C. **O unicórnio e o rinoceronte: análise do ProJovem a partir de seus beneficiários**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVEIRA, O. M. C. **O jardim dos caminhos que se bifurcam: um estudo sobre permanência e progressão de jovens egressos do ProJovem/ProJovem Urbano na educação formal**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SOARES, S. de P. L. **Estado, políticas públicas e juventude: avaliação de efeitos de um programa federal na esfera local**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUZA, L. S. de. **Abordagem de gênero sobre a experiência de alunos integrantes do projovem urbano na cidade de Aracaju – Sergipe**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

SPOSITO, M. P. CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 16-39, set./dez. 2003.

THOMAZINI, J. **ProJovem Urbano: conceitos de juventude, participação e cidadania e suas contradições**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 529-550, 2008.

WAMMES, L. T.; GREGOLIN, M. R. P.; PERONDI, M. A.; OLIVEIRA, P. H. de. A pandemia da COVID-19 e seus reflexos no desenvolvimento humano. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 15, n. 45, p. 353–369, 2023.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J.R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

## **APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS/PARTICIPANTES DA PESQUISA (PROJOVEM)**

Caro(a) aluno(a) egresso(a) do PROJOVEM

Gostaria de convidá-lo(a) a participar da pesquisa "POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DOS JOVENS EGRESSOS DO PROJOVEM URBANO DE FORTALEZA-CE EDIÇÃO 2014", desenvolvida pela mestrandia NEOMESIA HERCULANO SALES, sob a orientação da prof.<sup>a</sup> Dra. Roselane Gomes Bezerra.

Ressalta-se ainda que o presente inquérito por questionário faz parte de uma dissertação de Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – MAPP/UFC, e tem por objetivo avaliar o ProJovem Urbano (PJU) do município de Fortaleza/CE a partir das vozes dos(as) alunos(as) egressos(as) da edição de 2014, buscando sua opinião como ex-participante do PJU, bem como obter informações sobre a influência deste Programa na sua vida.

Sua participação é voluntária, e suas respostas serão tratadas com seriedade e profissionalismo. Como pesquisadora, posso assegurar que os seus dados pessoais, incluindo nome do(a) participante e da escola, não serão divulgados em nenhuma circunstância. As informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de análise e discussão dos resultados, ou seja, os dados decorrentes das suas respostas vão ser utilizados apenas para fins de pesquisa, pelo que se assegura o anonimato e a confidencialidade.

Sua participação consiste em responder o instrumental de pesquisa composto por 34 questões para análise. O tempo de preenchimento será entre 10 a 15 minutos aproximadamente, e o formulário para sua contribuição voluntária com esta pesquisa estará disponível no período de 10 a 24/02.

**IMPORTANTE RESSALTAR** que é necessário responder o questionário completo.

Agradeço sua atenção e disponibilidade!

**Neomesia Herculano Sales**

Mestranda

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

**INFORMAÇÕES SOBRE O(A) JOVEM**

1. Sexo/Gênero:  Feminino  Masculino  Prefiro não informar  Outro

2. Idade:

De 18 a 25 anos

De 25 a 35 anos

De 35 a 45 anos

Mais de 45 anos

3. Você se considera:

Branco/a  Pardo/a  Negro/a  Amarelo/a  Indígena

4. Atualmente você é:

Solteiro/a  Casado/a, mora junto  Separado/a, divorciado/a

Viúvo/a

5. Você tem filhos?

Sim  Não

6. Se respondeu "SIM" a questão anterior, quantos filhos(as) você tem?

1 filho(a)  2 filhos(as)  3 filhos(as)  4 filhos(as)

Mais de 4 filhos(as)

7. Bairro onde reside: \_\_\_\_\_

8. Com quem reside atualmente?  Sozinho  Família  Cônjuge  Amigos

Outros

9. Nº de pessoas que residem no seu domicílio: \_\_\_\_\_

10. Faixa salarial da família:

Até 1 salário mínimo  De 1 a 2 salários  De 2 a 4 salários

Acima de 4 salários

11. Antes de se matricular no Projovem, até que ano/série você havia estudado?

\_\_\_\_\_

12. Em qual bairro você estudou **antes** do Projovem: \_\_\_\_\_

13. Em qual bairro você estudou **durante** o Projovem: \_\_\_\_\_

14. Bairro onde você morava enquanto estudava no Projovem: \_\_\_\_\_

15. Você faz algum curso atualmente? ( ) Sim ( ) Não

16. Se respondeu "SIM" a resposta anterior, qual (is) curso(s) faz?

17. Você já trabalhou como voluntário em alguma instituição?

( ) Sim, antes da minha participação no PJU.

( ) Sim, após minha participação no PJU.

( ) Não, nunca trabalhei como voluntário.

18. Você participa de alguma das organizações listadas abaixo? (Marque as opções que julgar adequadas):

( ) Grupos de jovens ( ) Associação comunitária ( ) ONG

( ) Grupo Cultural (música, teatro, dança, folclore etc.) ( ) Grupo religioso

( ) Torcida organizada ( ) Partidos políticos

( ) Sindicatos

( ) Outras organizações / Qual (is)? \_\_\_\_\_

( ) Não participa

19. Em sua opinião, de que forma a participação no Projovem Urbano influenciou em sua relação com a sua comunidade (bairro)? Justifique sua resposta.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

20. Com quantos anos você entrou na escola?

( ) 6 anos ou menos ( ) 7 anos ( ) 8 anos ( ) 9 anos ( ) 10 anos

11 anos ou mais

21. Quantas vezes você começou a estudar e parou antes do final do ano?

- Nenhuma vez     Uma vez     Duas vezes     Três vezes     Quatro vezes  
 Cinco ou mais vezes

22. Caso tenha parado de estudar em algum momento, qual o PRINCIPAL que motivo o/a levou a isso?

- Dificuldades de aprender                       Desinteresse pelos conteúdos  
 Problemas de relacionamento na escola  
 Incompatibilidade com trabalho ou ocupação  
 Necessidade de tomar conta de filho ou parentes     Gravidez  
 Mudança de endereço, de bairro ou cidade  
 Outros / Qual (is)? \_\_\_\_\_

23. Quantas vezes você foi reprovado?

- Nenhuma vez     Uma vez     Duas vezes     Três vezes     Quatro vezes  
 Cinco vezes ou mais

24. Em sua opinião, de que forma a participação no ProJovem Urbano influenciou para sua atual situação de escolarização? Justifique sua resposta.

---



---

25. Que nota de 0 a 10 você daria para o PJU em cada um dos seguintes aspectos:

<b>Aspectos</b>	<b>PJU</b>
a) Qualidade do ensino	
b) Sala de aula	
c) Instalações da escola/núcleo	
d) Professores	
e) Organização	
f) Localização da escola/núcleo	
g) Segurança da escola/núcleo	
h) Limpeza da escola/núcleo	
i) Livros/materiais didáticos	

26. Com que idade você teve o seu primeiro trabalho remunerado?

- Nunca tive trabalho remunerado       Com 10 anos ou menos  
 Entre 10 e 12 anos       Entre 13 e 15 anos       Entre 16 e 18 anos  
 Entre 19 e 21 anos       Aos 22 anos ou mais

27. Antes de sua entrada no ProJovem Urbano, quanto tempo, aproximadamente, você permaneceu com trabalho remunerado por ano?

- Nunca tive trabalho remunerado       Menos de um mês  
 Entre um e três meses       Entre quatro e seis meses  
 Entre sete e nove meses       Entre dez e doze meses

28. De qual (is) área (s) esse (s) trabalho (s) mais se aproximava (m)? Se for o caso, marque mais de uma alternativa.

- Telemática (Atividades relacionadas à informática, celulares e tecnologia moderna).  
 Construção civil, eletricidade, reformas ou transporte de carga ou de passageiros.  
 Turismo, esporte, lazer, arte, cultura ou alimentação (cozinheiro, garçom, guia de turismo, recepcionista).  
 Administração ou gestão pública (office boy, encarregado, caixa, auxiliar administrativo).  
 Saúde ou educação (enfermagem, creche, consultórios, escolas, clínicas ou hospitais).  
 Vestuário (Atividade relacionada ao fabrico ou venda de roupas, sapatos e moda)  
 Serviços pessoais (cabeleireiro, manicure/pedicure).  
 Serviços domésticos (babá, diarista, porteiro, jardineiro, faxineiro, empregada doméstica).  
 Metalmecânica, madeira e mobiliário (serralheiro, mecânico, carpinteiro, metalúrgico).  
 Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
 Não tinha trabalho remunerado.

29. Nesta época (anterior a sua entrada no PJU) como você procurava trabalho?

(Marque a alternativa que utilizava com maior frequência):

- Nenhuma       Nenhuma, pois estava trabalhando  
 Consulta a empregadores       Inscrição em concurso

- Consulta a agências ou sindicato       Resposta a anúncio  
 Consulta a parente, amigo ou colega  
 Tentativa para iniciar negócio próprio  
 Outro. Qual? \_\_\_\_\_

30. Hoje como você procura trabalho? (Marque a alternativa que utiliza com maior frequência):

- Nenhuma. Não procuro  
 Nenhuma, pois estou trabalhando       Consulta a empregadores  
 Inscrição em concurso       Resposta a anúncio  
 Consulta a agências ou sindicato  
 Consulta a parente, amigo ou colega  
 Tentativa para iniciar negócio próprio  
 Outro. Qual (is)? \_\_\_\_\_

31. Quando entrou no ProJovem Urbano você tinha algum trabalho remunerado?

- Sim, trabalhava com carteira assinada.  
 Sim, trabalhava sem carteira assinada.  
 Sim, trabalhava por conta própria.  
 Sim, trabalhava em “negócio da família”.  
 Não.

32. Atualmente você está trabalhando? (Marque a alternativa que melhor descreve sua situação de trabalho):

- Sim, trabalho com carteira assinada.  
 Sim, trabalho sem carteira assinada.  
 Sim, trabalho por conta própria.  
 Sim, trabalho em “negócio da família”.  
 Não, mas estou procurando.  
 Não.

33. A sua participação no ProJovem Urbano influenciou a sua vida para a atual situação de trabalho?       Sim       Não      Justifique sua resposta.

---

---

34. Quanto à Qualificação Profissional ofertada pelo ProJovem Urbano, ela promoveu mudanças em sua vida? ( ) sim ( ) não / Se sim, em quais aspectos ocorreram estas mudanças? \_\_\_\_\_

35. Na sua avaliação, o que precisaria melhorar no Programa em termos de qualificação profissional? Justifique sua resposta (se sim, o que deve melhorar / se não, por que não precisa melhorar).

---



---

36. O ProJovemUrbano atendeu suas expectativas?

- ( ) Sim, atendeu e até superou as minhas expectativas.  
 ( ) Sim, atendeu as minhas expectativas.  
 ( ) Não atendeu as minhas expectativas.  
 ( ) Não fez diferença alguma na minha vida.

37. Em sua opinião, entre as possíveis contribuições do ProJovem Urbano para a sua vida, quais das que se seguem são relevantes para você?

<b>Possíveis contribuições:</b>	<b>Nenhuma</b>	<b>Pouca</b>	<b>Muita</b>
a) Melhorar minha autoestima			
b) Melhorar minha participação na comunidade			
c) Conseguir um trabalho/emprego			
d) Montar meu próprio negócio			
e) Continuar os meus estudos			
f) Melhorar minha fluência verbal/ escrita			
g) Ser mais solidário			
h) Perceber minha importância na sociedade			
i) Ter mais credibilidade entre amigos e familiares			
j) Ter mais confiança em mim mesmo			
k) Melhorar minha consciência social			
l) Ter consciência dos meus direitos			
m) Ter consciência dos meus deveres			
n) Ampliar meus contatos para conseguir emprego			
o) Ampliar minhas formas para procurar emprego			
p) Valorizar o patrimônio histórico-cultural			

q) Utilizar a informática			
r) Regularizar documentos pessoais			
s) Ajudar na inclusão bancária			
t) Concluir o ensino fundamental			
u) Aprender uma ocupação que gera renda			
v) Aprender a usar serviços da rede pública			
w) Assumir responsabilidades com a família			
x) Assumir responsabilidades com a comunidade			
y) Desenvolver a autocrítica			
z) Melhorar a convivência com o grupo social			

## ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA



### TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA

Pelo presente **TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICA**, que entre si celebram, de um lado a Secretaria Municipal da Educação (SME), Pessoa Jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 04.919.081/0001-89, localizada à Av. Desembargador Moreira, 2875, Dionísio Torres, Fortaleza - CE, neste ato representada por sua Secretária, a Sra. Antônia Dalila Saldanha De Freitas, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 205903390 SSP/CE, inscrita no CPF sob o nº 510.472.503-06 e, de outro lado, o(a) aluno(a) **NEOMESIA HERCULANO SALES** - MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS–MAPP da Universidade Federal do Ceará (UFC), devidamente autorizado(a) pela Instituição de Estudo, consoante os termos do processo administrativo P455806/2023, o(a) qual pretende pesquisa acadêmica, intitulada: “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS DOS JOVENS EGRESSOS DO PROJÓVEM URBANO DE FORTALEZA-CE, EDIÇÃO 2014”.

CLÁUSULA PRIMEIRA. A Secretaria Municipal da Educação autoriza o(a) aluno(a) a realizar a pesquisa acadêmica na seguinte unidade escolar: CEI PROFESSORA MARIA ODNILRA CRUZ MOREIRA.

CLÁUSULA SEGUNDA. A produção/reprodução/veiculação de fotos e/ou vídeos do contexto escolar somente poderá ser realizada mediante termo de autorização assinado pelo envolvido e, no caso de criança e adolescente, pelo responsável legal.

CLÁUSULA TERCEIRA. O(a)s aluno(a)s deve(m) apresentar ao(a) professor(a) regente seus planejamentos das atividades a serem desenvolvidas com criança(s) durante a sua pesquisa acadêmica.



CLÁUSULA QUARTA. Os trabalhos desenvolvidos nas instituições municipais de ensino devem ser entregues no protocolo da SME para conhecimento dos resultados e estudos elaborados, objetivando o aprimoramento das ações pedagógicas, se for o caso.

CLÁUSULA QUINTA. A SME não fornecerá nenhum material e é da responsabilidade do(a) aluno(a) adquiri-lo por conta própria.

CLÁUSULA SEXTA. A autorização para ingressar na instituição é exclusiva para o(a) aluno(a), sendo vedado o acesso a terceiros.

CLÁUSULA SÉTIMA. O(a) aluno(a) deve respeitar todas as normas da instituição de ensino e as diretrizes da direção da unidade.

SUBCLÁUSULA ÚNICA. O(a) aluno(a) deverá estar vestido(a) adequadamente e usar de tratamento respeitoso com os funcionários e alunos.

CLÁUSULA OITAVA. O descumprimento de qualquer cláusula deste instrumento, por parte do(a) aluno(a), acarretará a rescisão imediata deste termo de autorização de pesquisa acadêmica, sem a necessidade de comunicação prévia.

CLÁUSULA NONA. É competente para dirimir qualquer litígio resultante deste Termo o foro de Fortaleza, com prévia renúncia de ambas as partes a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim, justos e compromissados, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surta seus devidos e legais efeitos.



Fortaleza, 23 de janeiro de 2024.

**Joelson de Souza Moura**

Coordenador de Articulação da Comunidade e Gestão Escolar

**Antonia Dalila Saldanha de Freitas**

Secretária Municipal da Educação

---

NEOMESIA HERCULANO SALES

---

CPF n°